UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA

CONSTÂNCIA LIRA DE BARROS CORREIA RODRIGUES COSTA

Coordenação Eleitoral e Voto Dividido no Brasil: o caso
das eleições municipais de 2004 e 2008.

São Paulo
2012

CONSTÂNCIA LIRA DE BARROS CORREIA RODRIGUES COSTA

Coordenação Eleitoral e Voto Dividido no Brasil: o caso das eleições municipais de 2004 e 2008.

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA.

Orientador: PROF. DR. Paolo Ricci

São Paulo
2012

Nome: Lira, Constância.

Título: Coordenação eleitoral e voto dividido no Brasil: o caso das eleições municipais de 2004 e 2008.

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À FACULDADE DE
FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS DA
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO PARA A OBTENÇÃO
DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIA POLÍTICA.

Orientador: PROF. DR. Paolo Ricci

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr.:

Instituição:

Julgamento:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Prof. Dr.:

Julgamento:

Instituição:

Assinatura:

Para minha mãe, Cláudia que, por sua busca constante por um mundo melhor e mais justo, me fez aprender a questionar sempre.

Agradecimentos

Agradeço aos meus pais Cláudia, Almir e Farias pelo amor incondicional. Aos meus irmãos Luís e Ana Clara pelo simples fato de serem. A minha vó Marinete pelo carinho, por quem estendo os meus agradecimentos à minha família pernambucana e paulistana.

Aos colegas do grupo de estudos dos professores Paolo Ricci e Fernando Limongi, que me acolheram antes mesmo do início do mestrado, pelo aprendizado adquirido e acumulado nas reuniões e discussões durante esses anos. Em especial, a Lara e a Andreza pela ajuda na sistematização do banco de dados utilizado neste trabalho.

Ao professor Gildo Marçal Brandão (*in memoriam*), primeiro contato que tive com o Departamento de Ciência Política da USP. Aos professores que contribuíram com a minha formação durante o mestrado, em especial, a Fernando Limongi, Rogério Arantes e Eduardo Marques. Aos professores Maria do Socorro Sousa Braga e Fernando Guarnieri pelos comentários feitos a este trabalho na minha banca de qualificação. Agradeço também aos professores Maria Cristina Raposo e José Arlindo Soares por fazerem parte da minha formação acadêmica de forma mais ampla.

Aos verdadeiros amigos que ganhei ao chegar em São Paulo, Danilo e Samuel, pelo apoio e ajuda em todos os momentos, acadêmicos e não acadêmicos. A Paulo pelas conversas cotidianas sobre a política “mundana” e por todo o resto. A Eleonor pela amizade neste período. E a Rodrigo que, de uma forma torta, me mostrou que o importante é ser feliz.

Aos funcionários do Departamento de Ciência Política, em especial à Rai e ao Vasne, pela ajuda nas resoluções dos problemas “burocráticos”.

Por fim, agradeço ao meu orientador, professor Paolo Ricci, pela sua dedicação a este trabalho e, sobretudo, pela paciência e compreensão neste período do mestrado.

À Capes e à Fapesp pelo financiamento deste trabalho.

Lira, Constância. Coordenação eleitoral e voto dividido no Brasil: o caso das eleições municipais de 2004 e 2008. 2012. 156 p. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estudar o voto dividido para as eleições municipais de 2004 e 2008 no Brasil. A análise está centrada em verificar se os eleitores votam em candidatos de partidos e/ou coligações diferentes em um mesmo pleito, ou seja, se dividem ou não o voto para prefeito e vereador. Considera-se aqui que a coordenação eleitoral entre os partidos e as elites políticas tem um papel estruturador para uma divisão ou não do voto, sendo que um dos indícios de maior coordenação eleitoral está relacionado à capacidade dos partidos em coordenar suas ações a partir das coligações eleitorais. Assim, os resultados expostos demonstram como a coordenação eleitoral dos partidos, além de resultar em um maior sucesso eleitoral, diminui a probabilidade de divisão do voto por parte do eleitor.

Palavras-chave: voto dividido, coordenação eleitoral, coligação eleitoral, eleições municipais

Lira, Constância. Coordenação eleitoral e voto dividido no Brasil: o caso das eleições municipais de 2004 e 2008. 2012. 156 p. Dissertação de mestrado – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ABSTRACT

The current work aims to investigate the split vote for the municipal elections of 2004 and 2008 in Brazil. The study focuses on verifying whether the electorate votes for candidates from different parties and/or coalitions in the same round or not i.e. whether voters split their votes in between the mayor and city counsellor. It is taken for granted in the literature the fact that the electoral co-ordinations among the various parties and political elites has an influential role for the splitting or not of the vote. One of the main indicators of greater electoral co-ordination is related to the party ability to co-ordinate its actions as from electoral coalitions. Thus, the results show how the party electoral co-ordination, besides fostering a greater electoral success, reduces the probability of splitting the vote on the part of the voter.

Key-words: split vote, electoral co-ordination, electoral coalition, municipal polls

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Voto dividido através de cargos e tempo	16
Tabela 2	Total de candidatos à prefeito	66
Tabela 3	Total de candidatos coligados 2004/2008	66
Tabela 4	Perfil dos candidatos à prefeito e coligações em 2004	67
Tabela 5	Perfil dos candidatos à prefeito e coligações em 2008	68
Tabela 6	Coordenação eleitoral dos partidos grandes e pequenos 2004	70
Tabela 7	Coordenação eleitoral dos partidos grandes e pequenos 2008	70
Tabela 8	Candidatos vencedores 1º turno eleições 2004	71
Tabela 9	Candidatos que ficaram em 2º lugar em cidades com 2º turno eleições 2004	73
Tabela 10	Candidatos vencedores 1º turno eleições 2008	73
Tabela 11	Candidatos que ficaram em 2º lugar em cidades com 2º turno eleições 2008	74
Tabela 12	Candidatos que concorreram à reeleição em 2008	79
Tabela 13	Voto dividido por partidos pequenos 2004	89
Tabela 14	Voto dividido por partidos pequenos 2008	90
Tabela 15	Voto dividido por partidos grandes 2004	92
Tabela 16	Voto dividido por partidos grandes 2008	93
Tabela 17	Prefeitos disputando a reeleição em 2008 e voto dividido	95

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Total de partidos por coligação subdividida x percentual de votos por coligação 2004	76
Gráfico 2	Total de partidos por coligação subdividida x percentual de votos por coligação 2008	77
Gráfico 3	Total de partidos por mesma coligação x percentual de votos por coligação 2004	78
Gráfico 4	Total de partidos por mesma coligação x percentual de votos por coligação 2008	78
Gráfico 5	Total de partidos por coligação subdividida x percentual de votos por coligação concorrendo a reeleição 2008	81
Gráfico 6	Probabilidade da divisão do voto, considerando as candidaturas coligadas, subdivididas e não coligadas 2004	85
Gráfico 7	Probabilidade da divisão do voto, considerando as candidaturas coligadas, subdivididas e não coligadas 2008	86
Gráfico 8	Probabilidade da divisão do voto, considerando o tamanho dos partidos 2004	87
Gráfico 9	Probabilidade da divisão do voto, considerando o tamanho dos partidos 2008	88
Gráfico 10	Partidos pequenos e divisão do voto em 2004	91
Gráfico 11	Partidos pequenos e divisão do voto em 2008	91
Gráfico 12	Partidos grandes e divisão do voto em 2004	94
Gráfico 13	Partidos grandes e divisão do voto em 2008	94

LISTA DE SIGLAS

DEM (PFL)	Democratas (Partido da Frente Liberal)
PAN	Partido dos Aposentados da Nação
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PR (PL)	Partido da República (Partido Liberal)
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRONA	Partido de Reedificação da Ordem Nacional
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PTdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional
PV	Partido Verde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – Voto Dividido, Coordenação Eleitoral e Coligações Eleitorais	14
1.1 Introdução	14
1.2 Discussão Teórica sobre o Voto Dividido	14
1.3 Coordenação Eleitoral	20
1.4 Coligações Eleitorais	29
CAPÍTULO 2 - Sistema partidário, Comportamento Eleitoral e o Voto dividido no Brasil	34
2.1 Introdução	34
2.2 Comportamento eleitoral: a questão da Volatilidade Eleitoral	36
2.3 Sistema Partidário e Fragmentação Partidária	41
2.4 Coligações eleitorais	47
2.5 A discussão sobre o voto dividido no Brasil	55
CAPÍTULO 3 - O Voto dividido nas eleições de 2004 e 2008	61
3.1 Introdução	61
3.2 Definição do problema e hipótese	64
3.3 Coordenação Eleitoral	65
3.3.1 Testes relacionados à coordenação eleitoral	75
3.3.2 Reeleição nas eleições de 2008	79
3.4 O Voto Dividido nas eleições de 2004 e 2008	82
3.4.1 Questões Metodológicas	83
3.4.2 Perfil do voto dividido nas eleições de 2004 e 2008	84
3.4.3 Divisão do voto e partidos grandes e pequenos	87
3.4.3.1 Partidos Pequenos	88
3.4.3.2 Partidos Grandes	92
3.4.4 Perfil do voto dividido entre os prefeitos que disputaram a reeleição em 2008	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
APÊNDICE	106
ANEXOS	115

Introdução

O presente trabalho procura contribuir na discussão acerca do comportamento eleitoral no Brasil a partir de uma abordagem teórica e conceitual pouco discutida neste contexto, o debate sobre o voto dividido. No Brasil, os estudos sobre o comportamento eleitoral tendem a analisar o comportamento do eleitor a partir do índice de volatilidade eleitoral. Este verifica se o eleitorado mudou ou não de preferências entre uma eleição e outra, mas não faz estimativas acerca do comportamento dos indivíduos em uma mesma eleição. A partir desses, estudos foram constatados altos índices de volatilidade eleitoral, o que leva uma parte da literatura a afirmar que existe baixa identificação dos eleitores com os partidos políticos.

Através dessas considerações, parece pertinente considerar as análises sobre o voto dividido para estudos eleitorais no Brasil. A literatura deste tema afirma que o eleitor pode fazer duas escolhas na hora de votar: escolher apenas um partido para distribuir os seus votos ou dividir estes entre mais de um partido. A esta segunda atitude é designado o termo voto dividido.

O voto dividido vem sendo estudado nas democracias mais antigas, principalmente, no caso dos Estados Unidos, com o objetivo de entender a formação de governos divididos. Na Europa o tema também tem adquirido certa importância, a partir das análises dos sistemas eleitorais mistos, como o alemão e o italiano. Nesses casos, o eleitor pode votar para dois deputados no mesmo, pleito sendo um eleito através da eleição proporcional e o outro da majoritária. Entretanto, ainda são poucos os estudos sobre o voto dividido em outros contextos institucionais, como por exemplo no Brasil.

Este trabalho procura incorporar não apenas uma discussão acerca do voto dividido no país mas, também, se e como as instituições podem interferir numa maior ou menor divisão do voto. Assim, será incorporado ao debate teórico do voto dividido a questão da coordenação eleitoral das elites e partidos políticos, além da discussão da formação das coligações pré-eleitorais.

A partir dessa breve contextualização sobre o tema e o debate no Brasil, este trabalho procura fazer um mapeamento inicial acerca da relação entre coordenação eleitoral e voto dividido nas eleições municipais das capitais – prefeito e vereador – para os anos de 2004 e 2008.

Dessa forma, este trabalho está organizado em três capítulos além desta introdução e das considerações finais. O capítulo 1 faz uma breve discussão teórica da literatura internacional, tanto em relação ao voto dividido como em relação a coordenação eleitoral e as coligações eleitorais. O capítulo 2 introduz a realidade brasileira no debate, abordando os principais estudos sobre volatilidade eleitoral e fragmentação partidária, além de problematizar a questão do voto dividido para este contexto. Por fim, o capítulo 3 refere-se à análise empírica dos dados eleitorais para 26 capitais do país considerando os anos de 2004 e 2008.

1. Voto dividido, coordenação eleitoral e coligações eleitorais

1.1 Introdução

O presente capítulo tem como objetivo discutir três elementos centrais para a análise que será feita acerca do voto dividido nas eleições municipais de 2004 e 2008 no Brasil. Neste primeiro momento serão apresentados os argumentos e análises da literatura internacional de Ciência Política com o intuito de problematizar as questões que serão desenvolvidas nos capítulos seguintes.

O primeiro ponto a ser discutido diz respeito ao arcabouço teórico sobre o voto dividido, ou seja, definindo o problema, entendendo como e em quais situações este ocorre e as principais interpretações desenvolvidas acerca dos motivos pelos quais os eleitores dividem os seus votos. O ponto seguinte procura incorporar ao debate teórico a questão da coordenação eleitoral e, até que ponto, a estrutura da competição incentiva ou não os eleitores a dividirem o seu voto.

Por fim, será incorporado ao debate a discussão sobre as coligações eleitorais, discussão esta que dialoga diretamente com a temática acerca da coordenação eleitoral. Estes pontos discutidos no âmbito da literatura internacional da Ciência Política levaram a questões que serão a posteriori de extrema importância no debate, compreensão e análise do voto dividido no Brasil.

1.2 Discussão Teórica sobre o Voto Dividido

Uma parte da literatura recente sobre o comportamento eleitoral está preocupada em entender como o eleitor distribui suas preferências na hora de escolher os candidatos para formação dos governos (Burden & Helmke, 2009). Diversos estudos realizados evidenciam que os eleitores optam por votar em partidos diferentes em contextos eleitorais diversos, sendo tal comportamento denominado pela literatura como voto dividido (Ames et al., 2009; Burden & Helmke, 2009; Benoit et al., 2006; Kimball, 2002).

O voto dividido ocorre quando os eleitores, dentro de um mesmo pleito ou não, decidem votar em candidatos de diferentes partidos para ocupar tanto cargos

semelhantes quanto distintos. Este comportamento pode ter como consequência a formação de governos divididos (Ames et al., 2009; Burden & Helmke, 2009; Kimbal, 2002; Shugart, 1995).

O voto dividido acontece quando eleitores escolhem, simultaneamente ou quase que simultaneamente, votar em diferentes partidos em diferentes contextos eleitorais. Isto pode ocorrer em sistemas eleitorais mistos, eleições com segundo turno ou eleições simultâneas para cargos diferentes (Benoit et al., 2006: 459. Tradução livre)¹.

Segundo Burden e Helmke (2009), o voto dividido pode ser estudado em vários níveis: entre os eleitores, partidos, cargos, constituições, regras eleitorais, diferentes níveis de governo. Ou seja, existe a possibilidade de compreender a divisão do voto a partir de perspectivas diferentes. Um primeiro exemplo seria a partir da perspectiva do eleitor, sendo este o fator de explicação para o voto dividido. Como também o voto dividido pode ser analisado a partir da organização dos partidos durante o processo eleitoral e do incentivo gerado por estes para que o eleitor divida ou não o seu voto. Por exemplo, caso um determinado partido numa eleição lance apenas candidato para o cargo executivo, não lançando candidatos a disputa proporcional, tal configuração leva o eleitor que optou votar no candidato deste partido para o executivo ser “obrigado” a dividir o voto no caso do cargo proporcional.

Apesar do voto dividido poder ser estudado e entendido a partir de várias dimensões, a maioria dos estudos está preocupada em entender por que os eleitores dividem o voto. E, mais especificamente, a maior parte desses estudos procura compreender o comportamento do eleitorado no voto dividido para as eleições para presidente e para o legislativo no mesmo pleito.

Dessa forma, é possível definir o voto dividido a partir de duas dimensões-chave, sendo a primeira relacionada à direção: pode ser horizontal quando envolve eleições a cargos equivalentes e vertical quando as eleições são realizadas para preencher cargos em níveis diferentes do governo. A segunda dimensão está ligada ao tempo, ou seja, à relação do voto dividido em eleições simultâneas e não simultâneas (Burden & Helmke, 2009).

¹No original: “Split-ticket voting happens when voters choose, simultaneously or nearly simultaneously, to vote for different parties in different electoral contexts. This may occur in mixed-member electoral systems, run-off elections or simultaneous elections to different bodies”.

TABELA 1 – VOTO DIVIDIDO ATRAVÉS DE CARGOS E TEMPO

	Simultâneas	Não Simultâneas
Horizontal	Eleições majoritárias e proporcionais para o mesmo cargo (Ex. Eleições majoritárias e proporcionais para deputados na Itália e no Japão)	Eleições escalonadas para o mesmo cargo (Ex.: Eleição para o senado nos Estados Unidos)
Vertical	Eleições para cargos diferentes - presidente e deputado federal (Ex.: as eleições para presidente e deputado federal no Brasil)	Eleições intercaladas para cargos diferentes (Ex. Eleições para presidente e deputados nos Estados Unidos)

Fonte: Burden&Helmke, 2009.

O primeiro caso de voto dividido pode ser categorizado a partir das dimensões horizontal e simultânea. Nesse caso, o eleitor divide o seu voto quando escolhe no mesmo pleito candidatos de partidos diferentes para ocupar o mesmo cargo. Atualmente, o exemplo mais comum desse tipo de voto dividido são os sistemas distritais mistos, nos quais o eleitor escolhe dois representantes para o mesmo cargo sendo um eleito através de eleições proporcionais e o outro através de eleições majoritárias. Países como Alemanha, Itália, Japão e Nova Zelândia apresentam esse tipo de sistema eleitoral sendo possível encontrar diversas análises acerca do voto dividido nesses contextos institucionais (Burden, 2009; Moser & Scheiner, 2009; Benoit et al., 2006; Karp et al., 2002; Bawn, 1999). Já o Brasil não apresenta este tipo de sistema eleitoral distrital misto, não sendo, portanto, possível encontrar este caso de voto dividido no país.

O voto dividido ainda pode ser relacionado à dimensão horizontal, mas ocorrer em eleições não simultâneas. Um exemplo clássico é a eleição para o senado nos Estados Unidos, onde cada estado é representado por dois senadores para mandatos de seis anos, sem que as eleições para os senadores do mesmo estado sejam concomitantes. Dessa forma, o voto dividido é caracterizado quando o eleitor vota no candidato de um partido para o senado em uma eleição e, na seguinte, no candidato do outro partido (Francis et al., 1994).

Este caso também pode ocorrer no Brasil para as eleições para o Senado Federal. Cada estado da federação é representada por três senadores com mandatos de 8 anos, porém as eleições entre os três senadores não são simultâneas. Dois senadores são eleitos para um mandato de oito anos na mesma eleição para presidente, governador, deputado federal e estadual. Na eleição seguinte – quatro anos depois –

junto com estes mesmos cargos, apenas uma vaga ao senado estará em disputa. Dessa forma, o eleitor pode votar em dois candidatos a senador de um partido numa eleição, mas não fazer o mesmo 4 anos depois na disputa da terceira vaga em questão.

O terceiro caso em que o voto dividido pode ocorrer está relacionado às dimensões vertical e simultânea. Nesta categoria, o voto dividido é caracterizado pelo voto dado a partidos diferentes em cargos em níveis distintos de poder. O Brasil representa um bom exemplo deste caso, pois o eleitor pode dividir o seu voto escolhendo um candidato de um partido para presidente da república e outro candidato de outro partido para deputado federal na mesma eleição (Ames et al., 2009). Outro exemplo, também no caso brasileiro, são as eleições municipais, quando se dá a eventual escolha de um candidato de um partido para prefeito e de outro partido para vereador. O México também pode apresentar esse tipo de divisão do voto, sendo possível encontrar análises recentes sobre o voto dividido nas eleições do ano de 2000 para presidente e deputados (Helmke, 2009).

Outro país que apresenta o voto dividido na mesma eleição para cargos diferentes são os Estados Unidos. As eleições para presidente ocorrem de quatro em quatro anos, já as eleições para os deputados acontecem de dois em dois anos. Assim, a cada quatro anos as eleições para os dois cargos coincidem (Burden & Helmke, 2009; Grofman et al., 2000). Entretanto, o caso americano também pode apresentar a quarta categoria de voto dividido, composta pelas dimensões vertical e não simultânea. Isto porque as eleições para a Casa dos Representantes ocorrem de dois em dois anos, sendo, portanto, possível analisar a divisão do voto entre presidente e deputados em eleições que ocorrem em anos diferentes. Ou seja, existe uma eleição para deputado no segundo ano do mandato do presidente, possibilitando que os eleitores mudem a composição da Casa dos Representantes (Kimball, 2002).

Segundo Burden e Helmke (2009), vários países da América Latina podem ser analisados a partir da dimensão vertical e não simultânea do voto dividido, pois as eleições para o legislativo e executivo ocorrem em épocas diferentes. A Índia também aparece como exemplo, sendo analisado o voto dividido entre as eleições da Assembleia Nacional e das Assembleias Legislativas de cada estado (Chandra, 2009). No Brasil, as eleições para executivo e legislativo, nas mesmas esferas do poder, são sempre simultâneas. Dessa forma, as eleições para presidente e deputado federal e para

governador e deputado estadual ocorrem simultaneamente. Assim como as eleições para prefeito e vereador.

A partir dessas quatro combinações é possível analisar se ocorre, quando ocorre e em quais sistemas eleitorais ocorre o voto dividido. Entretanto, devido aos distintos arranjos dos sistemas eleitorais encontrados nos países, torna-se necessário incluir outra categoria para uma análise mais completa no estudo da divisão do voto. Esta categoria está relacionada à definição de partido utilizada. Incluir os partidos como elemento importante para a compreensão e análise do voto dividido abre a possibilidade de se pensar as causas do voto dividido não apenas pela perspectiva do eleitor. Assim, o arranjo do sistema partidário e sua dinâmica devem ser considerados como uma das causas possíveis para uma maior ou não divisão do voto por parte dos eleitores.

Apesar de considerar o arranjo do sistema partidário e a sua dinâmica nos diferentes contextos democráticos como causa do voto dividido, a literatura em questão reconhece que é preciso fazer algumas distinções para entender a organização deste sistema em diferentes democracias. Dessa forma, existem duas definições para o voto dividido levando em consideração o sistema partidário, uma mínima e outra ampla².

Em uma definição mínima, o voto não seria dividido apenas se, por exemplo, o eleitor votasse em candidatos do mesmo partido para os cargos de presidente e deputado federal (Ames et al., 2009). Os outros tipos de votos seriam “frustrados”, ou seja, eleitores que escolhessem votar em candidatos a deputado federal de um partido que não estava concorrendo com candidato à presidência teriam automaticamente seus votos considerados divididos (Benoit et al., 2006). Essa definição seria mais eficiente na análise do voto dividido em eleições disputadas apenas por dois partidos como é o caso dos Estados Unidos.

Já na definição mais ampla seria levado em consideração as coligações eleitorais, ou seja, não seria considerado como voto dividido os eleitores que escolhessem candidatos de partidos diferentes para presidente e deputado federal que fizessem parte da mesma coligação (Ames et al., 2009). Essa definição pode ser útil

² Essa distinção é feita por Ames et al. (2009) em texto sobre o voto dividido no Brasil.

para entender o comportamento do eleitor em sistemas multipartidários, nos quais o seu partido pode não apresentar candidatos em todos os cargos em disputa.

Benoit et al. (2006), por exemplo, procuram estudar o comportamento dos eleitores na Itália, país no qual o sistema eleitoral é misto. Para tais autores, faltam estudos que chequem as escolhas dos eleitores em situações nas quais estes não tenham a opção de votar em um mesmo partido para cargos diferentes. Ames et al. (2009) seguem a mesma linha ao afirmar que a definição mínima negligencia a necessidade de governos de coalizão como é o caso do Brasil. Nessa situação, as coligações eleitorais representam a melhor chance que o eleitorado têm de identificar a formação de um eventual governo de coalizão no país (Ames et al. 2009).

A partir das diversas formas possíveis de voto dividido caracterizadas acima foram desenvolvidos estudos com o intuito de explicar por que o eleitor divide o voto. (Kedar, 2005; Kimball, 20002; Mebane, 2000; Smith et al., 1999; Lacy & Paolino, 1998; Fiorina, 1996; Ignberman & Villani, 1993; Jacobson, 1990; Wattenberg, 1986). É importante ressaltar que as explicações e causas atribuídas pela literatura estão procurando entender o motivo pelo qual o eleitor divide seu voto, não dando, muitas vezes, a devida importância que o arranjo e a dinâmica partidária desempenham nesse contexto.

Esses estudos analisam os motivos pelos quais os eleitores dividem o voto, principalmente, no caso das democracias desenvolvidas, tentando responder por que o eleitor não escolhe candidatos do mesmo partido na hora de votar. Para alguns estudiosos, o eleitorado divide o seu voto com o objetivo de obter resultados políticos moderados (Kedar, 2005; Smith et al., 1999; Fiorina, 1996). Já para outros, os governos divididos são resultado do enfraquecimento dos partidos e fortalecimento das características individuais dos candidatos (Burden, 2009; Kimball, 20002; Jacobson, 1990; Wattenberg, 1986).

A primeira explicação sobre o comportamento do eleitorado na formação de governos divididos se baseia na premissa de Downs (1957), para a qual os eleitores se comportam de forma estratégica para conseguirem os resultados políticos desejados. O voto dividido seria uma decisão tomada pelo eleitor com o objetivo de balancear o poder entre os partidos que se encontram em pontos ideológicos diferentes (Kedar, 2005; Smith et al., 1999; Lacy & Paolino, 1998; Fiorina, 1996; Ignberman & Villani, 1993). Esta estratégia adotada pelos eleitores, portanto, faz com que os resultados das

políticas do governo sejam moderadas (Kedar, 2005; Mebane, 2000; Smith et al., 1999; Fiorina, 1996; Ignberman & Villani, 1993). Desta forma, o voto dividido é maior quando os partidos estão distantes uns dos outros e menor nas situações em que os partidos se encontram muito próximos na percepção do eleitorado (Fiorina, 1996).

Outra explicação para o aumento do voto dividido está relacionada ao fortalecimento dos atributos individuais dos candidatos e enfraquecimento dos partidos (Jacobson, 1990; Wattenberg, 1986). Assim, a diminuição dos laços de lealdade entre partidos e eleitores e a proximidade dos partidos no *continuum* ideológico poderiam contribuir para o aumento do voto dividido. Portanto, quanto maior a força dos partidos entre os eleitores, menor o número de votos divididos. Dessa forma, a divisão do voto está relacionada ao aumento dos eleitores independentes que se baseiam mais nas qualidades individuais dos candidatos do que nas diferenças ideológicas dos partidos (Burden, 2009; Jacobson, 1990; Wattenberg, 1986). Em análise feita sobre a diminuição do voto dividido nas eleições de 2000 nos Estados Unidos, Kimball (2002) chama a atenção para a relação existente entre a diminuição da divisão dos votos e um maior distanciamento entre as propostas apresentadas pelos Democratas e Republicanos naquele pleito.

Nesta seção foi feita uma breve contextualização do debate acerca do voto dividido, definindo o problema, discutindo os principais casos encontrados nas eleições de diferentes países e, também, debatendo as possíveis causas deste fenômeno. O próximo passo será a discussão da literatura acerca dos efeitos dos arranjos institucionais nas possíveis escolhas do eleitor. Mais especificamente, até que ponto a coordenação eleitoral influencia nas escolhas do eleitor? Qual o papel do debate das coligações pré-eleitorais, neste sentido? E, em caso de sistemas multipartidários, será que a coordenação dos partidos, ao lançarem candidaturas, ou não, e ao se coligarem, são importantes na análise do voto dividido?

1.3 Coordenação eleitoral

O ponto central da discussão desenvolvida até aqui foi explicitar os principais argumentos e questões acerca do arcabouço teórico do voto dividido. Com o intuito de

incorporar novos elementos para a análise sobre o voto dividido no Brasil, se faz necessário agregar outro ponto de relevância teórica à discussão: a questão da coordenação eleitoral.

A discussão sobre coordenação eleitoral ganhou destaque no debate internacional da Ciência Política a partir dos trabalhos desenvolvidos por Gary Cox (2010; 2005; 1999; 1997). Este tem interesse em estudar as estratégias de coordenação tanto por parte dos partidos quanto por parte dos eleitores e suas consequências nos sistemas partidários e eleitorais. Segundo Cox, uma das possíveis consequências a partir da coordenação eleitoral seria a redução no número de partidos tanto no momento de disputa pré-eleitoral quanto no momento após a eleição.

A discussão sobre a determinação e influência da quantidade de partidos no “desenvolvimento” dos sistemas políticos não é algo recente na Ciência Política. Tal debate, porém, foi evidenciado a partir dos estudos de Duverger (1987) sobre os sistemas eleitorais e partidários. Este atribui uma centralidade ao sistema eleitoral na determinação do número de partidos do sistema partidário. Dessa forma, o autor dispõe que os sistemas eleitorais majoritários de turno único levariam ao sistemas bipartidários. Já os sistemas eleitorais majoritário de dois turnos e os sistemas de representação proporcional levariam a sistemas multipartidários. Nas palavras de Duverger, “o escrutínio majoritário de um só turno tende ao dualismo dos partidos” (1987: 253) e “o escrutínio majoritário de dois turnos ou a representação proporcional tendem ao multipartidarismo” (1987:274).

Estas duas afirmações ficaram conhecidas como as “Leis de Duverger”. Mais tarde, Sartori (1982; 1996) fez uma tentativa de tornar estas Leis mais flexíveis ao considerar que efeito do sistema eleitoral no número de partidos seria decorrente de uma combinação entre o sistema partidário e o sistema eleitoral. O autor afirma que os sistemas partidários são fortes quando dominados por partidos de massa com forte vínculo ideológico. Já os sistemas partidários fracos seriam os dominados por partidos nos quais os vínculos pessoais tem uma maior importância. Por outro lado, os sistemas eleitorais fortes são aqueles de eleições majoritárias de um turno e os fracos são aqueles de eleições majoritários de dois turnos e/ou proporcionais³.

³ Esta interpretação, feita por Sartori (1982; 1996) vai pautar uma parte do debate acerca da consolidação do sistema partidário e eleitoral brasileiro como foi destacado por Limongi (2002a; 2002b).

Assim, Sartori (1996) afirma que a combinação entre sistemas partidários fortes e sistemas eleitorais também fortes levaria a um efeito redutor do sistema eleitoral em relação à quantidade de partidos, como é o caso dos Estados Unidos. Já a associação entre sistemas partidários fortes e sistemas eleitorais fracos levaria a um efeito bloqueador do sistema partidário, no qual o eleitor seria contido não pelo sistema eleitoral, mas pela capacidade de canalização partidária do sistema partidário. Segundo o autor, “uma estruturação especialmente vigorosa do sistema partidário substitui (como segunda condição suficiente) o impacto manipulativo de um sistema eleitoral forte (primeira condição suficiente)” (Sartori, 1996:60)

No caso em que o sistema partidário é fraco e o sistema eleitoral forte, o efeito redutor do sistema eleitoral opera sobre o eleitor apenas ao plano distrital, não levando a um sistema bipartidário estruturado no plano nacional. Entretanto, a nível distrital, o impacto do sistema eleitoral acaba estimulando as disputas entre dois partidos. Por fim, nos casos de sistemas partidários fracos e sistemas eleitorais também fracos, não há influência do sistema eleitoral em relação ao sistema partidário, ou seja, quanto mais próximo do sistema de representação proporcional, menor a influência do sistema eleitoral sobre o sistema partidário (Sartori, 1996).

Este debate sobre a questão do número de partidos é retomado por Cox (1997), a partir da perspectiva da coordenação eleitoral. Desta forma, para o autor, o número de partidos não seria uma determinação direta do sistema eleitoral, nem poderia ser explicado apenas pela relação destes dois sistemas. Não obstante, o efeito redutor do número de partidos teria relação direta com a coordenação eleitoral por parte das elites políticas, partidos e eleitores.

Assim, o primeiro ponto discutido serão os estudos acerca da coordenação eleitoral entre os partidos, suas elites e os eleitores. Em *Making Votes Count* (1997), Cox analisa o processo eleitoral como sendo um jogo de coordenação entre partidos e eleitores, ou seja, o autor afirma que a coordenação estratégica nas eleições pode ser vista a partir de dois pontos. O primeiro está relacionado à coordenação estratégica dos partidos, na qual, estes coordenam a entrada de candidaturas no pleito. Uma forma de ilustrar esta afirmação é a partir do seguinte exemplo: numa determinada eleição, existe a possibilidade de três partidos – A, B e C – lançarem candidatos, mas os partidos A e B encontram-se próximos no *continuum* ideológico. Com o objetivo de conseguir ganhar as eleições, os partidos A e B coordenam suas ações e lançam apenas

um candidato para disputar a vaga aumentando, dessa forma, a probabilidade de sucesso na eleição.

O segundo ponto se refere à coordenação feita pelos eleitores no momento da eleição. Estes podem se coordenar com o objetivo de escolher o candidato que mais se aproxima das suas preferências e também com o objetivo de não “perderem” o voto ao votarem em um candidato que não tem chances reais de vitória. Dessa forma, um possível cenário se configuraria no seguinte exemplo: em uma determinada eleição, na qual existem três partidos disputando uma vaga, estando os dois primeiros com chances reais de vitória e o terceiro com uma baixa intenção de votos, os eleitores potenciais do terceiro partido podem estrategicamente coordenarem seus votos e deixarem de votar neste partido para votar no partido que se encontra na segunda posição nas pesquisas, com o objetivo de tentar impedir que o candidato do partido que está na frente seja eleito (Cox, 1997). Este exemplo, a partir da teoria de Cox (1997) também pode ser entendido como o efeito psicológico do sistema eleitoral descrito por Duverger (1987).

Segundo Cox (2005), a combinação entre regras eleitorais diferentes e sistemas eleitorais diferentes interferem nas estratégias de partidos, candidatos e eleitores e, portanto, no resultado das eleições. Dessa forma, o autor entende o sistema eleitoral a partir de três categorias: número de votos por eleitor; o número de cargos por distritos (M); e a tradução proporcional de votos por cargos. Estas categorias têm o papel de variáveis independentes nos estudos. Já partidos, elites políticas, candidatos, estratégias de persuasão, coordenação e mobilização são considerados variáveis dependentes ou, às vezes, intermediárias.

Depois de elucidar as variáveis independentes contidas no sistema eleitoral, o autor aborda mais detidamente as características de cada uma delas. A primeira está relacionada ao número de votos por eleitor, isto porque diferentes sistemas eleitorais permitem diferentes tipos de voto por eleitor. Dessa forma, os sistemas eleitorais podem ser distinguidos em dois. No primeiro tipo, o eleitor tem direito apenas a um voto, ou seja, este sistema é caracterizado pelo reconhecimento do melhor. Já no segundo tipo, o eleitor tem direito a muitos votos, possibilitando que estes distingam apenas o pior do resto. Cox frisa que, empiricamente, a maioria das assembleias são eleitas por eleitores com direito a um voto apenas, sendo caracterizadas, portanto, pelo método de reconhecimento do melhor (Cox, 2005).

A segunda variável independente está relacionada ao número de assentos por distrito – a magnitude eleitoral (M). Em alguns sistemas, os votos são traduzidos em assentos no próprio distrito, já em outros os votos são transferidos do distrito de origem para um distrito secundário, sendo esses votos somados aos votos de outros distritos. Dessa forma, um distrito eleitoral é entendido como uma área geográfica nas quais votos são contados e cargos concedidos. Por exemplo, os Estados Unidos são divididos em 435 distritos nas eleições para deputados e os votos e cargos são contados e distribuídos no nível dos distritos (Cox, 2005:71). O mesmo acontece no Brasil para as eleições para deputado federal, por exemplo, em que cada estado da federação tem uma quantidade de vagas disponíveis⁴. Assim, os votos e cargos são contados e distribuídos em cada um dos estados.

Por fim, a última variável independente do sistema eleitoral abordada é a tradução proporcional de votos em cargos. Segundo Cox, fórmulas matemáticas particulares são usadas na distribuição de cargos em diferentes sistemas eleitorais. Em um extremo estão as fórmulas em que a coligação, partido ou candidato que obteve a maioria dos votos ganha todos os cargos disponíveis na disputa. Essas fórmulas produzem fortes incentivos para grandes coligações. No outro extremo estão as fórmulas em que as coligações, partidos ou candidatos recebem os cargos na proporção dos votos recebidos (Cox, 2005).

As variáveis dependentes abordadas por Cox – partidos, elites políticas, etc. – estão relacionadas aos problemas de coordenação enfrentados nos sistemas partidários atuais. Segundo o autor, “a democracia representativa moderna, em seu núcleo, sempre teve uma série de problemas de coordenação que são consequências naturais da competição eleitoral por cargos governamentais” (Cox: 2005, 74. Tradução livre)⁵. Assim, os partidos e elites políticas enfrentam dois tipos de problemas de coordenação: o primeiro acontece antes do processo eleitoral e está relacionado à escolha dos candidatos a serem lançados; e o segundo acontece durante o processo eleitoral e está relacionado a ações de coordenação do voto, persuasão e mobilização.

Antes do início das eleições, os partidos e elites políticas encontram-se em um jogo de coordenação na escolha dos candidatos que entrarão na disputa política

⁴ A distribuição do número de deputados por estado é proporcional à população, sendo o número mínimo por estado 8 e, o máximo, 70.

⁵ No original: “Modern representative democracy presents at its core a series of coordination problems that arise as natural consequences of electoral competition for governmental offices”.

eleitoral. Isto porque, antes da escolha dos candidatos, existe um grupo de potenciais competidores eleitorais e as elites políticas, a partir desse jogo de coordenação, decidem quais competidores serão formalmente nomeados candidatos. A falta de coordenação das elites políticas na escolha dos candidatos pode levar a um resultado negativo nas eleições. Por exemplo, em um determinado sistema político existem três partidos que se encontram à direita no *continuum* ideológico e dois que se encontram à esquerda. Os partidos à esquerda fazem um jogo de coordenação e lançam apenas um candidato à vaga em disputa, enquanto os partidos à direita lançam candidatos independentes. A probabilidade dos candidatos de direita se saírem bem, nesse caso, é menor, mas poderia ser maior caso alguns candidatos desistissem em favor de outro (Cox, 2005).

Cox, ao considerar o sistema partidário e as regras eleitorais como variável independente, afirma que regras eleitorais diferentes podem facilitar ou não a coordenação entre os partidos, ou seja, “regras eleitorais diferentes podem fazer o acordo mais fácil ou difícil. A fusão de candidaturas – partidos diferentes nominando o mesmo candidato, com os nomes de todos os partidos aparecendo na cédula – faz o acordo mais fácil. Assim como eleições em dois turnos” (1999:151. Tradução livre)⁶.

Outro fator importante para os partidos e elites políticas coordenarem as suas ações antes do lançamento das candidaturas está relacionado às projeções sobre a futura eleição e os possíveis partidos que poderão ganhar o cargo ou os cargos em disputa. Um exemplo acerca da entrada estratégica de candidatura, neste caso, é o seguinte: um partido A acha que irá perder a eleição caso o partido B também entre na disputa. A partir desse cenário, a fim de coordenar as suas ações, o partido A só entrará na disputa caso ache que o partido B não vai concorrer às eleições (Cox, 1999).

Depois de coordenar a entrada das candidaturas, os partidos enfrentam, durante o processo eleitoral, outro jogo de coordenação. Este se configura a partir da relação estratégica dos partidos e/ou candidatos com os eleitores e pode ser dividido em três etapas: persuasão, coordenação dos votos e mobilização. Dessa forma, os partidos podem tentar aumentar a quantidade de votos recebidos investido em uma ou mais dessas etapas (Cox, 2005).

⁶ No original: “Differing electoral rules can make agreement easier or harder. Fusion candidacies (whereby different parties nominate the candidate, with the names of all nominating parties appearing the same ballot) make it easier. So do two-round-systems”.

Uma forma de analisar o processo de disputa eleitoral e, consequentemente, como os candidatos ganham os cargos pelos quais estão competindo é considerando que a distribuição de preferências dos eleitores é dada. Esta, somada à coordenação financeira das campanhas, à entrada de candidatos e à escolha dos eleitores, resulta na eleição de determinado candidato e não de outro. Ao considerar a persuasão como uma possível atitude dos partidos e candidatos em relação aos eleitores, se está partindo do pressuposto de que as preferências não são dadas, mas que estas podem ser modificadas a partir da ação dos partidos. Dessa forma, a persuasão ocorre quando os partidos procuram modificar as preferências dos eleitores, oferecendo a estes políticas públicas que lhes interessem ou algum tipo de incentivo⁷ para conquistar os seus votos. Neste caso, portanto, a análise em questão não toma as preferências dos eleitores como dadas, considerando que essas podem ser modificadas a partir das promessas de determinados atores (Cox, 2005).

A coordenação de votos está relacionada à capacidade de um determinado partido de convencer os eleitores de outro(s) partido(s) a trocarem seus votos, com o intuito de mudar a configuração na alocação dos cargos. Assim, por exemplo, um determinado partido que está em segundo lugar nas pesquisas procura convencer eleitores de um terceiro partido que está atrás nas pesquisas a mudarem os seus votos, dando maior utilidade a eles ao invés de “desperdiçá-los” (Cox, 2005).

A mobilização consiste na capacidade dos partidos de mobilizarem o eleitorado já conhecido em participar da eleição no dia da votação. A mobilização pode ser maior ou menor dependendo do contexto institucional que está inserida. Dessa forma, os partidos e candidatos podem ter mais ou menos incentivos em tentar mobilizar o eleitorado. O incentivo à mobilização é maior em sistemas eleitorais nos quais eleitores têm direito a um voto apenas – sistemas que reconhecem apenas o melhor – do que em sistemas nos quais os eleitores têm mais de um voto. Assim como a possibilidade de partidos tentarem mobilizar eleitores é maior em sistemas eleitorais proporcionais do que em majoritários, pois em sistemas proporcionais a possibilidade de recompensa, ou seja, de que o esforço se traduza em cargos, é maior (Cox, 2005).

Cox dá continuidade à discussão acerca das ações estratégicas entre partidos/candidatos e eleitores em um artigo recente intitulado *Core voter, swing voter*

⁷ O termo usado pelo autor a partir da tradução literal do Inglês seria suborno. Devido a conotação negativa deste termo em português este foi trocado por incentivo.

and distributive politics (2010). Neste artigo, o autor está interessando em analisar como os partidos alocam bens tangíveis – bens privados para os indivíduos e bens públicos locais para áreas geográficas – em ordem de otimizar as suas perspectivas eleitorais. Dito de outra forma, Cox procura analisar para que tipo de eleitor os partidos e candidatos têm interesses em estabelecer as ações estratégicas de persuasão, coordenação e mobilização.

Os eleitores em questão estão divididos entre eleitores partidários – ou *core voters* – e eleitores voláteis – *swing voters*. Assim, em um sistema eleitoral bipartidário existem dois tipos de eleitores. O primeiro tipo se divide entre os dois partidos sendo, neste caso, os eleitores partidários dos partidos A e B. O segundo tipo de eleitor é aquele que é apartidário e flutua entre uma eleição e outra entre os dois partidos. A pergunta em questão é: os partidos devem distribuir os recursos disponíveis em troca de votos para os seus eleitores conhecidos – partidários – ou para aqueles voláteis? (2010)

Cox afirma que existe um debate contínuo na literatura que trata sobre este tema. De um lado, Cox e McCubbins (1986 *apud* Cox 2010) afirmam que o estratégico seria que os partidos investissem no grupo de eleitores partidários – *core voters*. De acordo com outros autores, como Lindbeck and Weibull (1987 *apud* Cox 2010) e Stokes (2005), a ação estratégica dos partidos seria investir no grupo de eleitores voláteis – *swing voters* (2010).

Segundo Cox, os autores que entendem como estratégico o investimento em eleitores voláteis – *swing voters* – consideram apenas a persuasão como estratégia dos partidos para conseguirem mobilizar o eleitorado (Cox 2010). Stokes (2005), por exemplo, estuda como na Argentina máquinas políticas – ou partidos clientelistas – trocam o apoio do eleitorado – a partir do voto – por benefícios particularistas. Esta defende que a melhor estratégia para os partidos clientelistas seria, durante o processo eleitoral, persuadir os eleitores que não são partidários, ou seja, os eleitores voláteis. Isto porque, segundo a autora, o eleitorado que é identificado com um partido – *core voters* – não trairia o partido ao qual se identifica em troca de benefícios sendo que, assim, os partidos não deveriam “perder seu tempo” com estes eleitores.

A partir desse ponto, Cox (2010) procura entender como são construídos os modelos de persuasão aos quais os autores defensores da ação estratégica dos partidos para os *swing voters* se baseiam. Os modelos de persuasão consideram dois aspectos:

primeiro que todos os eleitores votam; segundo que o número de partidos é exogenamente fixado em dois. O primeiro desconsidera todas as questões de mobilização e comparecimento, transformando a persuasão na única ação estratégica possível dos partidos. Já o segundo põe de lado todas as questões de coordenação anteriores ao início do processo eleitoral.

O modelo sugerido por Cox, como foi discutido acima, considera outros elementos além da persuasão: a mobilização e a coordenação. Assim, anteriormente ao processo de persuasão, os partidos precisam coordenar as suas candidaturas e alianças e posteriormente garantir que os seus possíveis eleitores votem no dia do pleito. Os eleitores, por outro lado, precisam coordenar os seus votos em alguns casos, para que estes não sejam desperdiçados. Ao considerar este cenário, Cox questiona qual seria o grupo de eleitores aos quais os partidos maximizariam seus ganhos eleitorais ao investir, respondendo que os eleitores partidários seriam os mais adequados (Cox, 2010).

Assim, o argumento dos outros autores é de que eleitores com preferências partidárias não seriam passíveis de persuasão, já que estes não deixariam de votar no partido o qual tem propostas com que se identificam, por algum tipo de persuasão. Cox, entretanto, afirma que isto não seria totalmente pertinente, já que os processos de coordenação e mobilização são importantes na coordenação eleitoral, sendo, portanto, um trabalho constante dos partidos. Assim, o autor, ao considerar as ações de coordenação e mobilização como elementos essenciais no jogo de coordenação eleitoral e demonstrando que estas ações são constantes entre os partidos – mesmo em períodos não eleitorais – defende que seria mais estratégico e eficiente para os partidos desenvolverem essas ações com seus eleitores partidários – *core voters* (Cox, 2010).

Esta discussão procurou incorporar ao debate os possíveis efeitos das instituições – partidos políticos e regras eleitorais – na definição de candidaturas no processo eleitoral. Agora será discutido o papel das coligações eleitorais durante este processo e, em quais contextos, estas são mais frequentes. Estes dois pontos serão incorporados na problematização do caso brasileiro e na análise dos dados discutida neste trabalho.

1.4 Coligações Eleitorais

O próximo ponto a ser abordado neste capítulo está relacionado à discussão acerca das coligações pré-eleitorais, já que estas são constantes no processo político eleitoral brasileiro, como será visto mais à frente, restringindo ou ampliando as possíveis escolhas do eleitorado na hora de votar. Além do mais, as coligações eleitorais podem ser compreendidas como uma forma de coordenação eleitoral do sistema partidário. Estas podem ser umas das chaves explicativas para a análise das dinâmicas do voto dividido, focando principalmente a questão da oferta das siglas partidárias.

A literatura internacional sobre coligações é vasta, entretanto, a maior parte dos estudos estão preocupados em entender os processos de coligações na composição e formação de governos depois das eleições. Dessa forma, existe pouca pesquisa teórica e empírica acerca dos processos de formação de coligações pré-eleitorais. A fim de incorporar este tema na discussão deste trabalho, procuro sinalizar alguns pontos interessantes sobre esta discussão a partir dos trabalhos de Golder (2006; 2005)⁸.

Um primeiro ponto pertinente é definir que acordos podem ser considerados como coligações pré-eleitorais. Estas podem ser definidas como a decisão de diversos partidos se coligarem ao invés de concorrerem sozinhos às eleições. Dito de outra forma, coligações pré-eleitorais podem ser entendidas como “um conjunto de partidos que não competem independentemente numa eleição, tanto por causa do seu público acordo de coordenar suas campanhas – concorrendo com candidatos conjuntos ou listas conjuntas – como para governar junto depois das eleições” (Golder, 2005:652. Tradução livre)⁹. Golder entende que para que os acordos firmados entre os partidos tenham realmente características de coligações pré-eleitorais, estas precisam ser públicas e os partidos não podem concorrer de forma independente. Assim, não seria considerada uma coligação pré-eleitoral o acordo daqueles partidos que manifestam interesse em formar uma aliança caso tenham sucesso na votação, mas que estão concorrendo de forma independente à eleição.

⁸ A discussão acerca das coligações eleitorais relativa ao caso brasileiro será feita no capítulo seguinte.

⁹ No original: “Collection of parties that do not compete independently in an election either because they publicly agree to coordinate their campaigns, run joint candidates or join lists, or govern together following the election”.

Golder (2005) está procurando entender melhor alguns pressupostos das coligações pré-eleitorais e tem como objeto empírico estudar estas coligações em eleições legislativas em 22 democracias industrializadas entre os anos de 1948 e 1998¹⁰. Uma das primeiras indagações feitas pela autora está relacionada à relevância das coligações pré-eleitorais. Será que existem poucos estudos acerca de tais coligações porque elas não seriam tão importantes? Golder, entretanto, afirma que tal dúvida não seria pertinente, considerando que as coligações pré-eleitorais são importantes e que isto fica evidenciado em três pontos. Primeiro porque elas têm um impacto importante tanto na composição dos governos, como nas políticas públicas que serão implementadas; segundo, as estratégias de coalizão implementadas pelos partidos podem ter implicações normativas para a natureza representativa dos governos; terceiro, as coligações pré-eleitorais são frequentes.

Em adicional, as coligações pré-eleitorais ajudam o eleitorado a identificar alternativas possíveis de governo, além de fazerem o processo de formação dos governos mais transparentes. Por outro lado, coligações pré-eleitorais também são vantajosas para os partidos. Mais ainda considerando que os partidos e líderes partidários utilizam as coligações pré-eleitorais como forma de coordenar suas ações, com o objetivo de alcançar os seus objetivos políticos e ganhar cargos (Cox, 2005). Por fim, estas possibilitam atrair um grande número de eleitores que nenhum dos partidos da coligação iria atrair caso concorresse de forma independente nas eleições (Golder, 2006).

Segundo Golder, apesar da literatura sobre coligações focar a maioria dos seus estudos nos processos de coligações pós-eleitorais e na formação de governos, existem alguns estudos que se referem às coligações pré-eleitorais. Estes estudos acabam por, implicitamente, levantar duas hipóteses acerca das coligações pré-eleitorais. A primeira dispõe sobre a desproporcionalidade das coligações eleitorais e a segunda hipótese está relacionada ao fato das coligações pré-eleitorais servirem como um elemento de sinalização para os eleitores (Golder, 2005).

A primeira hipótese afirma que as coligações pré-eleitorais são mais comuns em sistemas desproporcionais, sendo formadas para superar algumas barreiras de

¹⁰ A saber os países estudados foram os seguintes: Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Islândia, Irlanda, Itália, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Reino Unido, Estados Unidos da América (Golder, 2005: 661).

representação. Dessa forma, distritos com baixa magnitude ou com grandes limiares eleitorais proveem um incentivo eleitoral para grandes partidos ou coligações no sentido de traduzir votos em cargos (Golder, 2005; 2006). Esta hipótese é abordada por alguns autores. Laver (1998), ao estudar os modelos de formação governamental, focando na composição partidária de gabinetes majoritários e minoritários, afirma que regras eleitorais que constantemente beneficiam grandes partidos encorajam líderes partidários a fazerem alianças pré-eleitorais. Segundo o autor, fazer parte de uma coligação pré-eleitoral para ganhar mais cargos não é o principal objetivo dos líderes partidários. O principal objetivos deles, na verdade, é entrar numa coalizão pré-eleitoral para aumentar a probabilidade de fazer parte do governo.

Strøm et al., em estudo sobre os constrangimentos na formação dos gabinetes em democracias parlamentares, também discutem a questão de que coligações pré-eleitorais são mais frequentes em sistemas desproporcionais. Os autores afirmam que o sistema eleitoral pode afetar o processo de coligações de várias formas, tendo um efeito importante nos processos de barganhas dessas coligações. Assim, sistemas não baseados em listas proporcionais tendem a forçar partidos a se coligarem antes das eleições, ou seja, “quanto mais desproporcional o sistema eleitoral, maiores os incentivos para alianças pré-eleitorais”¹¹ (Strøm et al., 1994:316).

Golder (2005), no entanto, afirma que, apesar de lógico o argumento da desproporcionalidade, ainda é necessário incluir mais uma característica: os incentivos para se formar uma coligação eleitoral, neste contexto, só existem caso haja mais de dois partidos na disputa. Assim, adicionar mais partidos ao jogo eleitoral aumenta os incentivos para formações de coligações pré-eleitorais. Em uma determinada eleição altamente desproporcional, por exemplo, onde há apenas um cargo em disputa e só existem dois partidos competindo, não existe incentivos para a formação de coligações.

Por outro lado, Golder (2006) afirma que todos os sistemas eleitorais são desproporcionais em alguma medida. Dessa forma, “desproporcionalidade encoraja a formação de coligação pré-eleitoral, mas apenas onde o número de partidos é

¹¹ No original: “The more disproportional the electoral system, the greater the incentives for preelectoral alliances”.

suficientemente grande” (Golder, 2005:648. Tradução livre)¹². Este é um ponto importante do argumento desenvolvido pela autora, já que discute a ocorrência de coligações pré-eleitorais em democracias parlamentares. Nestes casos, as disputas eleitorais são proporcionais, aumentando, portanto, a magnitude do distrito ou o número de cargos, para a mesma esfera do poder, sendo disputados ao mesmo tempo. Golder (2006), ao analisar 292 eleições parlamentares, afirma que em 44% destas teve pelo menos uma coligação pré-eleitoral. Estes dados evidenciam o argumento da autora de que coligações pré-eleitorais também são frequentes em eleições proporcionais. Evidenciando as premissas abordadas por Golder de que todos os sistemas são desproporcionais e de que o número de partidos é importante na definição das coligações pré-eleitorais.

A segunda hipótese colocada pela literatura dispõe sobre o fato das coligações pré-eleitorais servirem como elemento de sinalização para os eleitores. Pelo menos três motivos caracterizam essa hipótese. O primeiro seria para sinalizar que os partidos que fazem parte da coligação pré-eleitoral seriam capazes de formar uma coligação de governo eficaz. O segundo seria para sinalizar a identidade de um governo futuro da forma mais clara possível. E o terceiro sinalizaria a intenção dos partidos de conceder aos eleitores um papel mais direto na escolha das coligações de governo (Golder, 2005).

Dessa forma, as coligações pré-eleitorais são esperadas como forma de oferecer benefícios aos eleitores, principalmente aos eleitores avessos ao risco, pois estas sinalizam quais serão os prováveis arranjos do governo futuro. Entretanto, Golder faz uma ressalva a esta hipótese. Segundo ela, só é possível a formação de coligações pré-eleitorais e uma possível sinalização para os eleitores se existir um número grande de partidos concorrendo nas eleições. Assim, “coligações pré-eleitorais são mais propensas a se formar quando há um grande número de partidos” (Golder, 2005: 651)¹³.

Os dois principais pontos discutidos nesta seção evidenciam a existência de sistemas multipartidários como fator importante na formação de coligações. Estes

¹² No original: “disproportionality encourages pre-electoral coalition formation, but only when the number of parties is sufficiently large”.

¹³ No original: “Pre-electoral coalitions are more likely to form when there are a large number of parties”.

pontos ajudarão a compreender e analisar a questão das coligações e o impacto destas na divisão ou não do voto nas eleições no Brasil.

Este capítulo, primeiramente, discutiu os principais pontos acerca do arcabouço teórico do voto dividido, explicitando as definições recorrentes na literatura internacional, bem como as principais manifestações e explicações sobre o fenômeno. Em seguida foi incorporada à discussão a questão da coordenação eleitoral, mais especificamente, até que ponto a coordenação entre elites políticas, partidos e eleitores é importante para a organização do sistema partidário e para a determinação de um maior ou menor número de partidos concorrendo nas eleições. Por fim, foi feita uma discussão acerca da literatura internacional sobre coligação eleitoral.

Assim, é importante ressaltar que além da definição geral da questão do voto dividido, este capítulo buscou incorporar tanto a discussão sobre coordenação eleitoral quanto sobre coligações eleitorais, com o intuito de sinalizar a relação destas duas temáticas e a importância delas para a compreensão do voto dividido no Brasil.

2. Sistema partidário, comportamento eleitoral e o voto dividido no Brasil

2.1 Introdução

A discussão acerca do voto dividido no contexto da democracia brasileira requer, antes de tudo, a abordagem das principais problemáticas que estão presentes na análise das instituições políticas do país e, consequentemente, de parte dos estudos da Ciência Política sobre a democracia brasileira após a redemocratização de 1985.

O debate institucional após a redemocratização pautou os principais estudos sobre a democracia no país. A grande questão por trás dessas discussões é se o arcabouço institucional adotado funcionaria de forma adequada ou não. Uma parte da literatura fez prognósticos negativos em relação a esta escolha institucional, afirmando que ela poderia levar a incipiente democracia ao fracasso do mesmo modo que ocorreu no período de 1946-1964 (Lamounier, 1992; Lamounier e Meneguello, 1986).

Tal arcabouço institucional combina federalismo, presidencialismo e um sistema partidário-eleitoral multipartidário com eleições proporcionais de lista aberta – no caso das eleições para vereadores, deputados estaduais e federais – e majoritário para as eleições dos cargos do executivo e senadores (Ames, 2003; Mainwaring, 1991). Em adicional, o sistema partidário e eleitoral apresenta uma legislação que facilita a criação de partidos e a entrada de um grande número de candidatos por pleito.

Segundo esta corrente, tal combinação contribui para a individualização dos políticos e enfraquece a função dos partidos como atores fundamentais do jogo democrático, gerando uma alta fragmentação do sistema partidário (Kinzo, 2005; Ames, 2003; Samuels, 1997; Carey & Shugart, 1995; Mainwaring, 1991). Dessa forma, os partidos não seriam capazes de protagonizar o debate político durante o processo eleitoral, ficando este muito mais centrado nos candidatos individualmente (Ames, 2003; Mainwaring, 1991). O eleitorado, portanto, não perceberia os partidos como instituições políticas com propostas distintas e estes não seriam capazes de construir identidades e criar lealdades (Kinzo, 2005). Todos esses fatores somados contribuiriam para um estado de ingovernabilidade e/ou paralisia decisória da democracia brasileira (Ames, 2003; Lamounier, 1992; Mainwaring, 1991; Lamounier e Meneguello, 1986).

Segundo Limongi (2002a; 2002b), tais prognósticos elaborados a partir do desenho institucional da democracia brasileira são, em grande medida, influenciados pelos debates internacionais, tanto acerca das questões sobre desenvolvimento político discutidas por Huntington (1994), quanto relativos ao modelo de sistemas partidários-eleitorais desenvolvido por Sartori (1982).

Huntington (1994), ao escrever sobre a terceira onda de democratização no século XX, faz uma clara diferenciação entre as democracias estabelecidas nos países centrais e as democracias nos países de terceiro mundo. Para o autor, estas se encontram em processos distintos de desenvolvimento político: as primeiras seriam consolidadas enquanto as segundas ainda estariam em processo de consolidação. Já Sartori (1982) toca na questão do desenvolvimento político ao afirmar que o problema de determinadas democracias não estaria na configuração do sistema partidário-eleitoral, mas no estágio de desenvolvimento em que se encontram.

Assim, existiria a possibilidade de democracias serem bem sucedidas ao combinarem um sistema eleitoral de representação proporcional e multipartidarismo como, por exemplo, países como Bélgica, Holanda e Suíça (Sartori, 1982). Limongi (2002b) questiona, então, o porquê da democracia brasileira também não poder ser bem sucedida ao associar esta mesma combinação. Segundo ele, a resposta dada por Sartori (1982), e incorporada por parte dos teóricos que discutem a estabilidade da democracia brasileira após 1985, é a de que a representação proporcional é inadequada para países nos quais a institucionalização política se encontra em processos iniciais.

Estes países teriam problemas de ordem social e econômica para resolver antes de chegarem a um processo pleno de desenvolvimento político. A tentativa de resolução dos problemas sociais passa pela inclusão de uma parcela da população que antes não tinha acesso às questões políticas, o que acarreta em demandas que o sistema político não consegue dar conta e gera, portanto, uma “crise de representatividade”. Dessa forma, Limongi (2002b) salienta que o problema das democracias em desenvolvimento seria de ordem estrutural, não político-institucional.

Parte da discussão sobre a democracia brasileira, portanto, partiu dessas hipóteses teóricas, considerando o pressuposto de que o desenho institucional escolhido não seria adequado. Seria necessário, portanto, que a democracia passasse por uma reforma institucional ou então esta estaria fadada a crise. Limongi (2002a; 2002b) argumenta, porém, que essa posição de parte dos estudiosos interferiu no

desenvolvimento de estudos empíricos sobre o real funcionamento da democracia brasileira. Assim, uma parte do conhecimento acadêmico sobre o sistema eleitoral e partidário produzido ao longo deste período, como destaca Nicolau (2010), centrou esforços em entender e buscar explicações acerca da volatilidade eleitoral e da fragmentação do sistema partidário.

A partir deste cenário, este capítulo pretende discutir as principais análises acerca da volatilidade eleitoral da democracia brasileira, debate seguido por uma discussão sobre o sistema partidário e a sua fragmentação. Além disso, procura-se incorporar, a estas discussões, os autores que tentaram analisar tais situações sem que tivessem como único pano de fundo o argumento de que a democracia brasileira estaria fadada à crise. Em seguida, será incorporado a este debate uma temática que começou a ganhar destaque maior no atual período democrático há menos tempo, a saber: uma discussão mais aprofundada acerca das coligações eleitorais. Por fim, será discutida a análise feita por Ames et. al. (2009) sobre a questão do voto dividido no Brasil.

2.2 Comportamento eleitoral: a questão da Volatilidade Eleitoral

A questão da volatilidade eleitoral tem importância central nas discussões sobre a consolidação da democracia brasileira. Isto porque, para um grupo de autores, as características institucionais do sistema político brasileiro contribuiriam para baixo vínculo entre os partidos e o eleitorado, principalmente quando associadas a uma população com baixa escolaridade (Mainwaring e Tocal; 2005; Kinzo, 2005; 2004; Carreirão e Kinzo, 2004; Ames, 2003; Mainwaring, 1991). A estruturação do sistema dificultaria, portanto, a inteligibilidade do processo eleitoral, pois combinaria partidos com pouca base social com um complexo sistema de escolha dos candidatos que inclui, em um mesmo pleito, a eleição para vários cargos em diferentes níveis de poder (Kinzo, 2005; 2004).

O eleitorado brasileiro, portanto, teria pouca identificação partidária e não enxergaria os partidos como canalizadores de suas preferências (Rennó & Pereira, 2001). Segundo alguns autores, a única exceção seria o Partido dos Trabalhadores

(PT), que se constituiu como um partido de massa, vinculado a uma imagem de esquerda (Kinzo, 2005; Ames, 2003). Este desenvolveu estratégias de aproximação com o eleitorado, sendo, segundo Kinzo (2005), o único em que a taxa de preferência cresceu de forma significativa, passando de 10%, em 1989, para 18%, em 2002. A falta de partidos com vínculos fortes na sociedade também é identificada por Ames:

Mas no âmbito nacional, afora o PT, os partidos brasileiros não existem realmente e a força das organizações estaduais é muito variável. Esses aspectos da institucionalização são muito conhecidos. Um problema bem mais interessante e complexo é o das raízes sociais – isto é, a questão dos vínculos entre os partidos e os grupos societários (2003:98).

Por outro lado, alguns estudos apontam para uma modificação da estrutura partidária do PT a partir da década de 1990. Este, apesar de continuar se destacando pelos altos níveis de disciplina, coesão e lealdade entre seus filiados políticos, passou a moderar seu programa ideológico e fazer algumas outras modificações para impulsionar sua posição eleitoral. Dessa forma, até a eleição de 2002, as estratégias eleitorais do PT se intensificaram e, cada vez mais, passaram a se assemelhar a “um típico partido *catch all*”. Dessa forma, o PT “começa a adotar muitas táticas de conseguir votos que são típicos dos partidos não-orientados programaticamente no Brasil” (Hunter, 2007; 442).

Em *Sources of Mass Partisanship in Brazil* (2006), David Samuels procura fazer uma análise comparando o apoio partidário no Brasil com o de outros países e questiona se este apoio é realmente fraco no Brasil. Para tanto, o autor utiliza dados de survey do Comparative Study of electoral systems (CSES). Entre os países participantes, a porcentagem de eleitores que declaram ter uma preferência partidária gira entre 40-50%, sendo a média no Brasil de 42,6%. Samuels, entretanto, ao analisar os dados desagregados de identificação partidária entre os partidos, percebe que o PT canaliza a maioria dos eleitores identificados, crescendo consistentemente de 6%, em 1989, para 24%, em 2004. Já o PMDB teve um declínio na identificação durante o mesmo período, de 15% para 7%, e os outros partidos não desenvolveram uma base consistente de apoio.

Entretanto, apesar do crescimento do PT durante a década de 1990, até 2004, Samuels atenta para um declínio na identificação partidária por conta dos problemas enfrentados durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, representados,

principalmente, pelo “Mensalão”. Dessa forma, em agosto de 2005, o nível de identificação partidária do PT havia caído para 18,5%, ou seja, o PT perdeu cerca de 25% do apoio do eleitor partidarista desde o escândalo de corrupção (Samuels, 2006:19).

Carreirão e Kinzo (2004) também fizeram uma análise sobre o nível de identificação partidária, entre 1989 e 2002. Os autores comparam as taxas de identificação em dois períodos – de 1988 a 1994 e de 1989 a 2002 –, sendo a primeira em torno de 50% e a segunda de 46%. A partir dos dados, eles afirmam que não é possível perceber um processo de crescimento das taxas, indicando que não ocorreu nesse período um crescimento efetivo dos índices de bipartidarismo. A escolaridade é relevante na análise: os eleitores menos escolarizados têm menos identificação do que os eleitores mais escolarizados. Ao considerar apenas o PT e PMDB, os dois partidos com índices mais significativos de identificação, os autores ressaltam que o nível de identificação com o PMDB é maior entre os eleitores com menos escolaridade, enquanto no caso do PT a relação é inversa, ou seja, os eleitores de maior escolaridade se identificariam mais com o partido.

Assim, para os autores adeptos desta perspectiva teórica, as características institucionais do sistema político brasileiro, somadas à falta de vínculo dos partidos com o eleitorado, produzem incentivos negativos para a consolidação do sistema partidário (Kinzo, 2005, 2004; Ames, 2003; Mainwaring, 1991), sendo resultados de tais incentivos negativos tanto a volatilidade eleitoral quanto os altos índices de fragmentação partidária. Uma das formas mais utilizadas para mensurar a estabilidade e a identificação dos sistemas partidários é a partir da volatilidade eleitoral¹⁴ (Mainwaring & Zoco, 2007).

O índice de volatilidade eleitoral criado por Pedersen (1990) procura verificar se o apoio dos eleitores aos partidos muda de uma eleição para outra. Dessa forma, a volatilidade é medida pela porcentagem de votos obtidos pelo partido A numa eleição menos a porcentagem de votos obtidos por esse mesmo partido na eleição seguinte. A volatilidade de todo o sistema partidário consiste no somatório das diferenças de porcentagens de todos os partidos dividido por dois.

¹⁴ A volatilidade do eleitorado pode ser entendida com uma instabilidade dos eleitores quanto à identificação partidária, ou seja, numa eleição um determinado eleitor vota no partido A e na eleição seguinte no partido B, mesmo que essas legendas tenham orientações programáticas totalmente diferentes.

Segundo Mainwaring e Zoco (2007), a volatilidade eleitoral tem relação com o tempo do sistema democrático – as democracias antigas têm menos volatilidade do que as democracias recentes – e com a fragmentação do sistema partidário. Assim, em sistemas partidários fragmentados¹⁵, as distinções ideológicas são menos claras, fazendo com que os eleitores mudem de opção mais facilmente (Bartolini & Mair, 1990 *apud* Mainwaring & Zoco, 2007).

Em estudo realizado por Mainwaring e Zoco (2007), a volatilidade eleitoral é analisada em 47 democracias. Enquanto, por exemplo, a média de volatilidade dos Estados Unidos foi de 3%, o Brasil, entre 1989 e 2002, teve uma média de volatilidade acima de 20%, ficando na 25ª posição. Já outros estudos apontam que, apesar do Brasil apresentar uma alta taxa de volatilidade eleitoral, esta está começando a se estabilizar. Para Nicolau (1998), a volatilidade eleitoral medida em pares de eleições entre os anos de 1982 a 1998 ficou em torno de 30%. Em análise mais recente acerca da volatilidade eleitoral para a câmara dos deputados, Kinzo (2004) aponta para o fato de que esta se manteve estável em 40% entre as eleições de 1998 e 2002, apesar de ser considerada alta.

Segundo a literatura abordada, o comportamento do eleitorado brasileiro está associado a uma baixa identificação partidária, pois os partidos não aparecem como instituições capazes de estruturar as preferências dos eleitores (Ames, 2003; Rennó & Pereira, 2001; Mainwaring, 1991). Tais evidências são sustentadas pelos resultados dos estudos sobre volatilidade no país. Esta, apesar de ter se estabilizado, ainda é muito alta quando comparada à de outros países (Mainwaring e Zoco, 2007; Nicolau, 1998).

Por outro lado, uma outra corrente de autores defende que, ao se discutir a questão da identificação partidária do eleitorado durante as eleições e, dessa forma, a questão da volatilidade eleitoral, é preciso levar em consideração a atuação dos partidos e elites partidárias no momento da disputa eleitoral.

Braga (2006) procura entender a dinâmica do sistema partidário-eleitoral no Brasil entre os anos de 1982 a 2002. Para a autora, o sistema partidário brasileiro se encontra em um processo de consolidação que tem ocorrido a partir da nacionalização das estratégias de competição eleitoral, resultando em uma nacionalização dos

¹⁵ A fragmentação partidária é medida a partir do Número Efetivo de Partidos (Laakso & Taagepera, 1979), ou seja, pelo número de partidos com efetivo poder de competição.

partidos. Dessa forma, a autora atenta para a importância das estratégias partidárias na análise da estabilidade do sistema partidário e das preferências eleitorais.

As relações entre sistema partidário e preferências eleitorais não são mutuamente equivalentes. Nesse sentido, outros fatores, como mudança no comportamento das elites, nas estratégias partidárias (...), explicam, em grande medida, o grau ou não de estabilidade do sistema partidário (Braga, 2006: 205-6)

Esta questão do efeito das instituições em relação às preferências dos eleitores já foi debatida neste trabalho a partir da discussão feita por Cox (2005). Assim, a organização institucional do sistema partidário-eleitoral – tanto as regras eleitorais quanto os partidos políticos – na apresentação de candidaturas e coligações eleitorais pode acabar restringindo ou ampliando o leque de escolhas do eleitorado.

Outro ponto discutido por Braga (2009) está relacionado ao fato de que o processo de estruturação das preferências partidárias também se vincula ao processo de estruturação do multipartidarismo. A consolidação deste não é homogênea em todo o país, sendo necessário relacionar uma maior ou menor volatilidade eleitoral ao nível de estruturação do sistema multipartidário. Por fim, a autora também destaca que a volatilidade eleitoral tendeu a ser maior no par entre 1990-1994, sendo isto reflexo das alterações partidárias ocorridas depois de 1989, principalmente na divisão do PMDB e na formação do PSDB. Nos outros pares de anos é percebida uma tendência de queda nos indicadores de volatilidade. Assim, Braga (2009) afirma que ao se revelar um padrão de estabilidade do sistema partidário, o eleitorado também tende a estabilizar as suas preferências.

Limongi e Mesquita (2008), ao analisarem as eleições para prefeito na cidade de São Paulo entre os anos de 1985 e 2004, também atribuem importância à interação entre estratégias partidárias e preferências eleitorais. Os autores consideram a coordenação eleitoral dos partidos um elemento importante para a análise das preferências do eleitorado.

Dessa forma, “sejam quais forem os interesses em jogo, definidas as candidaturas dos principais partidos, metade ou mais do jogo eleitoral já está jogado. Eleitores só podem votar nas opções que lhe são ofertadas e estas, em geral, não são muitas” (Limongi & Mesquita, 2008:50). A partir desta perspectiva, os autores concluem que, apesar da alternância entre partidos de direita e esquerda no controle da

prefeitura de São Paulo, o eleitor paulistano tem se mostrado estável nas suas opções. Assim, essa alternância pode ser explicada, em grande medida, pela coordenação dos partidos no lançamento de candidaturas nas eleições em questão.

2.3 Sistema Partidário e Fragmentação Partidária

A fragmentação do sistema partidário brasileiro sempre foi um tema-chave nas análises acerca da consolidação da democracia após a abertura política. Para um grupo de autores, o desenho do sistema eleitoral brasileiro influenciaria diretamente na configuração deste sistema¹⁶ e uma das consequências seria a alta fragmentação partidária (Lamounier e Meneguello, 1986; Lamounier, 1992; Mainwaring, 1993; 1991; Ames, 2003).

Assim, um sistema eleitoral que combina eleições majoritárias e proporcionais de lista aberta, associadas ao multipartidarismo existente, agravaria a questão da fragmentação do sistema partidário. Esta fragmentação, agregada ao desenho institucional do sistema político que combina, em adicional, o federalismo e o presidencialismo, contribuiria para que democracia brasileira estivesse fadada a viver uma constante crise de governabilidade (Lamounier e Meneguello, 1986; Lamounier, 1992; Mainwaring, 1993; 1991; Ames, 2003).

Em suma, a combinação de presidencialismo, um sistema multipartidário fragmentado, e partidos indisciplinados trouxe problemas preocupantes para o sistema político brasileiro. Essa combinação contribuiu para a instabilidade da democracia e também para a fragilidade crônica dos partidos políticos brasileiros (Mainwaring, 1993: sem página)

Um dos trabalhos pioneiros no começo do processo de redemocratização sobre a fragilidade do sistema partidário brasileiro foi desenvolvido por Lamounier e Meneguello (1986). Os autores, com o intuito de pensar possíveis caminhos para a consolidação do “novo” processo democrático do país, afirmam que é necessário repensar uma “engenharia institucional” que propicie tal consolidação.

¹⁶ Fica evidente a influência da teoria de Duverger (1987) e seus desdobramentos na análise desses autores sobre o funcionamento do sistema partidário brasileiro.

O principal ponto de instabilidade do sistema político brasileiro seria fruto do “subdesenvolvimento” do sistema partidário. Segundo os autores, o desenvolvimento de tal sistema ocorreu de forma tardia, não tendo os partidos fortes vínculos com clivagens sociais, de classe ou religiosas. Assim, seria necessária uma reforma no sistema eleitoral para tentar fortalecer o sistema partidário, diminuindo a sua fragmentação e, conseqüentemente, a possibilidade de uma crise de governabilidade.

Para Mainwaring, o sistema eleitoral e partidário também é elemento fundamental para compreender o motivo pelo qual as instituições políticas não funcionam de forma adequada no Brasil, sendo a legislação eleitoral uma das causas dessa ineficiência. Ele considera que as regras do jogo político são de extrema importância para a estruturação das relações interpartidárias e intrapartidárias. Dito de outra forma: a legislação influencia diretamente as decisões dos políticos e pode contribuir tanto para estes defenderem seus interesses pessoais quanto para atenderem os interesses coletivos. Segundo o autor, “algumas regras dão fortes incentivos para que os políticos cooperem com outros representantes parlamentares e candidatos. Outras fazem exatamente o oposto, de modo que seria de se esperar práticas individualistas” (Mainwaring, 1991:42).

Desta forma, o sistema eleitoral e partidário brasileiro pós-Constituição de 1988 contribui para a individualização dos políticos e enfraquece a função dos partidos como atores fundamentais do jogo democrático, gerando uma alta fragmentação partidária e volatilidade eleitoral. Mainwaring acredita que a combinação entre o sistema de representação proporcional e a lista aberta é o ponto-chave que garante aos políticos tanta autonomia em relação aos partidos, tornando, assim, o processo decisório individualizado (Mainwaring, 1993; 1991).

Ames (2003) também atribui importância do sistema eleitoral em relação ao sistema partidário, ao afirmar que o sistema de representação proporcional de lista aberta personaliza a política e entrava o desenvolvimento do sistema partidário, o que contribuiria para o mau funcionamento da democracia.

Para o autor, além do sistema eleitoral e partidário, outros dois elementos contribuem para a falta de governabilidade. Um deles é o federalismo – formado pela falta de habilidade dos governantes em centralizar o país num único poder –, que acabou por fortalecer e favorecer determinados grupos locais. O outro elemento elencado é o presidencialismo, já que o Brasil, diferentemente da maioria dos outros

países democráticos, tem um regime presidencialista e, ao mesmo tempo, multipartidário. Tal fator praticamente anula as chances do presidente da república de ter maioria no Congresso sem fazer alianças e coalizões com outros partidos (Ames, 2003). Assim, tanto para Ames (2003) quanto para Mainwaring (1991), países parlamentaristas ou presidencialistas em que o bipartidarismo vigora são mais fáceis de governar.

Boa parte dos problemas políticos brasileiros tem origem no desenho institucional de suas instituições [...] Entre as instituições disfuncionais incluem-se o sistema eleitoral, as regras de formação de partidos, a natureza da presidência e a separação de poderes entre governo federal, governos estaduais, e prefeituras (Ames, 2003:332)

Dessa forma, o arcabouço institucional favoreceria uma instabilidade na governabilidade da democracia brasileira. Segundo Ames, tal arcabouço contribuiria para o aparecimento de *veto-players* – atores que teriam poder para obstruir as mudanças necessárias ao processo democrático – e, conseqüentemente, levaria o governo a uma situação de paralisia decisória. O autor afirma que o número de *veto-players* no Congresso brasileiro é muito alto. Isto porque, além de um número excessivo de partidos – alta fragmentação partidária –, os congressistas ainda procuram defender interesses regionais e/ou particulares, deixando de lado, muitas vezes, a indicação dos partidos (Ames, 2003).

Em contrapartida a essa interpretação, um outro grupo de autores questiona tal assertiva de que o sistema eleitoral seria o responsável pela alta fragmentação do sistema partidário e que esse, entre outros motivos, levaria o país a uma crise de governabilidade. Esta corrente afirma que as suspeitas de que a democracia não funcionaria, associada a uma “leitura simplificada” da literatura em ciência política, levou ao estabelecimento deste diagnóstico negativo sobre o sistema político brasileiro (Limongi, 2002a; 2002b; Nicolau, 1996; Nicolau e Schmitt, 1995). Porém, segundo estes autores, a democracia brasileira, de forma mais ampla, e as relações entre sistema eleitoral e o partidário carecem de estudos empíricos mais aprofundados.

Para Nicolau e Schmitt (1995), é preciso avaliar o verdadeiro impacto do sistema eleitoral sobre o sistema partidário no Brasil. Segundo esses autores, a chave explicativa para as causas da fragmentação do sistema partidário não se encontra no sistema eleitoral. Para tanto, é feita uma discussão sobre as “Leis de Duverger” e os

desdobramentos delas. Os autores afirmam que as “Leis de Duverger” têm um poder analítico sobre os sistema políticos se forem entendidas no sentido probabilístico e tendencial. Estas não devem ser entendidas estritamente de forma causal, ou seja, no sentido de que o sistema eleitoral determina necessariamente a configuração do sistema partidário.

Para compreender melhor se existe ou não impacto do sistema eleitoral no sistema partidário no Brasil, é preciso avaliar os efeitos da representação proporcional. Assim, teoricamente, em sistemas proporcionais em que a magnitude (M) do distrito é alta, há um baixo impacto tanto do efeito mecânico quanto do efeito psicológico de redução dos partidos¹⁷, levando a uma alta fragmentação partidária. Nicolau e Schmitt (1995), entretanto, afirmam que o baixo impacto dos efeitos mecânico e psicológico atuam no sentido de diminuir os obstáculos da elite partidária na organização e apresentação dos partidos; e permitem que os eleitores façam as escolhas pautados nas primeiras opções das suas escalas de preferências. Assim, “não é a abertura da barragem (representação proporcional) que produz um rio mais caudaloso (multipartidarismo), mas a construção de barragens (sistema eleitoral majoritário) que torna o rio menos caudaloso (bipartidarismo)” (Nicolau e Schmitt: 1995; 134).

A partir dessa perspectiva, os autores analisam até que ponto as regras do sistema eleitoral brasileiro são responsáveis pela alta fragmentação partidária no país. Esta análise é feita a partir da discussão dos seguintes pontos: fórmula eleitoral e representação proporcional; magnitude do distrito eleitoral e sistema proporcional de lista aberta (Nicolau, 1996; Nicolau e Schmitt, 1995).

As fórmulas eleitorais desempenham um importante papel nos sistemas de representação proporcional. Elas são responsáveis pela distribuição das cadeiras parlamentares em uma eleição, variando de fórmulas menos proporcionais – favorecem os grandes partidos – até fórmulas mais proporcionais – desempenham um papel neutro na distribuição. A fórmula utilizada no Brasil é a D’Hondt. Esta se encaixa entre as fórmulas menos proporcionais, favorecendo, portanto, os partidos

¹⁷ Em síntese: o efeito mecânico é a tendência que os sistemas eleitorais têm em sub-representar os partidos pequenos; o efeito psicológico diz respeito à tendência dos eleitores em deixar de votar em partidos que não conseguirão serem eleitos com o intuito de não desperdiçarem os seus votos (Duverger, 1987).

mais votados¹⁸. Segundo os autores, esta fórmula, isoladamente, não é responsável pela alta fragmentação partidária. Outro elemento que contribui com o favorecimento dos grandes partidos está relacionado à exclusão dos partidos que não atingiram o quociente eleitoral da distribuição das sobras (Nicolau, 1996; Nicolau e Schmitt, 1995).

O segundo ponto está relacionado à magnitude do distrito eleitoral – como foi dito anteriormente, quanto maior a magnitude do distrito em sistemas de representação proporcional, menor o efeito mecânico de redução dos partidos. Segundo os autores, apesar da magnitude média “hipotética” colocar o Brasil entre os países de alta magnitude, na verdade a “real” magnitude do país é próxima à de países de magnitude média. Por fim, os autores indagam se o sistema proporcional de lista aberta teria alguma relação com a alta fragmentação partidária. Estes afirmam, como foi visto anteriormente, que a literatura que aponta a alta fragmentação partidária como consequência do sistema eleitoral indica que a lista aberta produz campanhas individualizadas e uma baixa influência dos partidos em relação aos candidatos eleitos. Segundo os autores, nada garante que o fato da existência de campanhas individualizadas para o legislativo seja um incentivo ao multipartidarismo, dado o fato de que este tipo de campanha também poderia existir em sistemas bipartidários. O mesmo ocorre em relação à baixa influência dos partidos nas eleições dos candidatos, pois o eleitor pode considerar este elemento como um incentivo para que o candidato permaneça no partido (Nicolau, 1996; Nicolau e Schmitt, 1995).

Após a discussão desses três pontos, os autores chegam à seguinte conclusão: por um lado, a fórmula D'Hondt favorece os grandes partidos; por outro lado, a alta magnitude de alguns distritos reduz o efeito mecânico e a individualização das candidaturas reduz o efeito psicológico; ao mesmo tempo, não existe uma relação lógica entre a lista aberta e a fragmentação partidária. Assim, os autores consideram que o sistema eleitoral não favorece os pequenos partidos, sendo necessário pesquisar as causas da fragmentação partidária em outras esferas do sistema político brasileiro (Nicolau, 1996; Nicolau e Schmitt, 1995).

Outra análise pertinente sobre até que ponto o sistema eleitoral brasileiro seria responsável por uma alta fragmentação do sistema partidário é feita por Guarnieri

¹⁸ Talvez os partidos menores consigam driblar essa barreira ao se coligarem com partidos maiores nas eleições proporcionais. Esta questão será discutida na sequência deste capítulo.

(2009). O autor evidencia a falta de estudos que relacionam fragmentação partidária e eleições majoritárias e, por esta razão, centra a sua análise nas eleições majoritárias para prefeito com apenas um turno e para governador com dois turnos.

No primeiro caso, o objetivo do autor é testar se a “Lei de Duverger” se aplicaria às eleições para prefeito em cidades entre 10 mil e 200 mil habitantes, mais especificamente em 2.752 municípios nas eleições de 1996 a 2008. Assim, nessas cidades em que há eleição majoritária de turno único, o sistema partidário deveria tender ao bipartidarismo e/ou os eleitores, ao se considerar o efeito psicológico, deveriam escolher os candidatos com maiores chances de vitória (Guarnieri 2009).

Segundo o autor, em 34% dos casos as disputas aconteceram apenas com dois candidatos e, em dois terços das eleições, o número de candidatos concorrendo era igual ou menor que 3. Nos casos em que havia mais de dois candidatos concorrendo nas eleições, em 50% destas situações o terceiro colocado conseguiu alcançar no máximo um terço dos votos do segundo colocado. Em 37% dos casos, o terceiro colocado conseguiu mais da metade dos votos do segundo e, em apenas 10% dos casos, o terceiro candidato conseguiu 87% dos votos do segundo. A partir dos dados encontrados, o autor afirma que os efeitos mecânico e psicológico propostos por Duverger se aplicam no caso das eleições majoritárias de turno único no Brasil. Além de considerar a coordenação pré-eleitoral discutida por Cox¹⁹ como um outro fator para o reduzido número de candidatos disputando estas eleições (Guarnieri 2009).

No caso das eleições para governador – majoritária com dois turnos –, os dados utilizados são referentes aos 27 estados entre os anos de 1990 e 2006. Segundo o autor, durante este período o número médio de candidatos que disputaram as eleições ficou entre 6 e 7, acima da média proposta por Duverger. Entretanto, quando estes dados são filtrados a partir do número de candidatos efetivos, em 87% dos casos é de 3 ou menos candidatos. Estes dados, portanto, estão de acordo com as formulações feitas por Duverger e Cox, quando se trata de eleições majoritárias de dois turnos (Guarnieri 2009).

Dessa forma, Guarnieri afirma que os dados demonstram que existe uma coordenação pré-eleitoral das elites políticas, como foi sugerido por Cox. Assim, é

19 A teoria de Cox (1997) sobre a coordenação das elites políticas no momento pré-eleitoral foi discutida no capítulo anterior.

possível identificar que os grandes partidos²⁰ se articulam antes do início das eleições, pois, na maior parte dos casos, o número de candidatos viáveis não superou 3. Para o autor, portanto, o número de partidos efetivos é reduzido nas eleições majoritárias por dois fatores: o voto estratégico e a coordenação eleitoral (Guarnieri 2009).

A partir da discussão desenvolvida, fica evidente que a combinação entre sistema eleitoral, sistema partidário e sistema de governo não leva necessariamente o Brasil a um crise de governabilidade, como foi considerado por uma parte da literatura (Lamounier e Meneguello, 1986; Lamounier, 1992; Mainwaring, 1993; 1991; Ames, 2003). Como foi visto, alguns autores questionam a determinação que o sistema eleitoral tem no sistema partidário, afirmando que as regras eleitorais não seriam fator determinante para a fragmentação partidária (Nicolau, 1996; Nicolau e Schmitt, 1995).

A alta fragmentação do sistema partidário pode ser questionada ainda, entre outros elementos, a partir da análise das eleições majoritárias no país. É possível afirmar que nem todos os partidos que fazem parte do sistema partidário têm poder, sendo este poder concentrado em alguns partidos. Isto fica evidente ao se constatar que o número efetivo de partidos que concorrem nas eleições majoritárias, tanto para o executivo municipal quanto para o executivo estadual, na grande maioria dos casos, estão dentro do proposto pelas formulações de Duverger (1987) e Cox (1997) (Guarnieri, 2009).

Não obstante, outra questão ganhou atenção dos estudiosos sobre o sistema eleitoral e partidário brasileiro: as coligações eleitorais. Tal questão também surge a partir do “problema” do número de partidos existentes no sistema partidário do país e será, portanto, o ponto de discussão central da próxima seção deste capítulo.

2.4. Coligações eleitorais

As coligações eleitorais são tema de recorrente debate na ciência política brasileira desde a década de 1960, quando começaram a ser realizados estudos com o intuito de explicar o “fracasso” do período democrático de 1946-64. Como afirma Schmitt, “a possibilidade de formação de coligações eleitorais entre os partidos

20 Os partidos considerados grandes foram aqueles em que 80% dos candidatos obtiveram mais de 10% dos votos. A saber: PT, PDT, PMDB, PSDB, PTB, PFL/DEM, PDS/PP (Guarnieri, 2009:86).

políticos para a disputa de eleições proporcionais é uma das características mais peculiares do nosso sistema eleitoral” (2005:11). Por esse, entre outros motivos, as coligações eleitorais eram listadas como um das causas para a configuração do sistema partidário da época, principalmente no que diz respeito à questão da fragmentação.

Soares (1964) foi o primeiro autor a discutir a questão das coligações eleitorais no Brasil e tentar formular uma teoria sobre o aumento das alianças a partir das eleições de 1950. O autor desenvolveu dois modelos para explicar este fenômeno. O primeiro estaria relacionado ao que ele denominou teoria econômica dos esforços. Neste caso, os partidos com o objetivo de maximizar os seus desempenhos tenderiam a se coligar cada vez mais. Dessa forma, os partidos agiriam de forma racional ao minimizar os riscos eleitorais e tentar eleger mais candidatos coligando-se. Assim, uma das hipóteses do autor é que os pequenos partidos tenderiam a formar mais coligações do que os maiores partidos, com o intuito de atingir o quociente eleitoral.

A segunda formulação teórica de Soares (1964), a teoria da resistência ideológica, dispõe que questões socioeconômicas, a plataforma ideológica e as bases sociais dos partidos influenciariam as coligações. Dessa forma, as coligações tenderiam a ser mais frequentes nas zonas rurais do que nas cidades e menos frequentes entre os partidos com ideologia mais definida, como o PTB e PSP.

Maria do Carmo Campello de Souza (1990) concorda com o argumento trazido por Soares (1964), de que o aumento no número de alianças e coligações refletia uma crescente racionalização dos partidos em relação às normas institucionais do período. O principal fator que levaria os partidos a formar alianças e coligações era a incerteza em relação aos resultados das eleições, ou seja, eles só não se aliariam caso a vitória isolada fosse possível. Tal comportamento respalda o argumento de que esse processo era racional. Outro ponto analisado pela autora está relacionado ao aumento do número das coligações. Diferente de Soares (1964), que afirma que as coligações seriam mais frequentes nas zonas rurais que nas urbanas, Campello de Souza (1990) afirma que as coligações cresceriam nas duas regiões. Por fim, a autora argumenta que as coligações não se dariam apenas por afinidade ideológica, mas também por estratégias partidárias de expansão:

Existem indícios de que o comportamento aliancista era um padrão nacional e crescente, embora com ritmos diferentes, durante o período, e que não era errático; ao contrário, acompanhava, em alguns casos,

afinidades ideológicas, noutros estratégias de expansão partidária, e em todos, estratégias de ganho eleitoral racionalmente elaboradas (1990:160)

Lima Júnior (1983) afirma que as coligações só podem ser compreendidas a partir do que ele denomina como “racionalidade contextual”. Assim, os partidos fariam coligações com o intuito de maximizar seu apoio eleitoral e, também, com o objetivo de derrotar o seu principal adversário. Estas afirmações são respaldadas pois, segundo o autor, 80% das coligações que concorreram nos pleitos para a Câmara Federal obtiveram ou a primeira ou a segunda posição na votação.

Diferente dos autores discutidos até aqui, Santos (2004) argumenta que o aumento das coligações no período de 1946-64 foi uma das razões para a “esterilidade” do sistema partidário-parlamentar. Estas, por não seguirem um padrão ideológico, distorciam a representatividade parlamentar. Dessa forma, segundo o autor, as coligações foram um dos motivos que levaram a uma alta fragmentação da Câmara dos Deputados, gerando uma crise de paralisia decisória no governo.

Por fim, Lavareda (1999) faz uma análise da relação entre as coligações majoritárias e proporcionais que, como salientado por Schmitt (2005), não foi percebida pelos outros autores. Segundo Lavareda, os partidos grandes se coligariam com os partidos pequenos nas eleições proporcionais com o intuito de conseguir o apoio destes partidos pequenos para eleições majoritárias. Assim,

os grandes partidos aceitavam, tal como nos dias atuais, as coligações proporcionais frequentemente por motivos rigorosamente estranhos aos pleitos proporcionais. As coligações nesses pleitos funcionavam como instrumento de barganha para amealhar apoio de pequenas legendas nas eleições de soma zero [...] aquelas em que mesmo um pequeno contingente de votos orientados por uma pequena legenda ou liderança isolada podia ser vital nas urnas, ou mesmo antes, à medida que emprestavam aparência de maior força e ajudavam a viabilizar as candidaturas (Lavareda, 1999: 126. Grifo meu)

Esta afirmação feita por Lavareda – ou seja, de que os partidos também nos dias atuais fazem coligações nas eleições proporcionais com o objetivo de obterem apoio nas eleições majoritárias – será usada como ponte para passar a discussão para os principais estudos sobre coligações nas eleições após a redemocratização. Além disso, cabe uma ressalva, pois a análise feita por Lavareda também poderia ser entendida a partir da questão da coordenação eleitoral discutida por Cox (1997).

Assim, as coligações seriam fruto da coordenação pré-eleitoral das elites políticas com o objetivo de maximizar os seus resultados eleitorais.

As coligações eleitorais voltaram a ser permitidas no Brasil a partir de dezembro 1985, com a Lei nº 7454. O sistema de eleição para deputados federais, estaduais e vereadores continuou sendo proporcional e de lista aberta. Dessa forma, neste tipo de arranjo, os partidos coligados se comportam como um único partido no momento de distribuição das cadeiras em disputa (Nicolau, 1996). Nas coligações que atingirem o quociente eleitoral, a alocação das cadeiras é feita a partir da lista dos candidatos mais votados, não sendo considerada a proporção de votos obtidos por cada um dos partidos na distribuição. Assim, segundo Nicolau, “a singularidade do sistema brasileiro é a ausência de um procedimento matemático para alocar as cadeiras entre os partidos de uma coligação” (1996:74)

Nicolau também afirma que as coligações são um fator de extrema importância na definição das estratégias eleitorais dos partidos, principalmente no caso dos partidos médios e pequenos. Isto porque estes partidos não tem segurança acerca do seu desempenho eleitoral e, portanto, tendem a se coligar para tentar garantir algum tipo de representação. Outro elemento importante para a escolha dos partidos em se coligarem ou não é o tempo do horário eleitoral gratuito (HPGE). A partir dessas evidências, o autor estabelece que a probabilidade das coligações acontecerem é maior nos casos de menor magnitude eleitoral e nos casos em que os partidos são menores (Nicolau, 1996).

Nicolau (1996) afirma que um dos efeitos desta configuração institucional no sistema partidário está nos diferentes custos de entrada para cada partido na hora de eleger os candidatos. Isto porque o critério de alocação acaba sendo injusto, ao permitir que partidos que não alcançaram o quociente eleitoral elejam candidatos. Assim, segundo o autor, as coligações eleitorais podem ser um fator de aumento da fragmentação partidária no parlamento. No caso das eleições de 1994, o número de partidos efetivos para a câmara dos deputados foi de 8,2. Caso as coligações fossem proibidas, este número teria uma redução de 18,7%, passando de 8,2 para 6,7, e 8 partidos seriam eliminados quando considerados em número absoluto.

A partir das considerações feitas por Nicolau, fica evidente que as coligações eleitorais podem ser vistas por uma parte da literatura e da sociedade como um elemento de entrave ao pleno funcionamento das instituições democráticas de forma

geral no país. Esta questão chegou a ser pauta de embate entre o judiciário brasileiro e o Congresso Nacional nos anos 2000, com discussão sobre a questão da verticalização das eleições.

Assim, estava em pauta naquele momento quais seriam os possíveis arranjos eleitorais permitidos aos partidos. Esta discussão impactaria diretamente as possíveis formas de coordenação dos partidos e elites políticas antes das eleições (Cox, 2005). Apesar de uma ênfase maior acerca das coligações nacionais e estaduais, a discussão sobre a verticalização das eleições também aborda e influencia as coligações no nível municipal.

A questão da verticalização ou não das coligações foi amplamente analisada e discutida principalmente pelos poderes Legislativo e Judiciário. Esta questão passou a ter mais visibilidade em fevereiro de 2002, quando o Partido Democrático Trabalhista (PDT) consultou o Tribunal Superior Eleitoral acerca da congruência das coligações. A dúvida colocada pelo partido era a seguinte: se um determinado partido A, que estivesse concorrendo com um candidato a presidência, poderia fazer aliança dentro de um determinado estado da federação com um partido B, que também teria um candidato concorrendo a presidência da república (Ferraz, 2008).

O TSE decidiu responder à pergunta de forma negativa, seguindo o voto do relator Ministro Garcia Vieira. Dessa forma, não seria permitido aos partidos formarem coligações diferentes nas esferas estaduais e federal. Ou seja, caso um partido A fizesse coligação com os partidos B e C para presidente da república, este partido teria que se coligar com os mesmos partidos para a disputa dos cargos estaduais (Ferraz, 2008).

A partir da “nova” interpretação, os partidos políticos se mobilizaram tanto para sanar dúvidas quanto para tentar “mudar” a decisão. Alguns partidos fizeram consultas ao TSE para saber se a seguinte alternativa seria possível: caso um partido não lançasse candidato à presidência nem se coligasse com nenhum partido nacionalmente, seria permitido que este partido se coligasse nos estados. A interpretação da assessoria da presidência do TSE foi que esta não seria uma opção possível, já que para a regra da verticalização ser eficaz seria necessário que as coligações nacionais e estaduais fossem as mesmas. Entretanto, a Corte Eleitoral decidiu não acatar a interpretação da assessoria da presidência do TSE e flexibilizar a

interpretação, possibilitando que partidos que não se coligassem na esfera nacional pudessem se coligar nos estados (Ferraz, 2008).

A estratégia dos partidos para tentar reverter a decisão do TSE foi tentar mudar a interpretação da lei a partir de uma alteração constitucional. O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) entrou com um projeto de emenda constitucional para alterar o § 1º do artigo 17 da Constituição. A PEC (nº 548/2002) foi aprovada no senado em julho de 2002. Entretanto, o processo para aprovação da PEC na Câmara dos Deputados foi mais lento. Esta só foi aprovada em março de 2006, pouco tempo depois do TSE ter “ameaçado” radicalizar ainda mais a interpretação acerca das coligações partidárias (Ferraz, 2008). A Emenda Constitucional nº 52 foi aprovada e alterou o texto constitucional do § 1º do artigo 17. Antes de março de 2006, este afirmava:

É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, devendo seus estatutos estabelecer normas de fidelidade e disciplina partidárias (Constituição Federal, artigo 17 § 1º)

Com a aprovação do Projeto de Emenda Constitucional nº 52 pela Câmara dos Deputados, o texto constitucional foi alterado para:

É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária (Constituição Federal, artigo 17 § 1º)

A alteração da Constituição pelo Poder Legislativo cessou as possibilidades de interpretação do TSE para a questão da verticalização das coligações partidárias. Os senadores e deputados, a partir da aprovação do novo texto constitucional, não deixaram a possibilidade de dúvida na interpretação sobre a quem caberia decidir acerca das coligações eleitorais: esta decisão passaria a ser dos partidos políticos. A partir desta decisão, o sistema político brasileiro favorece a coordenação entre partidos e elites políticas a partir das coligações eleitorais.

As eleições de 2006 ainda foram organizadas a partir da interpretação feita pelo TSE em 2002, e a nova interpretação só entrou em vigor nas eleições seguintes. Assim, no caso das eleições nacional e estaduais, a “nova” regra abre a possibilidade de um único partido, além de participar de uma coligação nacional, poder participar de duas

outras coligações diferentes em cada um dos 27 entes da federação. Este arranjo possibilita que um único partido tenha a possibilidade de se coligar de 55 formas diferentes numa mesma eleição para presidente, senador, governador, deputado federal e deputado estadual. Já no caso das eleições municipais, os partidos não têm a obrigatoriedade de se coligarem da mesma forma em todos os municípios. Estes podem se coligar de forma diferente em cada cidade brasileira. Entretanto, partidos que participam das coligações majoritárias para prefeito só podem se coligar nas eleições proporcionais com partidos que fazem parte da mesma coligação.

A partir das discussões travadas na sociedade acerca da configuração das coligações entre os partidos, esta passou a ter maior relevância nos estudos sobre o sistema eleitoral e partidário brasileiro. As pesquisas se desenvolveram com o intuito de compreender a dinâmica das coligações, se estas seguem ou não um padrão de afinidade ideológica e como os partidos se comportam em relação às coligações nos níveis nacional, estadual e federal.

Com o intuito de compreender o impacto das coligações atuais nas eleições proporcionais no sistema partidário e eleitoral, Schmitt procura fazer uma comparação entre os padrões das coligações nos dois ciclos democráticos. Segundo o autor, enquanto os partidos no período democrático de 1946-64 se coligaram em 50% das vezes, nas três primeiras eleições nacionais do período atual (1986, 1990 e 1994) os partidos chegaram a se coligar em 75% das disputas. Ao medir a consistência ideológica, as coligações contemporâneas tiveram mais consistência que as do ciclo eleitoral anterior. Entre 1986 a 1994, as coligações ideologicamente consistentes corresponderam a praticamente dois terços do total de coligações. O autor, entretanto, evidencia que a consistência ideológica das coligações é maior entre os partidos de direita do que entre os de esquerda (Schmitt, 2005;1999)

Carreirão e Nascimento (2010), em um estudo sobre as coligações nas eleições majoritárias para governador e senador e proporcionais para deputados federais e estaduais entre 1986 e 2006, evidenciam a taxa de sucesso eleitoral das candidaturas lançadas por coligações em comparação com as candidaturas não coligadas. Segundo os autores, as candidaturas lançadas por coligações foram praticamente 5 vezes mais bem sucedidas eleitoralmente do que as candidaturas lançadas isoladamente.

As coligações municipais também foram motivo de investigação. Peixoto (2010) procura fazer uma análise acerca dos parceiros preferencias dos 12 partidos

principais – DEM (PFL), PP, PTB, PSDB, PL, PMDB, PPS, PDT, PV, PSB, PCdoB, PT – para as eleições de 2000 a 2008 em todos os municípios do Brasil.

Segundo o autor, existe algum grau de consistência ideológica na escolha dos parceiros preferenciais para as coligações. Alguns pontos merecem destaque. Nas eleições majoritárias de 2000, o PMDB é o principal parceiro nas coligações de quase todos os partidos, sendo um dos fatores de explicação para tal fenômeno o fato deste estar presente na maioria dos municípios. Além do PMDB, o PPS e o PDT aparecem como partidos de centro na estratégia de coligação dos partidos. Já os parceiros preferenciais do PT foram o PMDB, o PDT e o PSB. Nas eleições proporcionais, os padrões encontrados continuam sendo parecidos, com um outro fator. Os partidos tendem a escolher ainda mais outros partidos dentro do seu espectro ideológico – tanto os de esquerda quanto os de direita (Peixoto, 2010).

Já nos dois anos eleitorais seguintes, o autor percebe uma mudança na configuração da escolha de partidos preferenciais, principalmente no caso do PT. Este, depois que assume a presidência da república, muda a estratégia de coligação e tende a diminuir suas preferências por partidos do mesmo espectro ideológico. Um exemplo é o caso das coligações entre PT e PP(B). Nos anos 2000 o PP(B) estava presente em apenas 5% das coligações, mas sua participação aumentou para 15% nas eleições de 2004. A mesma tendência de diversificação dos parceiros preferenciais também acontece nas eleições de 2008 (Peixoto, 2010).

A mudança programática do PT e de suas práticas em relação ao padrão de coligações também é observada por Miguel e Machado (2010). Assim, o PT deixou de ser uma legenda que concorria nas eleições com o intuito de marcar posição e passou a ser uma legenda “hegemônica” de esquerda com efetivas chances de chegar ao poder. Segundo os autores, “o sucesso eleitoral impôs sua pedagogia aos petistas, que abandonaram o basismo, o antieleitoralismo, o principismo, o sectarismo mesmo dos primeiros tempos. Em lugar vieram o pragmatismo, a moderação, a acomodação com as práticas políticas vigentes” (Miguel e Machado, 2010: 345)

Já Dantas e Praça (2010), diferente dos outros autores analisados, procuram fazer uma análise acerca do padrão de coligações dos pequenos partidos para as eleições majoritárias nos municípios brasileiros entre os anos de 2000 e 2008. Estes consideram como pequenos partidos as legendas que receberam menos de 1% de votos

para a Câmara dos Deputados em pelo menos duas das três eleições analisadas, resultando em um total de 13 partidos²¹.

Assim, segundo os autores, as coligações dos pequenos partidos foram mais frequentes com partidos que se encontram no centro do espectro ideológico. Estas coligações apresentaram um crescimento constante, passando de 45%, em 2000, para 67%, em 2008. Entretanto, as cidades que em que esses 13 partidos conseguiram eleger candidatos a prefeito representaram menos de 4% do total dos municípios brasileiros nas eleições em questão (Dantas e Praça 2010).

A partir dos dados encontrados, Dantas e Praça (2010) afirmam que as coligações respeitam de forma discreta a classificação ideológica feita para os 10 partidos considerados grandes²². Segundo os autores estes achados estão de acordo tanto com os argumentos de Figueiredo e Limongi (1995) quanto com os achados internacionais de Golder (2005). Por fim, é destacado que a presença dos pequenos partidos nas eleições municipais corrobora com o argumento de que as coligações fazem parte das estratégias eleitorais dos partidos brasileiros.

2.5 A discussão sobre o voto dividido no Brasil

A discussão desenvolvida até aqui, sobre o desenho institucional da democracia brasileira e os possíveis entraves deste desenho, é retomada como base para a análise acerca do voto dividido por Ames et. al. (2009). Como afirmado pelos autores, poucos são os estudos desenvolvidos sobre esta temática na América Latina. Além do mais, o Brasil representa um dos casos mais notórios de “governo permanentemente dividido” (Ames et. al., 2009:8).

Ao introduzir o Brasil nesta questão, os autores começam afirmando que os governos divididos foram, em muitos casos, os responsáveis pelo colapso da democracia nesta região entre os anos de 1960-1970. O desenho institucional adotado seria um dos fatores responsáveis pelo governo dividido. O problema abordado está no

²¹ Os partidos considerados pequenos pelos autores são: PCB, PCO, PHS, PMN, PRN/PTC, PRP, PRTB, PSC, PSDC, PSL, PSTU, PTdoB, PTN.

²² Os autores consideram a classificação feita por Figueiredo e Limongi (1995). A saber: a esquerda estão o PT, PSB, PDT e PPS; no centro estão o PMDB e o PSDB, e à direita o PTB, PL, PFL (DEM) e o PP(B).

fato de que com a redemocratização nos anos de 1980, não houve uma alteração significativa do desenho institucional adotado²³. Pelo contrário, ocorreu um fortalecimento do Poder Executivo, tornando este mais centralizador enquanto que o Poder Legislativo teria sido enfraquecido.

O outro agravante para a formação de tais governos estaria nos altos graus do voto dividido. Segundo os autores, nessa situação, o eleitorado escolhe dar ou não ao presidente eleitor a maioria na arena legislativa. Essa minoria legislativa faz com que o presidente tenha que tentar formar coalizões para governar, por outro lado, esta situação aumenta o número de *veto-players* (Ames et. al.,2009).

Ames et. al. (2009), afirmam que em uma das hipóteses os eleitores não seriam necessariamente os principais culpados pela divisão do voto, elementos institucionais também teriam uma grande responsabilidade nesta configuração. Isto porque as elites políticas criaram uma configuração institucional que não dificultaria o voto dividido e, também, bloquearia as tentativas de reformas institucionais. Um outra hipótese seria que os eleitores prefeririam votar de forma dividida para provocar governos divididos e, conseqüentemente, resultados políticos moderados.

Os autores procuram fazer uma análise sobre o voto dividido nas eleições presidenciais de 2002. Antes entretanto, eles fazem uma ressalva acerca das combinações possíveis nas quais esses eleitores poderiam dividir o seu voto, totalizando 21. Ao considerar que certas combinações tem mais peso que outras, estes procuram estudar a relação entre a divisão do voto para presidente e deputado levando em consideração a extrema importância das relações entre executivo e legislativo (Ames et. al.,2009).

Segundo os autores, seria difícil mensurar o voto dividido para presidente e deputados federal a partir da inferência ecológica²⁴, pois a fragmentação do sistema partidário é muito alta para permitir uma análise deste tipo. Um outro ponto preciso de ser discutido nesta análise do comportamento eleitoral diz respeito a definir quanto este é ou não um voto “frustrado”²⁵. A saber, numa definição mínima, que pode ocorrer no caso de sistemas bipartidários, o voto seria considerado dividido quanto um

²³ Esta questão já foi discutida de forma detida neste capítulo – sistema eleitoral proporcional, multipartidário, fragmentação partidária e volatilidade do eleitoral.

²⁴ A Inferência Ecológica utiliza os dados agregados, também conhecidos como dados ecológicos de uma determinada população, para inferir características de subgrupos da mesma (King, 1997).

²⁵ Esta discussão foi desenvolvida no primeiro capítulo

eleitor escolhesse um candidato de um partido para um cargo e outro candidato para outro partido no outro cargo. Já em uma definição ampla seria mais adequada ao caso brasileiro, pois o eleitor não frustraria o seu voto ao votar em partidos diferentes, mas apenas quando votasse em coligações diferentes (Ames et. al., 2009).

Além disso, os autores fazem uma ressalva de que o sistema de representação proporcional pode diminuir as possibilidades dos eleitores dividirem o voto. Alguns dos elementos que contribuem para tais possibilidades são a magnitude dos distritos e a possibilidade dos partidos lançarem um grande número de candidatos. Diferente dos Estados Unidos, que pelo fato do partido só apresentar um candidato, os eleitores podem não se identificar com as suas propostas e dividir, portanto, o voto.

as instituições no Brasil, portanto, não apontam monoliticamente para a votação generalizada no voto dividido, como a literatura atual convencionalmente afirma. Em vez disso, o Brasil ilustra um paradoxo inesperado da lista aberta: o voto não dividido é raro, embora as oportunidades para não dividi-lo sejam abundantes (Ames et.al., 2009:11. Tradução livre)²⁶

Se por um lado, ao considerar que o arranjo institucional não é tão perverso assim em relação a divisão do voto. Por outro, os autores tentam buscar explicações para a divisão do voto na falta de institucionalização dos partidos. Assim, nos Estados Unidos, os partidos seriam bem estruturados e já teriam se estabelecido a muito tempo criando raízes e perfis ideológico distintos. Enquanto no Brasil o sistema partidário é recente, com baixa institucionalização e poucas raízes sociais. Em adicional, ainda teria o agravante de que os partidos se coligariam com “estranhos companheiros ideológicos” para formar coalizões governamentais (Ames et. al., 2009.)

Dessa forma, os autores voltam ao argumento construído tanto por Huntington (1994) quanto por Sartori (1986) de que o problema de determinadas democracias não seria necessariamente institucional, mas em que tempo estas estariam no processo de “desenvolvimento”. Assim, como foi discutido anteriormente e destacado por Limongi (2002b) o problema da democracia brasileira não estaria na sua configuração institucional, apesar de parte da literatura considerar as reformas institucionais a

²⁶ No original: “Institutions in Brazil thus do not monolithically point toward widespread split-ticket voting, as the current literature conventionally claims. Rather, Brazil illustrates an unexpected paradox of open-list PR: straight-ticket voting is rare even though opportunities to cast straight tickets are plentiful”

solução para os “problemas” da democracia, mas estaria na configuração estrutural da sociedade que não permitiria o pleno funcionamento das instituições.

Por outro lado, ao considerar os possíveis fatores individuais que levariam ao voto dividido, Ames et. al. (2009) afirmam que no contexto institucional brasileiro os eleitores teriam amplas oportunidades de não dividirem o voto e garantir aos presidentes mandatos governamentais unificados. Mas estes dividem o voto para tanto partidos diferentes e, segundo os autores, o fazem porque o voto não dividido e a garantia do governo unificado não seriam de importância para eles.

Assim, segundo os autores, duas razões seriam possíveis para a divisão “generalizada” do voto para as eleições de presidente da república e deputado federal. A primeira está relacionada ao fato de que as disputadas para esse dois cargos não são elaboradas do ponto de vista do eleitor como fazendo parte da mesma arena institucional. Muitos eleitores tendem associar a escolha do candidato a deputado federal a questões mais estaduais, levando em consideração a escolha também que será feita para governador. Enquanto que a escolha do candidato a presidência diz respeito a discussões e temáticas mais nacionais. Dessa forma, muitas vezes essas escolhas estão dissociadas para os eleitores. O voto dividido nesta hipótese seria, por um lado, resultado de um fraco sistema partidário no qual os eleitores focariam as qualidades individuais dos candidatos, não os partidos (Ames et. al., 2009.).

A segunda possibilidade de hipótese sobre os governos divididos, que segundo os autores é desconsiderada pelos brasilianistas, está relacionado ao fato de que os eleitores realmente relacionam as eleições para presidência com as eleições para deputado federal dando seus votos de forma racional. Nesta hipótese alguns eleitores podem intencionalmente escolher governos divididos com a perspectiva de obterem políticas moderadas (Ames et. al., 2009.).

Ao passar de forma detida ao caso empírico estudado os autores fazem um estudo de Painel em duas cidades brasileiras de tamanho médio: Juiz de Fora (MG) e Caxias do Sul (RS). As entrevistas aconteceram em três momentos, primeiramente seis meses antes do dia da eleição, em seguida dois meses antes das eleições. Por fim, no terceira vez, as entrevistas foram feitas depois do primeiro turno, mas antes do segundo. O objetivo desta pesquisa de painel, portanto, era indicar as taxas de voto dividido ao longo do tempo e indicar as mudanças das motivações individuais ao longo do tempo (Ames et. al., 2009.).

Segundo os autores, apesar das duas cidades terem uma relativa similaridade socioeconômica e demográfica, as características políticas são diferentes. Enquanto em Juiz de Fora os partidos são pouco organizados, com poucas raízes na sociedade, Caxias do Sul tem uma longa história de um sistema partidário forte- com clivagens ideológicas fortes – partidos de esquerda, centro e de direita organizados. Ames et. al. (2009) focam a análise nos eleitores que votaram para presidente e deputado na mesma coligação ou dividiram os votos a partir dos dois principais candidatos a presidência Lula (PT) e Serra (PSDB).

A pesquisa de painel feita pelos autores apresenta o seguintes resultados. Para Juiz de Fora (MG) a quantidade de eleitores que votaram em Lula (PT) e dividiram o voto foi de 58% no meio da campanha e 57% no dia da eleição. Já a percentagem os eleitores de Serra (PSDB) que dividiram o voto foi de 30% no meio da campanha e de 37% no dia da eleição. Em Caxias do Sul (RS), a quantidade de eleitores de Lula (PT) que dividiram o voto foi menor 27% no meio da campanha e 33% no dia da eleição. E o percentual de eleitores que votaram em Serra (PSDB) e dividiram o voto foi de 35% no meio da eleição e 27% no dia da eleição (Ames et. al. 2009).

A partir da análise dos dados os autores concluem que apesar da configuração institucional permitir aos eleitores não dividirem o voto, estes não o fazem. Assim, cerca de 70% dos eleitores brasileiros dividem o voto para presidente e deputado federal. Segundo Ames et. al. (2009), as raízes da divisão do voto no Brasil estão nas eleições para câmara dos deputados, pois apesar destas serem nacionais, são compreendidas pelos eleitores das questões locais e das características pessoais dos candidatos, além da possibilidade destes candidatos trabalharem para oferecer bens públicos para aquela região específica.

Dessa forma, a preocupação com políticas a níveis nacionais são na máximo secundárias. Os autores não acharam evidências de que o voto dividido ocorreu com a intenção de motivar governos divididos ou moderados. E por outro lado, aqueles que não dividiram o voto o fizeram de forma “acidental” (Ames et. al. 2009:18). Por fim, os autores concluem que apesar do foco nos eleitores, as elites políticas e instituições são mais culpadas pelos problemas de paralisia decisória e governabilidade do que os eleitores. Assim “nossa análise, portanto, reafirma estudos anteriores que afirmam que

sem significativa reforma institucional o Brasil continuará sendo atrapalhada pelo impasse” (Ames et. al., 2009:18. Tradução Livre)²⁷.

A partir da discussão feita no presente capítulo e, especialmente, da discussão trazida por Ames et. al. (2009) sobre o voto dividido, algumas questões já podem ser levantadas para a análise posterior que será feita sobre o tema. Diferente da perspectiva pessimista colocada pelos autores em relação aos entraves institucionais existentes, o argumento deste trabalho vai pelo lado oposto ao tentar pensar até que ponto as instituições ajudam a estruturar a escolha dos eleitores. Este ponto será portanto o elemento chave na discussão e análise sobre o voto dividido que será feita no capítulo seguinte.

²⁷ No original: our analysis thus echoes previous scholars who claim that without meaningful institutional reform brazil will continue to muddle through gridlock (Ames et. al. 2009: 18)

3. O Voto dividido nas eleições de 2004 e 2008

3.1 Introdução

Neste capítulo será feita uma análise acerca do voto dividido nas eleições municipais de 2004 e 2008. Os dados eleitorais em análise são referentes às eleições para prefeito e vereador nas 26²⁸ capitais do país, sendo considerados apenas os resultados do primeiro turno das eleições em questão. O objetivo deste estudo é fazer um primeiro mapeamento sobre a divisão do voto numa mesma eleição para cargos diferentes – prefeito e vereador – sendo dois pontos principais considerados nesta análise: a coordenação das elites políticas e, conseqüentemente, dos partidos; e o perfil do voto do eleitorado brasileiro na escolha dos candidatos para prefeito e vereador. Entretanto, antes de nos determos na análise dos dados, faz-se necessário discutir algumas questões.

Como já foi debatido nos capítulos anteriores, boa parte da literatura que discute o voto dividido e, como consequência, sobre a probabilidade da formação de governos divididos está centrada no caso americano (Burden e Helmke, 2009; Burden e Kimball, 2007). A realidade política e partidário-eleitoral dos Estados Unidos, porém, apresenta características diferentes da brasileira, pois o sistema partidário-eleitoral americano, além de ser bipartidário, é composto por eleições distritais para a Casa dos Representantes. Tais características diminuem consideravelmente o número de candidatos que disputam as eleições para o legislativo. Assim, geralmente cada distrito apresenta um candidato de cada partido – Democrata e Republicano – para a Casa dos Representantes. Além de votar em um desses dois candidatos, os eleitores devem escolher o candidato a presidente também de um desses dois partidos - Democrata e Republicano. A divisão do voto, portanto, ocorre quando um eleitor escolhe, por exemplo, o candidato Republicano para a presidência e o candidato Democrata para o legislativo (Burden e Kimball, 2007). Dessa forma, o caso americano se adéqua a uma definição mínima de voto dividido, ou seja, o voto é

²⁸ Com exceção de Cuiabá para o ano de 2004, pois os dados não estavam disponíveis no TSE.

considerado “frustrado” quando um eleitor vota para um cargo em um partido e para outro cargo em outro partido (Ames et al., 2009).

Já o arranjo do sistema partidário-eleitoral brasileiro apresenta características diferentes. Tais características, já discutidas anteriormente, são: um sistema multipartidário, que combina eleições majoritárias – presidente, governador, senador, prefeito – e proporcionais – deputado federal, deputado estadual, vereador – e oferece ao eleitorado sempre mais de duas opções de candidatos. Assim, a definição mínima de voto dividido não se adequaria à realidade brasileira, sendo necessária uma definição mais ampla. Esta definição considera que os eleitores dividiriam seus votos caso escolhessem candidatos não de partidos diferentes, mas sim de partidos que compusessem coligações diferentes. Dessa forma, por exemplo, se a coligação 1 é composta pelos partidos A + B + C e a coligação 2 é composta pelos partidos D + E + F, um eleitor só dividiria o seu voto caso escolhesse o candidato a prefeito do partido A e um candidato a vereador do partido E, mas não dividiria o voto se escolhesse o candidato para prefeito do partido A e um candidato a vereador do partido C.

Além disso, o contexto político, institucional e legal no Brasil apresenta outras características que devem ser ressaltadas. A primeira está relacionada à composição das coligações eleitorais. A Constituição Federal, a partir do artigo 17 § 1º²⁹, abre a possibilidade de que os partidos façam até três coligações diferentes na mesma eleição, no caso das eleições federais e estaduais, e duas coligações diferentes, no caso das eleições municipais. Dessa forma, nas eleições municipais, um determinado partido não é obrigado a formar a mesma coligação para a disputa do cargo majoritário e proporcional.

Entretanto, a formação das coligações segue uma determinada lógica – partidos de coligações diferentes para prefeito não podem se coligar entre si para concorrer nas eleições para vereadores ou vice-versa. Mas em que as coligações diferem? O que pode ocorrer é que determinadas coligações organizadas para a disputa majoritária se subdividam para concorrer nas eleições para vereador. Ou seja, ao invés de todos os partidos saírem coligados para concorrer nas eleições proporcionais, eles

²⁹ “É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária” (Constituição Federal, artigo 17 § 1º)

podem dividir tal coligação em coligações menores ou disputar as eleições sem se coligar, concorrendo sozinhos. A subdivisão das grandes coligações majoritárias em coligações menores para concorrer na eleição para vereador, entretanto, aparece como uma estratégia política dos partidos na tentativa de conseguir eleger mais vereadores, mas não significa que estes deixem de apoiar ou fiquem neutros no que se refere ao apoio ao candidato a prefeito durante o processo eleitoral.

Outro fator importante a ser considerado está relacionado à possibilidade de segundo turno nas eleições majoritárias em municípios com mais de 200 mil eleitores. Esta possibilidade abre caminho para que eleitores optem por não votar no seu primeiro candidato no ordenamento de preferências no primeiro turno, deixando este voto apenas para o segundo turno das eleições. Estratégia esta que pode levar as eleições para um segundo turno, aprofundando o debate de questões entre candidatos que não seriam abordadas numa eleição com um turno só. E uma das consequências poderia ser uma maior divisão do voto. Este tipo de voto estratégico é abordado por Rennó e Hoepers (2010) em um estudo sobre as eleições de 2006. Neste estudo, os autores analisam o comportamento punitivo de uma parcela do eleitorado de Lula, que pelas circunstâncias políticas optou por não votar no candidato no primeiro turno das eleições, guardando essa escolha para o segundo turno.

Assim, estes fatores – coligação partidária e eleição em dois turnos – contribuem para que os eleitores possam coordenar a sua estratégia de voto de diversas formas, inclusive dividindo o voto verticalmente, votando para o prefeito de um partido/coligação e para um vereador de outro partido/coligação. E também dividindo o voto horizontalmente, ou seja, votando em um candidato no primeiro turno e em outro no segundo.

O cenário eleitoral brasileiro, diferente do caso dos Estados Unidos, apresenta uma série de variáveis que aumentam a possibilidade de divisão do voto do eleitor. Isto porque se insere em um sistema multipartidário, que combina a eleição de cargos majoritários e proporcionais, na qual os partidos têm a possibilidade de se coligar de diversas formas, podendo a eleição ser decidida em dois turnos. Estas características são intensificadas no caso das eleições nacionais e estaduais, que ocorrem de forma simultânea e reúnem disputas para os cargos de presidente, governador, senador, deputado federal e estadual. Neste caso, o eleitor ainda teria que decidir por diferentes cargos a partir de duas dinâmicas políticas diferentes – nacional e estadual – podendo,

por exemplo, associar a eleição do deputado federal à base aliada do governador e, não à base do presidente da república.

3.2 Definição do problema e hipótese

Com o objetivo de diminuir as variáveis em jogo na hora do eleitor decidir e, conseqüentemente, a divisão do voto, este trabalho procura estudar as eleições municipais. Isto porque nas eleições locais – para prefeito e vereador – menos cargos estão em disputa. Assim, este trabalho procura diferenciar-se do estudo feito por Ames et. al. (2009) que, ao analisar o voto dividido no Brasil, o faz em eleições nas quais há diversas opções para a divisão do voto. Não obstante, o pressuposto considerado é de que a probabilidade do eleitor dividir o voto nas eleições municipais é menor do que nas eleições nacionais e estaduais. Primeiro porque a dinâmica política envolvida nesta eleição é local, enquanto nas eleições estaduais e nacionais o eleitor poderia misturar duas dinâmicas diferentes: a local e a federal. Segundo porque a divisão do voto pode ser menor em situações nas quais o eleitor tem menos votos para distribuir entre os candidatos.

Ademais, outro elemento influencia diretamente uma maior divisão do voto do eleitor ou não: a coordenação eleitoral. Como discutido anteriormente, Cox (1997) entende o processo eleitoral como um jogo de coordenação entre partidos e eleitores. Não obstante, a coordenação estratégica pode ser entendida a partir da coordenação entre partidos e elites políticas no lançamento de candidaturas nas eleições. Dito de outra forma: a coordenação estratégica entre dois partidos pode acontecer quando um deles desiste de lançar candidato para apoiar o candidato do outro partido, ou seja, quando dois ou mais partidos resolvem se coligar.

Como foi discutido por Cox (1997) e Golder (2005), sistemas eleitorais multipartidários com eleições proporcionais são mais propícios à formação de coligações. Em adicional, Golder (2005) sinaliza para uma maior probabilidade de formação de coligações em sistemas de representação proporcional quando estes são desproporcionais, como é o caso do Brasil. Isto porque a fórmula de composição do quociente eleitoral favorece os grandes partidos na distribuição das cadeiras parlamentares. Em relação particular ao caso brasileiro, que combina na mesma eleição a disputa majoritária com a proporcional, os partidos tendem a coordenar suas

ações com o intuito de obter sucesso eleitoral nos dois pleitos. Assim, como foi destacado por Lavareda (1999), os partidos grandes tendem a se coligar nas eleições proporcionais, mesmo que aparentemente não seja vantajoso, com o intuito de obter apoio eleitoral nas eleições majoritárias. Além de que as coligações eleitorais representam ganhos adicionais aos partidos durante o período de disputa eleitoral como, por exemplo, mais tempo de Horário Eleitoral Gratuito, como destacado por Nicolau (1996). Outro elemento importante em relação à coordenação eleitoral brasileira está relacionada ao tamanho dos partidos políticos. Assim, serão considerados grandes os partidos definidos como tais por Figueiredo e Limongi (1999) e atualizados por Dantas e Praça (2010), a saber: DEM (PFL), PP, PTB, PSDB, PL, PMDB, PPS, PDT, PSB, PT. Em resumo: 1) Quando há coordenação eleitoral, a chance de sucesso eleitoral dos partidos é maior; 2) Coordenação eleitoral, neste trabalho, também pode ser entendida como coligação partidária eleitoral; 3) Considerando o modelo de disputa brasileiro, as eleições majoritárias têm um papel central na coordenação das coligações eleitorais; 4) O tamanho dos partidos importa no processo de coordenação eleitoral.

Hipótese do Trabalho:

A partir dessas considerações, a hipótese deste trabalho é de que coligações eleitorais majoritárias que se subdividem para disputar as eleições proporcionais têm um maior sucesso eleitoral e uma menor probabilidade de divisão do voto, indicando uma estratégia de coordenação mais eficiente.

3.3 Coordenação Eleitoral

Antes de uma análise detida sobre o voto dividido em cada uma das eleições em questão, faz-se necessário um panorama geral acerca da coordenação das candidaturas neste período. Em 2004 e 2008, o total de candidaturas apresentadas foi de 358 nas 26 capitais, sendo 58% das candidaturas coligadas e 42% não coligadas. Dessa forma, é possível afirmar que a maioria dos partidos optou por se coligar com outros partidos para concorrer à disputa do cargo majoritário. Cabe ressaltar que,

apesar do número de candidaturas ser um pouco menor em 2008, o total de candidaturas coligadas foi maior. Assim, enquanto o percentual de candidaturas coligadas para prefeito em 2004 foi de 55%, em 2008 chegou a 61%, como demonstra a tabela a seguir.

TABELA 2 – TOTAL DE CANDIDATOS A PREFEITOS

	TOTAL DE CANDIDATOS A PREFEITO	NÚMERO DE CANDIDATOS A PREFEITO COLIGADOS	NÚMERO DE CANDIDATOS NÃO COLIGADOS
Capitais do Brasil 2004	183 (100%)	102 (55%)	81 (45%)
Capitais do Brasil 2008	175 (100%)	108 (61%)	67 (39%)
Total Capitais do Brasil	358 (100%)	210 (58%)	148 (42%)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

A coordenação das elites políticas e partidos nas eleições municipais brasileiras vai além da questão da coligação ou não das candidaturas para prefeito e vereador. Isto porque, quando os partidos se coligam, podem escolher continuar com a mesma coligação ou dividir as suas coligações para concorrer nas eleições proporcionais. Assim, os partidos têm dois cenários de coligação possíveis nas eleições municipais. Primeiro, eles podem coligar-se nas eleições majoritárias e manter a coligação para concorrer nas eleições para vereador. Ou então coligar-se na disputa para prefeito e dividir a coligação na disputa para os cargos proporcionais, inclusive em alguns casos concorrendo sozinhos para vereador. Nas eleições em questão, o padrão de coligação seguido pela maioria dos partidos foi coligar-se para prefeito e dividir a coligação para vereador.

TABELA 3 – TOTAL DE CANDIDATOS COLIGADOS 2004/2008

	TOTAL DE CANDIDATOS COLIGADOS A PREFEITO	NÚMERO DE COLIGAÇÕES QUE FORAM AS MESMAS PARA VEREADOR	NÚMERO DE COLIGAÇÕES SUBDIVIDIDAS PARA VEREADOR
Capitais do Brasil 2004	102 (100%)	35 (34%)	67 (66%)
Capitais do Brasil 2008	108 (100%)	44 (40%)	64 (60%)
Capitais do Brasil Total	208 (100%)	78 (37%)	130 (63%)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Ao olhar mais detidamente para cada uma das eleições, considerando a distribuição das candidaturas nas capitais analisadas, é possível perceber que as coligações aparecem como um padrão. Nas eleições de 2004, todas as cidades tiveram candidaturas coligadas e pelo menos uma dessas candidaturas se dividiu para disputar as eleições para vereador, como é possível verificar na tabela abaixo.

TABELA 4 – PERFIL DOS CANDIDATOS A PREFEITO E COLIGAÇÕES EM 2004

CIDADE	TOTAL DE CANDIDATOS A PREFEITO	NÚMERO DE CANDIDATOS A PREFEITO COLIGADOS			NÚMERO DE CANDIDATOS NÃO COLIGADOS PARA PREFEITO
		TOTAL	NÚMERO DE COLIGAÇÕES IGUAL PARA VEREADOR	NÚMERO DE COLIGAÇÕES SUBDIVIDIDA PARA VEREADOR	
Aracaju	6	4	2	2	2
Belém	7	3	0	3	4
Belo Horizonte	5	3	0	3	2
Boa Vista	6	3	1	2	3
Campo Grande	5	3	0	3	2
Curitiba	13	3	1	2	10
Florianópolis	8	5	2	3	3
Fortaleza	11	6	1	5	5
Goiânia	8	4	1	3	4
João Pessoa	6	6	3	3	0
Macapá	4	3	1	2	1
Maceió	7	4	1	3	3
Manaus	6	3	1	2	3
Natal	7	4	2	2	3
Palmas	4	4	2	2	0
Porto Alegre	9	8	7	1	1
Porto Velho	6	4	1	3	2
Recife	8	3	0	3	5
Rio Branco	3	3	1	2	0
Rio de Janeiro	10	6	2	4	4
Salvador	10	4	1	3	6
São Luís	6	3	1	2	3
São Paulo	14	4	1	3	10
Teresina	9	6	3	3	3
Vitória	5	3	0	3	2
Brasil	183 (100%)	102 (55%)	35 (34%)	67 (66%)	81 (45%)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Neste ano, o total de candidaturas apresentadas foi de 183, das quais 54% formaram coligações e mais da metade das candidaturas coligadas resolveram se

dividir para concorrer na disputa para vereador. A média de candidatos por cidade no ano em questão foi de 7,3. Entretanto, ao se considerar a delimitação de partidos grandes realizada por Figueiredo e Limongi (1999) e atualizada por Dantas e Praça (2010) – referente a DEM (PFL), PP, PTB, PSDB, PL, PMDB, PPS, PDT, PSB, PT –, o número de candidatos efetivos cai para 4,2. Sem contar que estes 10 partidos receberam o equivalente a 94% dos votos para o executivo.

Este padrão, em alguma medida, se repete para as eleições de 2008. Entretanto, o número total de candidaturas foi um pouco menor, 175. Isto resulta numa média de 6,7 candidatos a prefeito por cidade. Dessas 175 candidaturas em disputa, 108 estavam configuradas como coligações, ou seja, 62% dos candidatos que concorreram nas eleições municipais para prefeito das capitais do Brasil estavam coligados com outros partidos. Em todas as cidades, pelo menos uma das coligações para prefeito se dividiu para concorrer nas eleições para vereadores, como pode ser observado na Tabela 5.

TABELA 5 - PERFIL DOS CANDIDATOS A PREFEITO E COLIGAÇÕES EM 2008

CIDADE	TOTAL DE CANDIDATOS A PREFEITO	NÚMERO DE CANDIDATOS A PREFEITO COLIGADOS			NÚMERO DE CANDIDATOS NÃO COLIGADOS PARA PREFEITO
		TOTAL	NÚMERO DE COLIGAÇÕES IGUAIS PARA VEREADOR	NÚMERO DE COLIGAÇÕES SUBDIVIDIDAS PARA VEREADOR	
Aracaju	5	4	2	2	1
Belém	7	5	2	3	2
Belo Horizonte	9	6	3	3	3
Boa Vista	4	2	0	2	2
Campo Grande	5	2	1	1	3
Cuiabá	5	3	0	3	2
Curitiba	8	4	2	2	4
Florianópolis	7	5	3	2	2
Fortaleza	9	4	2	2	5
Goiânia	4	4	1	3	0
João Pessoa	6	4	2	2	2
Macapá	7	5	4	1	2
Maceió	5	4	3	1	1

Manaus	6	5	1	4	1
Natal	8	4	2	2	4
Palmas	5	3	0	3	2
Porto Alegre	8	6	2	4	2
Porto Velho	7	4	2	2	3
Recife	7	3	0	3	4
Rio Branco	4	3	2	1	1
Rio de Janeiro	12	7	2	5	5
Salvador	5	5	1	4	0
São Luís	10	6	3	3	4
São Paulo	11	4	1	3	7
Teresina	6	4	2	2	2
Vitória	5	2	1	1	3
Brasil	175 (100%)	108 (62%)	44 (40%)	64 (60%)	67 (38%)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebap e TSE.

Nessas eleições, os 10 maiores partidos tiveram um total de 83% dos votos para prefeito nas 26 cidades e, considerando apenas as candidaturas lançadas por estes partidos, o número efetivo de candidatos foi de 3,3. Este número chega próximo ao limite aceito pela “Lei de Duverger” (1987) para eleições majoritárias de dois turnos³⁰.

Tais elementos sinalizam que existe coordenação entre as elites políticas e partidos e que os eleitores, em alguma medida, coordenam suas ações. Um desses indícios é justamente de que o volume de votos dados aos partidos considerados grandes foi muito superior ao de votos obtidos pelos partidos pequenos.

Um outro aspecto relevante, ao se considerar a distinção entre partidos grandes e pequenos, está na configuração da coordenação entre eles no lançamento de candidaturas. Em 2004, os partidos grandes lançaram 105 candidatos a prefeito, sendo que 19% destas candidaturas não estavam coligadas, 22% fizeram a mesma coligação para prefeito e vereador e 60% subdividiram as suas coligações. Já os partidos pequenos lançaram 78 candidaturas, distribuídas da seguinte forma: 80% não se coligaram, 15% mantiveram a mesma coligação e 5% subdividiram as coligações – dados referentes à Tabela 6.

³⁰ A maioria das capitais estavam aptas a terem segundo turno em 2008. As únicas cidades que não tinham mais de 200 mil eleitores eram Palmas (TO) e Boa Vista (RR)

TABELA 6 – COORDENAÇÃO ELEITORAL DOS PARTIDOS GRANDES E PEQUENOS 2004

	MESMA COLIGAÇÃO	SUBDIVIDIDOS	NÃO COLIGADOS	TOTAL
Partidos Grandes	23(22%)	63(60%)	19(18%)	105 (100%)
Partidos Pequenos	12 (15%)	4 (5%)	62 (80%)	78 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Este padrão também se repetiu para as eleições de 2008, pois o maior número de candidaturas lançadas pelos partidos grandes foi de coligações subdivididas, enquanto os partidos pequenos lançaram mais candidatos não coligados. Assim, como pode ser visto na Tabela 7, em 21% dos casos os partidos grandes lançaram candidatos coligados, em 60% lançaram candidatos que subdividiram suas coligações para concorrer nas eleições para vereador e em 19% dos casos não se coligaram. Já os partidos pequenos lançaram candidaturas coligadas em 27% dos casos, subdividiram suas candidaturas em 14% e não se coligaram 59% das vezes.

TABELA 7 – COORDENAÇÃO ELEITORAL DOS PARTIDOS GRANDES E PEQUENOS 2008

	MESMA COLIGAÇÃO	SUBDIVIDIDOS	NÃO COLIGADOS	TOTAL
Partidos Grandes	18 (21%)	51 (60%)	16(19%)	85 (100%)
Partidos Pequenos	25(27%)	13(14%)	52(59%)	90 (100%)

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Os dados apresentados até o momento demonstram dois pontos importantes. O primeiro é o de que as elites partidárias coordenam a entrada de candidaturas nas eleições municipais principalmente a partir de acordos eleitorais entre elas, sendo um dos resultados dessas coordenações as coligações eleitorais. Dito de outra forma, a maioria das candidaturas apresentadas, para os dois anos estudados, foi de candidaturas coligadas.

O segundo ponto diz respeito às diferenças nas estratégias de coordenação política, tanto dos partidos considerados grandes quanto dos pequenos. Em 2004, 82% das candidaturas lançadas pelos partidos grandes foram coligadas. Este dado é invertido ao se considerar os partidos pequenos, já que 80% das candidaturas apresentadas por estes partidos não foram coligadas. O mesmo ocorre para as eleições de 2008: os partidos grandes se coligaram em 81% das vezes, enquanto os partidos pequenos em apenas 41%. Ou seja, a coordenação eleitoral entre elites políticas e os partidos é maior entre as legendas grandes do que entre as pequenas, sendo um dos resultados dessa estratégia o sucesso eleitoral. Como já foi visto anteriormente, os partidos grandes tiveram votações muito superiores aos partidos pequenos nos anos analisados³¹.

Em complemento a este argumento, ou seja, de que a coordenação eleitoral, especificamente através das coligações eleitorais, tem importância no sucesso eleitoral dos partidos, está a análise acerca dos candidatos vitoriosos.

O candidato que venceu as eleições no primeiro turno não estava coligado em nenhuma das 25 capitais em questão para o ano de 2004. Em todos os casos de vitória, foi necessário que os partidos coordenassem as suas ações com outros para alcançar seus objetivos. Em 88%, os candidatos dividiram a coligação no momento da disputa proporcional e, em 12%, mantiveram a coligação igual. Entretanto, vale frisar que o fato das coligações se subdividirem não significa que deixaram de apoiar o candidato a prefeito.

TABELA 8 – CANDIDATOS VENCEDORES 1º TURNO ELEIÇÕES 2004

CIDADE	CANDIDATO	COLIGADO OU NÃO COLIGADO	TOTAL DE VOTOS	%
Aracaju	Marcelo Déda (PT)	Subdividido	186.507	71,38
Belém	Duciomar Costa (PTB)	Subdividido	356.201	48,93
Belo Horizonte	Fernando Pimentel (PT)	Subdividido	872.601	68,49
Boa Vista	Teresa (PPS)	Subdividido	63.024	56,71

³¹ Ao se considerar a coordenação eleitoral maior entre as legendas grandes no que diz respeito às coligações e apresentação de candidaturas, não é excluído o fato de que partidos pequenos, muitas vezes, fazem parte dessas coligações.

Campo Grande	Nelsinho Trad (PMDB)	Subdividido	213.195	55,7
Curitiba	Beto Richa (PSDB)	Subdividido	329.451	35,06
Florianópolis	Dário Berger (PSDB)	mesma coligação	78.571	35,59
Fortaleza	Moroni (PFL)	Subdividido	296.063	26,6
Goiania	Iris Rezende (PMDB)	Subdividido	299.912	47,47
João Pessoa	Ricardo Coutinho (PSB)	Subdividido	215.649	64,45
Macapá	João Henrique (PT)	Subdividido	65.425	41,5
Maceió	Cícero Almeida (PDT)	Subdividido	143.874	42,55
Manaus	Amazonino (PFL)	Subdividido	326.709	43,5
Natal	Carlos Eduardo (PSB)	Subdividido	137.664	37,3
Palmas	Raul Filho (PT)	Subdividido	57.244	64,46
Porto Alegre	Raul Pont (PT)	mesma coligação	304.135	37,62
Porto Velho	Roberto Sobrinho (PT)	mesma coligação	56.716	32,03
Recife	João Paulo (PT)	Subdividido	458.846	56,11
Rio Branco	Angelim (PT)	Subdividido	58.789	41,73
Rio de Janeiro	César Maia (PFL)	Subdividido	1.728.853	50,11
Salvador	João Henrique (PDT)	Subdividido	526.890	43,71
São Luis	Tadeu Palacio (PDT)	Subdividido	221.854	50,21
São Paulo	José Serra (PSDB)	Subdividido	2.686.396	43,56
Teresina	Silvio Mendes (PSDB)	Subdividido	177.687	48,89
Vitória	João Coser (PT)	Subdividido	68.151	37,16

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebap e TSE.

O mesmo ocorreu nas capitais em que as eleições foram para o 2º turno. Isto porque no Brasil, em todas as cidades com mais de 200 mil eleitores, existe a possibilidade de haver segundo turno na eleição para prefeito, caso o candidato mais votado não alcance 50%+1 do total de votos válidos. Das 25 capitais em estudo, quatro não possuíam mais de 200 mil eleitores em 2004 – Macapá, Rio Branco, Boa Vista, Palmas. Assim, no ano em questão, houve segundo turno em 14 das 21 cidades, sendo que em nenhuma delas os candidatos que ficaram em segundo lugar conseguiram tal resultado sem seus partidos se coligarem. A maior parte dos 14 candidatos

subdividiram as suas coligações – 72%. E os 28% restantes mantiveram as mesmas coligações para as disputas proporcionais, como está disposto na Tabela 9.

TABELA 9 - CANDIDATOS QUE FICARAM EM 2º LUGAR EM CIDADES COM
2º TURNO ELEIÇÕES 2004

CIDADE	CANDIDATO	COLIGADO OU NÃO COLIGADO	TOTAL DE VOTOS	%
Belém	Ana Júlia (PT)	Subdividido	238.305	32%
Curitiba	Vanhoni (PT)	Subdividido	292.965	31%
Florianópolis	Chico Assis (PP)	Subdividido	59.670	27%
Fortaleza	Luizianne (PT)	Subdividido	248.215	22%
Goiânia	Pedro Wilson (PT)	Subdividido	145.503	23%
Maceió	Sexta Feira (PSB)	Subdividido	90.123	26%
Manaus	Serafim (PSB)	Mesma Coligação	216.103	28%
Natal	Luiz Almir (PSDB)	Mesma Coligação	112.403	30%
Porto Alegre	Fogaça (PPS)	Mesma Coligação	229.113	28%
Porto Velho	Dr. Mauro Nazif (PSB)	Subdividido	54.611	30%
Salvador	Cesar Borges (PFL)	Subdividido	264.355	21%
São Paulo	Marta Suplicy (PT)	Subdividido	2.209.264	35%
Teresina	Adalgisa (PMDB)	Mesma Coligação	93.425	25%
Vitória	Cesar Colnago (PSDB)	Subdividido	64.054	34%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Este padrão foi mantido para as eleições de 2008, já que em nenhum dos casos de sucesso eleitoral no primeiro turno o candidato venceu sem que se coligasse. Como mostra a Tabela 10, entre os candidatos mais votados para prefeito, 88% das candidaturas vitoriosas foram lançadas por coligações que se subdividiram para concorrer nas eleições proporcionais, enquanto apenas 12% foram lançadas por candidaturas que se coligaram e não se subdividiram. E em nenhuma das 26 capitais o candidato mais votado das eleições foi lançado por um partido que não se coligou.

TABELA 10 – CANDIDATOS VENCEDORES 1º TURNO ELEIÇÕES 2008

CIDADE	CANDIDATO	COLIGADO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	TOTAL DE VOTOS	PERCENTUAL DE VOTOS
Aracaju	Edvaldo Nogueira (PCdoB)	Subdividido	140.962	51%
Belém	Duciomar Costa (PTB)	Subdividido	255.525	35%
Belo	Marcio Lacerda (PSB)	Subdividido	549.131	43%

Horizonte				
Boa Vista	Iradilson Sampaio (PSB)	Subdividido	66.998	54%
Campo Grande	Nelsinho Trad (PMDB)	Subdividido	288.821	71%
Cuiabá	Wilson Santos (PSDB)	Subdividido	141.327	47%
Curitiba	Beto Richa (PSDB)	Subdividido	778.514	77%
Florianópolis	Dário Berger (PMDB)	Subdividido	94.077	39%
Fortaleza	Luizianne Lins (PT)	Subdividido	593.778	50%
Goiânia	Iris Rezende (PMDB)	Subdividido	472.319	74%
João Pessoa	Ricardo Coutinho (PSB)	Subdividido	262.041	73%
Macapá	Camilo Capibaribe (PSB)	Mesma Coligação	59.864	38%
Maceió	Cícero Almeida (PP)	Mesma Coligação	319.831	81%
Manaus	Amazonino Mendes (PTB)	Subdividido	402.717	46%
Natal	Mircala de Sousa (PV)	Subdividido	193.195	50%
Palmas	Raul Filho (PT)	Subdividido	44.832	44%
Porto Alegre	José Fogaça (PMDB)	Subdividido	346.427	43%
Porto Velho	Roberto Sobrinho (PT)	Subdividido	119.896	59%
Recife	João da Costa (PT)	Subdividido	432.707	51%
Rio Branco	Angelim (PT)	Subdividido	80.022	50%
Rio de Janeiro	Eduardo Paes (PMDB)	Subdividido	1.049.019	31%
Salvador	João Carneiro (PMDB)	Subdividido	402.684	30%
São Luís	João Castelo (PSDB)	Subdividido	210.629	43%
São Paulo	Gilberto Kassab (DEM)	Subdividido	2.140.423	33%
Teresina	Silvio Mendes (PSDB)	Subdividido	273.065	70%
Vitória	João Coser (PT)	Mesma Coligação	119.623	65%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

O 2º turno poderia ocorrer em 24 das 26 capitais – com exceção de Palmas e Boa Vista³². Em 2008, entretanto, as eleições foram decididas no segundo turno em 11 capitais e, em todas elas, os segundos candidatos mais bem votados eram coligados. Em 72% dos casos, as candidaturas que estavam concorrendo eram coligações subdivididas e, em 28%, as coligações eram as mesmas para concorrer nas eleições majoritárias e proporcionais – ver Tabela 11.

TABELA 11 – CANDIDATOS QUE FICARAM EM 2º LUGAR EM CIDADES
COM 2º TURNO ELEIÇÕES 2008

CIDADE	CANDIDATO	COLIGADO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	TOTAL DE VOTOS	PERCENTUAL DE VOTOS
Belém	Pirante (PMDB)	Subdividido	138.379	19%
Belo Horizonte	Leonardo Quintão (PMDB)	Subdividido	519.787	41%

³² Cidades que tinham menos de 200 mil eleitores em 2008.

Cuiabá	Mauro Mendes (PR)	Subdividido	78.415	26%
Florianópolis	Esperidião Amin (PP)	Mesma Coligação	59.858	25%
Macapá	Roberto Góes (PDT)	Subdividido	48.020	26%
Manaus	Serafim Corrêa (PSB)	Subdividido	200.423	23%
Porto Alegre	Maria do Rosário (PT)	Mesma Coligação	179.587	22%
Rio de Janeiro	Fernando Gabeira (PV)	Subdividido	839.994	25%
Salvador	Walter Pinheiro (PT)	Subdividido	390.933	30%
São Luís	Flávio Dino (PCdoB)	Mesma Coligação	167.436	34%
São Paulo	Marta Suplicy (PT)	Subdividido	2.088.329	32%

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

3.3.1 Testes relacionados à coordenação eleitoral

A análise feita acerca das eleições de 2004 e 2008 até o momento procurou demonstrar que existe uma relação entre a coordenação partidária e o sucesso eleitoral das candidaturas. Dito de outra forma: candidaturas coligadas, especialmente as que dividem suas coligações para concorrer nas eleições proporcionais, têm maiores chances de vencer as eleições.

Com o intuito de compreender melhor este fenômeno e verificar se existe de fato uma relação de causalidade entre tamanho das coligações subdivididas e maior sucesso eleitoral, foram feitos alguns testes estatísticos para as duas eleições em questão. Assim, a hipótese considerada é a seguinte: quanto maior o número de partidos dentro de uma coligação que se subdividiu para disputar as eleições proporcionais, maior o percentual de votos obtidos por aquela coligação nas eleições majoritárias.

Nas eleições de 2004, como já descrito acima, foram lançadas 183 candidaturas para as 25 capitais estudadas, sendo que 67 se subdividiram. Dessa forma, o primeiro teste feito foi o *r de Pearson*, com o intuito de verificar o coeficiente de correlação entre o total de partidos contidos nas coligações – variável independente – e o percentual de votos obtidos pelas candidaturas nas eleições majoritárias – variável dependente. Os resultados mostram um coeficiente de correlação – *r de pearson* – com valor de 0,3702, ou seja, há uma correlação positiva, mas relativamente baixa entre estas duas variáveis.

Em complemento, como pode ser visto no Gráfico 1, a reta de regressão linear entre estas duas variáveis demonstra que um maior número de partidos por coligação

explica parte dos votos obtidos por tal tipo de coligação – subdividida –, apesar de sua inclinação não ser tão grande e o R^2 – coeficiente de determinação ajustado – igual a 0,1371. Não obstante, pode-se afirmar que existe uma tendência a um maior número de partidos por coligação levar a um maior percentual de votos.

Há ainda a questão da significância, visto que considera-se satisfatório o limite de 5% de probabilidade de erro, não sendo significativas as diferenças que tiverem uma probabilidade acima deste limite. Neste trabalho, considera-se $p = 0,05$. No caso estudado, o p encontrado foi de 0,002, o que indica que esses resultados têm significância estatística³³.

GRÁFICO 1 – TOTAL DE PARTIDOS POR COLIGAÇÃO SUBDIVIDIDA X
PERCENTUAL DE VOTOS POR COLIGAÇÃO 2004

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

No entanto, ao se observarem estes mesmos dados para o ano de 2008, cresce significativamente a correlação entre estas variáveis – ou seja, a magnitude de associação entre elas. O coeficiente de correlação aumenta para 0,72, passando a ser

³³ Para uma explicação e resultados mais detalhados ver Apêndice Metodológico.

considerado muito alto. Assim, os resultados demonstram uma forte correlação entre as duas variáveis, com o R^2 ultrapassando 0,5 – Gráfico 2. Dessa forma, os dados evidenciam que quase 52% da variável dependente – percentual de votos por coligação subdividida – é explicada pela variável independente – total de partidos na coligação.

Para este teste, o nível de significância foi ainda mais forte, ficando com a probabilidade de erro abaixo de 1% – $p = 0,0000000000196$.

GRÁFICO 2 – TOTAL DE PARTIDOS POR COLIGAÇÃO SUBDIVIDIDA X
PERCENTUAL DE VOTOS POR COLIGAÇÃO 2008

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Logo, para os dois anos, observou-se uma correlação positiva entre as variáveis analisadas, sendo que para 2008 esta relação é muito mais forte e consistente. De todo modo, deve ser aceita a hipótese de que o total de partidos na coligação influencia o total de votos obtidos por esta mesma coligação.

Esta relação, porém, não pode ser observada se consideradas as candidaturas que se coligaram e mantiveram a coligação na disputa proporcional. Assim, os testes feitos para os dois anos não demonstram uma correlação significativa entre o número de partidos contidos na coligação e uma maior quantidade de votos obtidos por esta coligação. Para 2004, o coeficiente de correlação – *r de pearson* – foi de 0,071 e o R^2

0,0051, como pode ser observado no Gráfico 3. Quando analisado o nível de significância, $p = 0,69$, ou seja, estatisticamente não significativo. Já no ano de 2008, o coeficiente de correlação foi de 0,055 e o R^2 foi de 0,0031. Assim, ao se analisar o valor de p para este ano, vê-se que também não é significativo estatisticamente – $p = 0,36$ –, como mostra o Gráfico 4.

GRÁFICO 3 – TOTAL DE PARTIDOS POR MESMA COLIGAÇÃO X
PERCENTUAL DE VOTOS POR COLIGAÇÃO 2004

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

GRÁFICO 4 – TOTAL DE PARTIDOS POR MESMA COLIGAÇÃO X
PERCENTUAL DE VOTOS POR COLIGAÇÃO 2008

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Em relação às candidaturas que não se coligaram, dois pontos tornam suas análises pouco relevantes. O primeiro está relacionado ao total de votos obtidos por

estas candidaturas nos anos estudados. Das 183 candidaturas lançadas em 2004, 81 foram candidaturas não coligadas, mas estas receberam apenas 9% do total de votos. Outro elemento importante é a ausência de candidatos não coligados vitoriosos neste ano, em todas as 25 capitais analisadas. O mesmo ocorreu em relação ao ano de 2008: as 68 candidaturas não coligadas, em um total de 175, alcançaram apenas 7% do total de votos. E, também neste ano, nenhuma candidatura lançada sem se coligar obteve sucesso eleitoral.

3.3.2 Reeleição nas eleições de 2008

Um dos fatores que pode explicar uma maior coordenação eleitoral dos partidos para o ano de 2008 está relacionado à reeleição dos prefeitos. No ano eleitoral em questão, das 26 capitais, em 20 os prefeitos se candidataram à reeleição. Nas outras 6 – Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Macapá, Natal, Recife, São Luís –, os prefeitos já haviam sido reeleitos em 2004.

Dos 20 prefeitos que disputaram as reeleições, 19 conseguiram se reeleger. A única exceção foi o prefeito de Manaus, Serafim Corrêa (PSB), que perdeu chance de se reeleger no segundo turno. Das 20 candidaturas em questão, todas estavam coligadas e, em 95% dos casos, as coligações se subdividiram para disputar as eleições proporcionais. Apenas no caso de Vitória, o prefeito João Coser (PT) disputou a reeleição sem subdividir a coligação. Assim, em 90% dos casos, os prefeitos que disputaram a reeleição subdividindo as suas coligações obtiveram sucesso eleitoral. Ademais, apenas no caso de Aracaju, o prefeito reeleito era de um partido considerado pequeno (PCdoB)³⁴.

TABELA 12 – CANDIDATOS QUE CONCORRERAM À REELEIÇÃO EM 2008

CIDADE	CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	PERCENTUAL DE VOTOS	REELEITO
Aracaju	Edvaldo Nogueira (PCdoB)	Subdividido	51%	Sim
Belém	Duciomar Costa (PTB)	Subdividido	35%	Sim

³⁴ O candidato Edvaldo Nogueira (PCdoB), por dois mandatos consecutivos (2000 e 2004), havia sido vice-prefeito na chapa de Marcelo Déda (PT). Em 2006, com a renúncia do prefeito para concorrer à eleição para o governo do estado de Sergipe, ele assume a prefeitura.

Boa Vista	Iradirson Sampaio (PSB)	Subdividido	54%	Sim
Campo Grande	Nelsinho Trad (PMDB)	Subdividido	71%	Sim
Cuiabá	Wilson Santos (PSDB)	Subdividido	47%	Sim
Curitiba	Beto Richa (PSDB)	Subdividido	77%	Sim
Florianópolis	Dário Berger (PMDB)	Subdividido	39%	Sim
Fortaleza	Luizianne Lins (PT)	Subdividido	50%	Sim
Goiânia	Iris Rezende (PMDB)	Subdividido	74%	Sim
João Pessoa	Ricardo Coutinho (PSB)	Subdividido	73%	Sim
Maceió	Cícero Almeida (PP)	Subdividido	81%	Sim
Manaus	Serafim Corrêa (PSB)	Subdividido	23%	Não
Palmas	Raul Filho (PT)	Subdividido	44%	Sim
Porto Alegre	José Fogaça (PMDB)	Subdividido	43%	Sim
Porto Velho	Roberto Sobrinho (PT)	Subdividido	59%	Sim
Rio Branco	Angelim (PT)	Subdividido	50%	Sim
Salvador	João Carneiro (PMDB)	Subdividido	30%	Sim
São Paulo	Gilberto Kassab (DEM)	Subdividido	33%	Sim
Teresina	Silvio Mendes (PSDB)	Subdividido	70%	Sim
Vitória	João Coser (PT)	Coligado	65%	Sim

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Ao incorporar a análise dos prefeitos que concorreram à reeleição à relação entre o número de partidos que fizeram parte da coligação e o percentual de votos obtidos, percebe-se que esta segue o padrão encontrado no teste de correlação para as candidaturas subdivididas em 2008. Assim, o coeficiente de correlação foi de 0,62 e o R^2 de 0,39. Como pode ser observado no Gráfico 5, isto corresponde a uma correlação importante entre essas duas variáveis, enquanto o nível de significância para este caso foi de $p = 0,003$.

GRÁFICO 5 - TOTAL DE PARTIDOS POR COLIGAÇÃO SUBDIVIDIDA X
PERCENTUAL DE VOTOS POR COLIGAÇÃO CONCORRENDO À REELEIÇÃO
2008

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Estes dados serão discutidos mais detidamente ao longo deste capítulo. Neste momento, é importante apenas evidenciar a subdivisão das coligações como um elemento da coordenação política dos partidos, sinalizando que as coligações, em geral, têm uma relevância no sucesso das candidaturas. Como já foi discutido anteriormente, Carreirão e Nascimento (2010) demonstraram que candidaturas coligadas eleitoralmente têm 5 vezes mais chances de sucesso que candidaturas isoladas. Lavareda (1999) também foi perspicaz em sua análise, ao atentar a importância das coligações proporcionais principalmente para os partidos grandes. Estes o fazem com o objetivo de obterem sucesso eleitoral nas eleições majoritárias. E, como demonstra Nicolau (1996), um dos ganhos efetivos para os partidos, ao fazerem coligações, é um maior tempo de propaganda eleitoral – HEPG.

Não obstante, os dados observados até aqui sinalizam para outras duas questões já discutidas neste trabalho. A primeira está relacionada à discussão da literatura brasileira acerca da organização do sistema partidário. Segundo uma corrente de autores, a organização do sistema partidário-eleitoral contribuiria para uma individualização dos políticos e para um enfraquecimento da função dos partidos como

atores fundamentais do jogo democrático (Kinzo, 2005; Ames, 2003; Samuels, 1997; Carey & Shugart, 1995; Mainwaring, 1991). Dessa forma, os partidos não seriam capazes de protagonizar o debate político durante o processo eleitoral, ficando este muito mais centrado nos candidatos individualmente (Ames, 2003; Mainwaring, 1991).

A análise feita até este momento coloca em questão algumas dessas afirmações. Isto porque, como foi discutido, existe uma coordenação entre os partidos políticos e suas elites para a escolha das candidaturas que serão lançadas e para a formação das coligações, demonstrando certa congruência entre as coligações feitas para concorrer aos cargos majoritários e proporcionais. Este ponto também está relacionado a uma segunda questão já discutida: a estratégia de coordenação pré-eleitoral entre partidos e elites políticas. Das 358 candidaturas para prefeitos analisadas nas capitais do país, 58% estavam coligadas. E, ao considerar, em particular, os partidos com chances reais de vitória, ou seja, aqueles que venceram as eleições no primeiro turno ou disputaram o segundo turno, todos estavam coligados. Estes dados demonstram que os partidos políticos estão coordenando o lançamento de candidaturas com o objetivo de conseguir alcançar seus objetivos políticos, ou seja, buscando a melhor forma de traduzir votos em cargos, como discutido por Cox (2005).

3.4 O Voto Dividido nas eleições de 2004 e 2008

Depois da análise e discussão preliminar dos dados acerca da coordenação dos partidos no lançamento de candidaturas nas eleições de 2004 e 2008, passaremos a uma análise sobre o voto dividido para prefeito e vereador nas eleições em questão. Entretanto, é importante frisar algumas questões que serão basilares nesta abordagem.

Como foi discutido anteriormente, parte da literatura brasileira acerca do comportamento eleitoral busca enfatizar a falta de identificação partidária do eleitor. Para estes autores, a pouca institucionalização do sistema político brasileiro contribui para que o eleitorado não reconheça os partidos como instituições políticas com propostas distintas. Tal situação levaria à existência de um vínculo frágil entre o eleitorado e os partidos, contribuindo para uma alta volatilidade do voto. (Kinzo, 2005; Ames, 2003; Mainwaring, 1991).

A análise desenvolvida sobre o voto dividido neste capítulo procura incorporar outros elementos à discussão sobre o voto no Brasil. Mais especificamente, como os fatores institucionais influenciam o eleitor na divisão ou não do voto. Em que medida a coordenação das elites e partidos políticos no momento pré-eleitoral pode influenciar na configuração dos votos distribuídos para cada candidato? E como a apresentação ou não de candidaturas por parte dos partidos pode influenciar o voto do eleitor?

3.4.1 Questões Metodológicas³⁵

Antes de analisarmos os resultados sobre o voto dividido nas eleições de 2004 e 2008 nas 26 capitais, é importante descrever o processo de elaboração desses dados. Os resultados foram desenvolvidos a partir do banco de dados disponível no Repositório de Dados Eleitorais do TSE, sendo utilizados os dados de apuração dos votos por seções eleitorais. O conjunto do eleitorado nos municípios brasileiros está dividido da seguinte forma: cada município tem zonas eleitorais divididas geograficamente pela cidade. Dentro dessas zonas, existem as seções eleitorais. Assim, o banco de dados por seção eleitoral permite que os resultados eleitorais sejam trabalhados no menor nível de agregação possível: o da urna – sendo que cada urna tem, em média, 500 eleitores.

Dessa forma, a análise feita a partir dos resultados eleitorais das urnas diminui o problema da falácia ecológica³⁶. Isto porque tais resultados estão no menor nível de agregação, sendo possível saber quantos votos cada candidato que participou da eleição obteve por urna. Porém, apesar de diminuir, a análise dos dados por urnas é feita, ainda assim, com base em dados agregados. Não é possível, portanto, estimar com precisão o comportamento dos eleitores individualmente, apenas estabelecer algumas direções sobre o voto dividido.

A estimativa do voto dividido foi feita em etapas, sendo considerado o universo dos eleitores das capitais e não apenas uma amostra destes. Assim, os dados foram calculados para todas as urnas de todas as capitais do país. Primeiramente, foi

³⁵ Para uma compreensão mais detalhada de como os resultados foram elaborados, ver Apêndice Metodológico.

³⁶ Falácia ecológica é representada pela distorção – *bias* – que pode ser verificada quando a associação observada, entre as variáveis agregadas não representa necessariamente a associação existente a nível individual (King, 1997).

calculada a média do voto dividido em cada uma das urnas para todos os partidos e/ou coligações da cidade. Esta média foi resultado da soma do total de votos do partido e/ou coligação para prefeito e de sua divisão pelo total de votos do mesmo partido e/ou coligação para vereador. Este resultado permite estimar a proporção de votos recebidos pelo partido e/ou coligação na votação para prefeito e no partido e/ou coligação para vereador, na qual o quociente igual a 1 indica que o partido e/ou coligação obteve a mesma quantidade de votos para prefeito e vereador.

Depois de tirar as médias de todas as urnas, estas foram somadas. O resultado foi dividido pela quantidade de urnas em que a coligação recebeu votos. O quociente desta divisão será considerado como a média de voto dividido daquela coligação. Quanto mais próximo de 1, menor a possibilidade do eleitor ter dividido o voto. Quanto mais próximo de 0,5, entende-se que ao menos 50% dos eleitores dividiram o voto entre o partido e/ou coligação, e assim sucessivamente. Este processo foi feito para todas as 358 candidaturas nas eleições de 2004 e 2008.

Ao se considerar o fato de que alguns partidos e/ou coligações podem ter mais votos para vereador do que para prefeito – entendendo, portanto, que a média de voto dividido poderia ter um resultado maior do que 1, caso os eleitores votassem mais para prefeito do que para vereador –, foi necessário fazer uma padronização destes resultados para uma comparação mais efetiva. Dessa forma, a média do voto dividido por partido e/ou coligação será apresentada dentro de uma variação entre 0 e 1, independente da direção do voto do eleitor³⁷. Sendo que 1 é igual à não divisão do voto e, quanto mais distante de 1 for o valor, maior a divisão do voto.

3.4.2 Perfil do voto dividido nas eleições de 2004 e 2008

A primeira parte da análise sobre o voto dividido será feita com o objetivo de mapear a direção do voto distribuído pelo eleitorado entre as 358 candidaturas. Assim, tenta-se responder algumas questões. Quem obteve maior sucesso eleitoral ao dividir menos os votos entre prefeitos e vereadores dentre as candidaturas lançadas: os partidos que não se coligaram ou as coligações? E, dentre as coligações, quais tiveram as menores tendências ao voto dividido: aquelas que foram as mesmas ou as que se

³⁷ Consultar o Anexo I para os resultados em que a direção do voto dividido aparece, ou seja, para saber se determinado partido/coligação obteve maior votação para prefeito ou vereador.

dividiram para concorrer nas eleições para vereador? Será maior ou menor, a probabilidade dos eleitores dividirem o voto em determinados partidos? Qual foi a tendência do voto dividido entre os prefeitos que concorreram à reeleição em 2008? É possível estabelecer uma relação entre coordenação eleitoral, coligações e uma menor tendência à divisão vertical do voto?

A partir da análise do perfil do voto do eleitor para as eleições em questão nas 26 capitais, é possível evidenciar que a coordenação pré-eleitoral dos partidos e das elites políticas é um elemento decisivo na maior ou menor tendência à divisão do voto. Nas eleições de 2004³⁸, considerando todas as candidaturas em todas as capitais, até 65% dos eleitores podem ter votado no mesmo partido e/ou coligação para prefeito e vereador. Essa probabilidade aumenta para 69% quando consideradas apenas as coligações que se subdividiram para a disputa no proporcional, enquanto a tendência à não divisão do voto cai para 54%, ao se considerarem apenas as candidaturas nas quais as coligações continuaram sendo as mesmas nas duas disputas. O menor índice encontrado está nas candidaturas nas quais os partidos saíram sem se coligar, com até 50% de chance eleitor ter feito a mesma escolha para prefeito e vereador, como pode ser observado no Gráfico 6.

GRÁFICO 6 – PROBABILIDADE DA DIVISÃO DO VOTO, CONSIDERANDO AS CANDIDATURAS COLIGADAS, SUBDIVIDIDAS E NÃO COLIGADAS - 2004

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

³⁸ No anexo 1, segue detalhado o índice de voto dividido para cada uma das 358 candidaturas lançadas nas eleições de 2004 e 2008.

Já nas eleições de 2008, ao se considerarem todas as candidaturas para prefeito, até 73% dos eleitores podem não ter dividido o voto. Seguindo a tendência da eleição anterior, as coligações que se subdividiram para concorrer nas eleições para vereador tiveram uma probabilidade ainda menor de divisão do voto – 77%. Entretanto, no caso dos candidatos que se coligaram e mantiveram a mesma coligação na disputa para o pleito proporcional, a probabilidade do eleitor não ter dividido o voto foi de apenas 50%. Sendo que foi um pouco mais alta, apesar de ainda baixa, no caso dos partidos que não se coligaram – 54% –, como mostra o Gráfico 7.

GRÁFICO 7 – PROBABILIDADE DA DIVISÃO DO VOTO, CONSIDERANDO AS CANDIDATURAS COLIGADAS, SUBDIVIDIDAS E NÃO COLIGADAS - 2008

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Os dados discutidos até o momento demonstram que a tendência a uma menor divisão do voto pode estar relacionada à coordenação nas eleições de 2008. Isto porque, neste ano, a apresentação de candidaturas foi menor, o que pode indicar uma maior coordenação pré-eleitoral entre os partidos e elites políticas. Soma-se ainda o fato de que o número de coligações que se subdividiram para concorrer à disputa proporcional também obteve um percentual maior, o que pode indicar, igualmente, uma maior coordenação por parte dos partidos políticos.

3.4.3 Divisão do voto e partidos grandes e pequenos

Ao se considerar a questão da divisão do voto a partir da perspectiva dos partidos grandes³⁹ e pequenos, é constatado que também existe, nos dois anos analisados, uma tendência maior à divisão do voto entre os partidos pequenos. Em 2004, ao se considerarem os partidos grandes que lançaram candidaturas para prefeito, o voto pode ter sido igual para o executivo e para o legislativo municipal em até 66% das vezes. Enquanto que, em relação aos partidos pequenos, essa probabilidade cai para 52%, como pode ser visto no Gráfico 8.

A possibilidade de uma coligação e/ou partido ter recebido o voto para prefeito e vereador de um mesmo eleitor no pleito de 2008, no caso dos partidos grandes, foi de 75%. Enquanto esta chance cai para 57% quando a análise é feita entre os partidos pequenos – como pode ser visto no Gráfico 9.

GRÁFICO 8 – PROBABILIDADE DA DIVISÃO DO VOTO, CONSIDERANDO O TAMANHO DOS PARTIDOS 2004

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

³⁹ Os partidos “grandes” já foram listados neste capítulo, a saber: DEM (PFL), PP, PTB, PSDB, PL, PMDB, PPS, PDT, PSB, PT (Figueiredo e Limongi, 1999; Dantas e Praça, 2010).

GRÁFICO 9 – PROBABILIDADE DA DIVISÃO DO VOTO, CONSIDERANDO O TAMANHO DOS PARTIDOS 2008

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

3.4.3.1 Partidos Pequenos

Ao se analisar a questão do voto dividido através dos partidos pequenos, é importante ressaltar alguns aspectos. Para o ano de 2004, o total de votos obtidos por estes 16 partidos atingiu cerca de 6%. Estes partidos apresentaram um total de 78 candidaturas, mas apenas 4 eram representadas por coligações que se subdividiram para a disputa proporcional, estando 3 dessas 4 coligações representadas pelo PCdoB. Assim, não se pode dizer que existam evidências no sentido de coordenação das candidaturas destes partidos e como consequência isto pode levar a um baixo desempenho eleitoral, com pouca relação no que diz respeito da divisão do voto.

Como pode ser observado na Tabela a seguir, o PCB foi o partido que teve a menor probabilidade de divisão do voto, sendo que 89% dos eleitores podem ter votado no partido na hora de escolher o candidato majoritário e proporcional. Entretanto, esses dados são referentes a apenas uma candidatura lançada pelo partido, com um total de votos ínfimo, se comparado com o universo total dos votos de 2004. Este padrão não se repete em 2008, como será visto a seguir.

TABELA 13 – VOTO DIVIDIDO PARTIDOS PEQUENOS 2004

PARTIDO	NÚMERO CANDIDAT OS	TOTAL DE CANDIDATURAS SUBDIVIDIDAS	TOTAL DE VOTOS	% DE VOTOS ELEIÇÃO	DIVISÃO DO VOTO
PCB	1	0	3.138	0,01%	0,89
PSDC	3	0	14.418	0,07%	0,80
PSC	4	0	34.857	0,16%	0,75
PAN	2	0	19.245	0,09%	0,67
PCdoB	4	3	571.499	2,66%	0,63
PHS	4	0	89.498	0,42%	0,59
PSTU	20	0	111.430	0,52%	0,51
PRONA	4	0	134.806	0,63%	0,49
PCO	9	0	29.412	0,14%	0,41
PRTB	3	0	10.606	0,05%	0,38
PRP	3	0	11.719	0,05%	0,37
PV	5	0	145.944	0,68%	0,30
PMN	4	0	13.233	0,06%	0,30
PTC	8	1	97.666	0,45%	0,20
PTN	1	0	6.274	0,03%	0,14
PTdoB	3	0	2.263	0,01%	0,13
TOTAL	78	4	1.296.008	6,03%	-

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Já em relação às eleições de 2008, o padrão encontrado não difere muito do caso de 2004. Ao todo, o número de partidos que competiram nas eleições também é de 16, e a votação obtida por estes partidos, apesar de ser maior, ainda é pouco expressiva, chegando a pouco mais de 16%. Vale ressaltar que a significativa votação do PV em relação aos outros partidos está relacionada à candidatura de Fernando Gabeira a prefeito do Rio de Janeiro. Assim como no caso do PRB, por conta da votação em Marcelo Crivella, candidato a prefeito na mesma cidade.

Neste ano, os partidos pequenos apresentaram um total de 90 candidaturas que, em apenas 13 destes casos, estavam subdivididas para concorrer na eleição proporcional. Como pode ser observado na Tabela 14, a distribuição das candidaturas subdivididas apresentou-se em 7 partidos, concentrando a maior parte das ocorrências no PCdoB e no PV.

Analizando novamente o caso do PCB, observa-se que este lançou mais candidatos em 2008, um total de 7. Porém, esta ação não fez com que mantivesse a baixa probabilidade de divisão do voto que nem no ano de 2004.

TABELA 14 – VOTO DIVIDIDO PARTIDOS PEQUENOS 2008

PARTIDO	NÚMERO DE CANDIDATOS	TOTAL DE CANDIDATURAS SUBDIVIDIDAS	TOTAL DE VOTOS	% DE VOTOS ELEIÇÃO	DIVISÃO DO VOTO
PHS	2	0	3.360	0,01%	0,80
PRTB	5	2	143.626	0,64%	0,74
PMN	5	1	216.830	0,97%	0,67
PSDC	1	0	9.813	0,04%	0,64
PC do B	8	3	915.532	4,08%	0,62
PRB	2	1	644.250	2,87%	0,60
PV	5	4	1.112.735	4,96%	0,60
PSOL	22	1	413.286	1,84%	0,60
PSL	3	0	8.415	0,04%	0,59
PSTU	10	0	39.683	0,18%	0,58
PCO	7	0	9.211	0,04%	0,58
PTC	4	0	24.346	0,11%	0,49
PTN	1	0	6.273	0,03%	0,46
PCB	7	0	37.251	0,17%	0,37
PSC	4	1	79.872	0,36%	0,24
PT do B	4	0	18.858	0,08%	0,21
TOTAL	90	13	3.683.341	16,42%	-

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebap e TSE.

A análise do comportamento destes partidos nos dois anos eleitorais em questão demonstra que o baixo sucesso, tanto em relação à expressividade da votação quanto em relação a uma menor probabilidade de divisão do voto, mesmo quando considerando os partidos mais programáticos, está relacionado sobretudo a uma falta de coordenação eleitoral destas legendas. Isto não exclui o fato que estas mesmas legendas possam se coordenar com partidos maiores em outras situações, apenas evidencia a baixa coordenação quando estas concorrem ao pleito majoritário.

No Gráfico 10, pode ser observada em ordem crescente a probabilidade de uma menor divisão do voto entre os partidos, começando pelo PTdoB, com uma alta probabilidade dos eleitores terem dividido seu voto, sendo que há apenas 13% de chance dos eleitores terem votado igual, e finalizando com o PCB, cuja probabilidade de divisão do voto é de 89%.

GRÁFICO 10 – PARTIDOS PEQUENOS E DIVISÃO DO VOTO EM 2004

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Para 2008, a distribuição da divisão do voto entre os partidos parece ser mais homogênea, pois 8 dos 16 partidos têm uma média probabilidade de não dividir o voto, variando entre 58% e 64%. O partido com maior probabilidade de divisão do voto foi novamente o PTdoB, com apenas 21% de chance dos eleitores terem optado por candidatos do mesmo partido nas eleições majoritárias e proporcionais.

GRÁFICO 11 – PARTIDOS PEQUENOS E DIVISÃO DO VOTO EM 2008

3.4.3.2 Partidos Grandes

Ao se considerar a análise dos 10 partidos grandes para o ano de 2004, algumas questões podem ser consideradas. O primeiro ponto está relacionado ao total de candidaturas apresentadas por estes partidos – 105 –, sendo que mais da metade correspondiam a coligações que se subdividiram para concorrer nas eleições proporcionais, o que representa, portanto, uma maior coordenação eleitoral destes partidos no momento de definição das candidaturas a prefeito. O segundo está relacionado à expressividade da votação obtida por esses 10 partidos, uma vez que concentraram 94% dos votos em disputa nas 25 capitais em análise.

A probabilidade do eleitor escolher um candidato a prefeito e vereador do mesmo partido foi maior no caso do PTB, chegando a 83%. Todavia, o desempenho do PT nas eleições de 2004 chama atenção. Isto porque este foi o partido mais votado entre os 10 em análise, e que lançou o maior número de candidatos, 22. Também foi o partido com o maior número de candidaturas que se subdividiram para disputar as eleições proporcionais, 16. Assim, as evidências demonstram que o PT coordenou suas ações nas eleições de 2004, o que representou uma menor possibilidade de divisão do voto. Dessa forma, 77% dos eleitores que votaram para o PT nas eleições majoritárias escolheram um candidato proporcional do partido e/ou da coligação de que o partido fazia parte – Tabela 15.

TABELA 15 – VOTO DIVIDIDO PARTIDOS GRANDES 2004

PARTIDO	NÚMERO CANDID ATOS	TOTAL DE CANDIDATURAS SUBDIVIDIDAS	TOTAL DE VOTOS	% DE VOTOS ELEIÇÃO	DIVISÃO DO VOTO
PTB	4	2	463094	2%	0,83
PT	22	16	5956899	28%	0,77
DEM	10	6	2884012	13%	0,72
PSDB	12	7	3969479	18%	0,65
PDT	12	6	1285380	6%	0,64
PMDB	10	6	1488768	7%	0,61
PPS	9	4	742212	3%	0,55
PSB	13	8	1485075	7%	0,53
PP	7	5	1029052	5%	0,50
PL (PR)	5	3	876914	4%	0,36
TOTAL	105	63	20180885	94%	-

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Em 2008, o número de candidaturas lançadas pelos partidos grandes foi menor que no ano eleitoral anterior, 85. Porém, 51 candidaturas representavam coligações que se subdividiram para disputar as eleições proporcionais. O PTB foi novamente o partido com menor probabilidade de divisão do voto, 85%. Seguido pelo PSDB que, dentre as 11 candidaturas lançadas, em 7 subdividiu as coligações para concorrer nas eleições proporcionais. No caso do PSDB, a probabilidade do eleitor ter escolhido candidatos a prefeito e a vereador do mesmo partido ou da mesma coligação chegou a até 83%.

Já o PT foi o partido que apresentou o maior número de candidaturas para o ano em questão – 19 – e subdividiu a sua candidatura 12 vezes. Assim, como em 2004, o PT foi o partido com maior votação para as capitais estudadas, chegando a obter 22% do total de votos. A maior coordenação do partido, representada pelo lançamento de coligações que se subdividiram para concorrer nas eleições majoritárias, além de resultar em sucesso eleitoral, também significou uma alta probabilidade do eleitor que votou no candidato majoritário do partido escolher um candidato proporcional do PT ou da coligação. Assim, no caso do PT, até 80% dos eleitores votaram igual para prefeito e vereador, como pode ser observado na Tabela 16.

Por outro lado, tanto para as eleições de 2004 quanto para as de 2008, o PR foi o partido com maior possibilidade de divisão do voto por parte do eleitor, 36%. No caso das eleições de 2008, o partido só apresentou uma candidatura ao majoritário e tal candidatura não se subdividiu.

TABELA 16 – VOTO DIVIDIDO PARTIDOS GRANDES 2008

PARTIDO	NÚMERO CANDIDATOS	TOTAL DE CANDIDATURAS SUBDIVIDIDAS	TOTAL DE VOTOS	% DE VOTOS ELEIÇÃO	DIVISÃO DO VOTO
PTB	5	2	713.223	3,18%	0,85
PSDB	11	7	3.110.632	13,87%	0,83
PT	19	12	5.040.843	22,48%	0,80
PSB	7	4	1.169.836	5,22%	0,77
DEM	12	7	3.406.996	15,19%	0,74
PP	6	3	909.356	4,05%	0,74
PMDB	13	10	3.534.654	15,76%	0,67
PPS	6	2	472.546	2,11%	0,63
PDT	5	4	379.314	1,69%	0,60
PR	1	0	4.828	0,02%	0,36
TOTAL	85	51	18.742.228	83,58%	-

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

A distribuição da média do voto dividido entre os 10 partidos grandes para os anos de 2004 e 2008 pode ser observada nos Gráficos a seguir – 12 e 13.

GRÁFICO 12 – PARTIDOS GRANDES E DIVISÃO DO VOTO EM 2004

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

GRÁFICO 13– PARTIDOS GRANDES E DIVISÃO DO VOTO EM 2008

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

3.4.4 Perfil do voto dividido entre os prefeitos que disputaram a reeleição em 2008

Como já foi analisado anteriormente, a coordenação eleitoral é importante para o sucesso das candidaturas, mais especificamente para a eleição dos candidatos que disputam as eleições majoritárias. Assim, partidos que coordenam suas ações coligando as suas candidaturas e as dividindo para concorrer nas eleições proporcionais têm uma maior chance de êxito nas eleições.

Os prefeitos que concorreram na reeleição em 2008 demonstram que a coordenação das suas candidaturas foi um fator fundamental para obter o sucesso eleitoral. Dos 20 prefeitos que concorreram à reeleição, 19 se reelegeram e todos estavam coligados. Apenas um não dividiu a coligação para concorrer nas eleições proporcionais. Todos os outros 19 dividiram e, destes, 18 foram reeleitos.

A Tabela 17 tem o intuito de demonstrar que a coordenação, além de aumentar o sucesso eleitoral destes prefeitos, também levou a uma menor divisão do voto nestas candidaturas.

TABELA 17 – PREFEITOS DISPUTANDO A REELEIÇÃO EM 2008 E VOTO DIVIDIDO

CIDADE	CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO SUBDIVIDIDO NÃO COLIGADO	PERCENTUAL DE VOTOS	MÉDIA VOTO DIVIDIDO	REELEITO
Goiânia	Iris Rezende (PMDB)	Subdividido	74%	0,99	Sim
Cuiabá	Wilson Santos (PSDB)	Subdividido	47%	0,98	Sim
Belém	Duciomar Costa (PTB)	Subdividido	35%	0,95	Sim
Florianópolis	Dário Berger (PMDB)	Subdividido	39%	0,93	Sim
Porto Alegre	José Fogaça (PMDB)	Subdividido	43%	0,92	Sim
João Pessoa	Ricardo Coutinho (PSB)	Subdividido	73%	0,90	Sim
Maceió	Cícero Almeida (PP)	Subdividido	81%	0,89	Sim
Teresina	Silvio Mendes (PSDB)	Subdividido	70%	0,89	Sim
São Paulo	Gilberto Kassab (DEM)	Subdividido	33%	0,87	Sim
Campo Grande	Nelsinho Trad (PMDB)	Subdividido	71%	0,85	Sim
Salvador	João Carneiro (PMDB)	Subdividido	30%	0,84	Sim
Fortaleza	Luizianne Lins (PT)	Subdividido	50%	0,81	Sim
Palmas	Raul Filho (PT)	Subdividido	44%	0,81	Sim
Curitiba	Beto Richa (PSDB)	Subdividido	77%	0,80	Sim
Aracaju	Edvaldo Nogueira (PCdoB)	Subdividido	51%	0,78	Sim

Rio Branco	Angelim (PT)	Subdividido	50%	0,69	Sim
Manaus	Serafim Corrêa (PSB)	Subdividido	23%	0,63	Não
Boa Vista	Iradilson Sampaio (PSB)	Subdividido	54%	0,62	Sim
Porto Velho	Roberto Sobrinho (PT)	Subdividido	59%	0,43	Sim
Vitória	João Coser (PT)	Coligado	65%	0,42	Sim

Fonte: Elaboração própria a partir do banco de dados do Cebrap e TSE.

Como pode ser observado, nos 19 casos em que ocorreu a subdivisão da coligação para a disputa proporcional, em 14, ou seja, em 73% dos casos, a probabilidade do eleitor votar no mesmo partido e/ou coligação foi de até 80%. Em 6 desses casos a probabilidade foi maior que 90%. E, no caso do prefeito de Goiânia, candidato à reeleição, Iris Rezende (PMDB), até 99% de seus eleitores escolheram um candidato a vereador do mesmo partido e/ou coligação.

Os dados sobre a reeleição dos prefeitos nas eleições de 2008 reafirmam que as elites políticas e os partidos estão coordenando as suas ações durante as eleições municipais. Uma das evidências está na subdivisão das coligações que concorrem nas eleições proporcionais. A partir desta estratégia, os partidos grandes, principalmente os que lançam candidatos ao majoritário municipal, conseguem uma maior quantidade de apoios dos outros partidos em torno da sua candidatura, sendo estes apoios traduzidos em coligações. Ademais, a coordenação dos partidos, ao se coligarem e dividirem suas coligações para as disputas proporcionais, atuam como um elemento de redução da divisão do voto.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou contribuir com a incipiente discussão acerca do voto dividido no Brasil. Apesar deste debate já estar consolidado nas análises de uma parte da literatura internacional sobre comportamento eleitoral, literatura esta preocupada em entender como o eleitor distribui seus votos e as possíveis consequências desta distribuição para a formação dos governos, pouco sobre esta temática foi abordada e discutida em relação à realidade brasileira.

Este cenário contribuiu para que a discussão teórica desenvolvida ao longo do trabalho permitisse incorporar elementos pouco discutidos nos estudos sobre o voto dividido. A principal contribuição teórica diz respeito ao papel dos partidos e elites políticas, como discutido por Cox (1997), na coordenação eleitoral e a como esta coordenação pode impactar as escolhas dos eleitores. Dessa forma, a hipótese defendida neste trabalho é que a coordenação eleitoral dos partidos políticos tem relevância no que concerne a uma menor divisão do voto por parte dos eleitores.

Este argumento foi construído tanto teórica quanto empiricamente. No que diz respeito à discussão teórica, o primeiro passo foi contextualizar os principais trabalhos acerca do voto dividido, definindo-o e discutindo suas principais causas e consequências. Assim, entende-se que o voto dividido acontece quando o eleitor decide votar para partidos diferentes dentro de um mesmo pleito ou não, para ocupar tanto cargos semelhantes quanto distintos (Burden & Helmke, 2009). Em seguida, foi incorporado ao debate da literatura internacional a questão da coordenação eleitoral. Cox (1997) procura discutir o papel da estratégia de coordenação por parte das elites partidárias, partidos políticos e eleitores e as possíveis consequências dessas estratégias no sistema partidário e eleitoral. E, ainda, o papel das coligações partidárias no processo de coordenação, principalmente no caso de sistemas multipartidários.

O passo seguinte foi trazer para a discussão as questões referentes ao contexto político institucional brasileiro. Como foi destacado por Limongi (2002b), após a redemocratização, boa parte dos estudos sobre as instituições políticas brasileiras estavam centrados em encontrar possíveis explicações para o “mau” funcionamento da nossa democracia. Isto porque a combinação partidário-eleitoral, associada a um eleitorado pouco educado para votar, contribuiria para uma constante crise de governabilidade.

Estas análises centraram seus esforços na explicação de dois problemas da democracia brasileira: a volatilidade eleitoral e a fragmentação partidária. Para a volatilidade eleitoral, segundo alguns autores, as características institucionais dificultariam um vínculo entre os partidos e o eleitorado, tendo como consequência uma alta volatilidade eleitoral (Mainwaring e Tocal; 2005; Kinzo, 2005; 2004; Carreirão e Kinzo, 2004; Ames, 2003; Mainwaring, 1991). As características institucionais do sistema político brasileiro, em especial do sistema partidário eleitoral, contribuiriam também para um elevado número de partidos nas disputas eleitorais, dificultando ainda mais a escolha dos eleitores (Mainwaring, 1993; 1991; Ames, 2003).

Por outro lado, uma outra parte da literatura procura verificar se o desenho institucional do sistema político brasileiro necessariamente levaria a uma alta fragmentação partidária, atribuindo uma resposta negativa a esta indagação (Nicolau, 1996; Nicolau e Schmitt, 1995). Em complemento a este argumento, Braga (2006) sinaliza para uma consolidação do sistema partidário, colocando a questão da coordenação das elites e partidos políticos discutida por Cox (1997) como um dos elementos para esta compreensão. No período mais recente, ademais, foi incorporada, ao debate sobre as eleições brasileiras e sobre os partidos políticos, uma discussão sobre as coligações eleitorais, buscando entender como estas podem representar uma forma de coordenação política (Schmitt, 2005;1999).

A partir deste contexto, este trabalho concentrou seus esforços em analisar a questão do voto dividido para prefeito e vereador nas eleições das capitais do país para os anos de 2004 e 2008. Assim, indica que a coordenação eleitoral garante, além de um maior sucesso das candidaturas ao majoritário, uma menor divisão do voto. Contrapõe-se, portanto, aos resultados encontrados por Ames et. al (2009), que afirmam que as elites e os partidos políticos são responsáveis pela configuração de paralisia decisória encontrada no Brasil, como um dos resultados do voto dividido por parte dos eleitores. Dessa forma, os resultados empíricos evidenciam os seguintes pontos:

1) Para as eleições nas capitais do país, a maior parte das candidaturas ao majoritário lançadas foram coligadas e subdividiram suas coligações para concorrer nas eleições proporcionais. As coligações subdivididas foram aquelas que conseguiram alcançar

maior sucesso eleitoral, ou seja, que conseguiram eleger mais candidatos a prefeito nos anos em questão;

2) Os partidos e elites políticas coordenam suas ações com o objetivo de obter sucesso eleitoral, ao fazerem parte das coligações que subdividem as candidaturas para concorrer nas eleições proporcionais, como demonstraram os testes realizados. Quando testada a relação entre o número de partidos de uma coligação com um maior percentual de votos obtidos, o caso validado com significância estatística para os dois anos foi aquele no qual as coligações se subdividiram;

3) Não obstante, ao se observar o resultado eleitoral de forma detida, percebe-se que ele indicou ainda a importância da subdivisão para o sucesso eleitoral. Dessa forma, não há contradição entre as observações dos mapas eleitorais e os resultados estatísticos apresentados;

4) Ademais, os dados analisados demonstram que a coordenação eleitoral referente às coligações que se subdividem para concorrer nas eleições proporcionais é mais frequente entre os partidos grandes. Estes também concentram a maior quantidade de votos obtidos nos dois anos analisados, sendo estes votos traduzidos em maior sucesso eleitoral;

5) No que se refere à questão da divisão do voto, os dados reforçam que a coordenação eleitoral está relacionada a uma menor divisão do voto. Este fator foi observado a partir de três aspectos: i) as candidaturas majoritárias que se subdividiram para concorrer nas eleições proporcionais dividiram menos o voto; ii) a divisão do voto também foi menor entre os grandes partidos, em comparação aos pequenos; iii) entre os prefeitos que concorreram à reeleição em 2008 e coordenaram suas candidaturas subdividindo suas coligações, a divisão do voto também foi menor.

O fato de existir disponível no Brasil dados desagregados ao nível da urna possibilitou que os achados acima referidos fossem mais consistentes e que o debate em torno do tema se dê no campo dos resultados.

Referências

- AMES, B., BAKER, A., RENNO, L., (2009). "Split-ticket voting as the rule: voters and permanent divided government in Brazil". *Electoral Studies* 28: 8–20.
- AMES, Barry (2003). *Os entraves da democracia do Brasil*. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- BAWN, K., (1999). Voter responses to electoral complexity: ticket splitting, rational voters, and representation in the Federal Republic of Germany. *British Journal of Political Science* 29, 487–505.
- BENOIT, K., GIANNETTI, D., LAVER, M., (2004). "Multiparty Split-Ticket Voting Estimation as an Ecological Inference Problem." in Gary King (org.) *Ecological Inference: New Methodological Strategies*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BENOIT, K.; GIANNETTI, D.; LAVER, M. (2006). "Voter strategies with restricted choice menus". *British Journal of Political Science* 36: 459–485.
- BRAGA, Maria do Socorro Sousa (2006). *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)*. São Paulo, Humanitas/FAPESP.
- BURDEN, Barry C. (2009). "Candidate-driven ticket splitting in the 2000 Japanese elections". *Electoral Studies* 28, 33–40.
- BURDEN, Barry C.; HELMKE, Gretchen (2009). "The comparative study of split-ticket voting". *Electoral Studies* 28: 1–7.
- BURDEN, Barry; KIMBALL David (2007). *Why Americans split their tickets: campaigns, competition, and divided government*. Michigan, The University of Michigan Press.
- BURDEN, Barry C.; KIMBALL, David C. (1998). "A New Approach to the Study of Ticket Splitting." *American Political Science Review*, 92: 533–544.
- CAMPELO DE SOUZA, Maria do Carmo (1990). *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 3 Ed. São Paulo, Editora Alfa-Omega.
- CAREY, J.M.; SHUGART, M.S. (1995). "Incentives to cultivate a personal vote: a rank ordering of electoral formulas". *Electoral Studies*, 14: 417–439.
- CARREIRÃO, Yan de Souza; NASCIMENTO, Fernanda Paula (2010). "As coligações nas eleições para o Senado brasileiro (1990/2006)". in KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stiftung, São Paulo, Editora da Unesp.

- CARREIRÃO, Y.; KINZO, M. D (2004). "Partidos Políticos, Preferência Partidária e Decisão Eleitoral no Brasil (1989/2002)." *Dados*, vol.47, nº.1, p.31-167.
- CHANDRA, Kanchan (2009). "Why voters in patronage democracies split their tickets: Strategic voting for ethnic parties". *Electoral Studies* 28: 21–32.
- COX, Gary (2010). "Core Voter, swing voter and distributive politics". In Shapiro, Ian; Stokes, Susan; Wood, Elisabeth Jean; Kirshner, Alexander (Ed). *Political representation*. Cambridge University Press, Cambridge.
- COX, Gary (2005). "Electoral institutions and political competition: coordination, persuasion and mobilization". In Menard, Claude; Shirley, Mary (Ed). *Handbook of new institucional economics*. Springer, Berlin.
- COX, Gary (1999). "Electoral Rules and the calculus of mobilization". *Legislative Studies Quarterly*, 24, 3: 387-419.
- COX, Gary (1997). *Making Votes Count*. Cambridge University Press, Cambridge.
- DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio (2010). "Pequenos partidos no Brasil: uma análise de posicionamento ideológico com base nas coligações municipais de 2000 a 2008". in KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro, Konrad-Adanauer-Stiftung, São Paulo, Editora da Unesp.
- DOWNS, Anthony. (1999). *Uma teoria econômica da democracia*. São Paulo, EDUSP.
- DUVERGER, Maurice (1987). *Os partidos políticos*. Editora Guanabara, Rio de Janeiro.
- FERRAZ, Vitor Emanuel Marchetti (2008). *Poder Judiciário e competição política no Brasil: uma análise das decisões do TSE e STF sobre as regras eleitorais*. Tese de doutorado, PUC/SP. São Paulo.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- FIORINA, Morris. (1996). *Divided Government*. 2nd ed. New York: Allyn and Bacon.
- FRANCIS, Wayne L., et al., (1999). "Retrospective Voting and Political Mobility". *American Journal of Political Science*, 38, 4: 999-1024.
- GOLDER, Sona (2005). "Pre-electoral coalitions in comparative perspective: a test os existing hypotheses". *Electoral Studies*. 24,4: 643-663.
- GOLDER, Sona (2006). "Pre-electoral coalition formation in parliamentary democracies" *British Journal of Political Science*. 36, 2:193-212.
- GROFMAN, B., et al. (2000). "A new look at split ticket outcomes for House and president: the comparative midpoints model". *Journal of Politics*, 62: 35–50.

- GUARNIERI, Fernando Henrique Eduardo (2009). *A força dos "partidos fracos" - um estudo sobre a organização dos partidos brasileiros e seu impacto na coordenação eleitoral*. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-11022010-101055/>>. Acesso em: 25-05-2012.
- HELMKE, Gretchen (2009). "Ticket splitting as electoral insurance: the Mexico 2000 elections". *Electoral Studies* 28: 70–78.
- HUNTER, Wendy (2007). "The normalization of an anomaly: the Workers' Party in Brazil". *World Politics*. 54,3:440-75.
- HUNTINGTON, Samuel P. (1994). *A terceira onda*. Tradução de Sergio Goes de Paula. São Paulo, Editora Ática.
- INGBERMAN, Daniel; VILLANI, John (1993). "An Institutional Theory of Divided Government and Party Polarization" *American Journal of Political Science* 37 (May): 429-71.
- JACOBSON, Gary C (1990). "Strategic Politicians and the Dynamics of U.S. House Elections, 1946-86". *The American Political Science Review*, 83, 3: 773-793.
- KARP, J.A.; VOWLES, J.; Banducci, S.A.; DONOVAN, T., (2002). "Strategic voting, party activity, and candidate effects: testing explanations for split voting in New Zealand's new mixed system". *Electoral Studies*, 21: 1–22.
- KEDAR, O., (2005). "When moderate voters prefer extreme parties: Policy balancing in parliamentary elections". *American Political Science Review*, 99: 185–199.
- KIMBALL, David (2002). "A Decline in Ticket Splitting and The Increasing Salience of Party Labels". Prepared for the Merhson Center Conference on Assessing the Vitality of Electoral Democracy in the U.S.: The 2000 Election, Ohio State University, Columbus.
- KING, Gary (1997). *A solution to the ecological inference problem: reconstructing individual behavior from aggregate data*. New Jersey, Princeton University Press.
- KINZO, Maria D'Alva (2005). "Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 20, 57: 65-81.
- KINZO, Maria D'Alva (2004). "Partidos, eleições e democracia no Brasil, pós 1985" *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19, 54: 23-40.
- LACY, D.; PAOLINO, P., (1998). "Downsian voting and the separation of powers". *American Journal of Political Science*, 24: 1180–1199.
- LAMOUNIER, Bolivar (1992). "Estrutura institucional e governabilidade na década de 1990". in João Paulo dos Reis Velloso (coordenação) [et al]. *O Brasil e as reformas políticas*. Rio de Janeiro, José Olympio.

- LAMOUNIER, Bolivar; MENEGUELLO, Rachel (1986). *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- LAVAREDA, Antônio (1999). *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro, 1945-1964*. 2d. Rio de Janeiro, Iuperj, Revan.
- LAVER, Michel (1998). "Models of Government Formation". *Annual Review of Political Science*.1:1-25.
- LEONI, Eduardo (2002). "Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: a Câmara dos Deputados (1991-1998)." *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 45(3):361–386.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (1997). (org). *O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências, 1982-1994*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de (1983). *Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Graal.
- LIMONGI, Fernando (2002a). "Institucionalização da política". in MICELI, Sergio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. 2 ed. São Paulo, Editora Sumaré/ANPOCS.
- LIMONGI, Fernando (2002b). "Debate institucional e democracia no Brasil: O problema do sistema partidário". in PERISSINOTTO, Renato; FUKS, Mario (orgs.). *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, Curitiba, Fundação Araucária.
- LIMONGI, Fernando; MESQUITA, LARA (2008). "As eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. *Novos Estudos CEBRAP*, 81: 49-67.
- MAINWARING, Scott (1992). "Brazilian Party Underdevelopment in Comparative Perspective". *Political Science Quarterly*, vol. 107, nº 4, pp. 677-707.
- MAINWARING, Scott (1991). "Políticos, partidos e sistemas eleitorais: o Brasil numa perspectiva comparativa". Tradução de Otacílio F. Nunes Jr. *Novos Estudos CEBRAP*, 29: 34-58.
- MAINWARING, Scott; ZOCO, Edurne (2007). "Political Sequences and the Stabilization of Interparty Competition: electoral volatility in old and new democracies". *Party Politics*, 13(2):155-178.
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano (2005). "Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização". *Opinião Pública*, v. 11, n. 2, p. 249-286.
- MEBANE Jr.; W.R., (2000). "Coordination, moderation, and institutional balancing in American presidential and House elections". *American Political Science Review*, 94: 37–57.
- MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos (2010). "De partido de esquerda a partido de governo. O PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008)". in KRAUSE,

- Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stiftung, São Paulo, Editora da Unesp.
- MOSER, Robert G.; SCHEINER, Ethan (2009). "Strategic voting in established and new democracies: Ticket splitting in mixed-member electoral systems". *Electoral Studies* 28: 51–61.
- NICOLAU, Jairo Marconi (2010). "Partidos e sistemas partidários: 1985-2009". in MARTINS, Carlos Benedito; LESSA, Renato (Org.). *Horizontes das ciências sociais no Brasil: ciência política*. São Paulo, ANPOCS.
- NICOLAU, Jairo Marconi (1998). "A volatilidade eleitoral nas eleições para a Câmara dos Deputados brasileira (1992-1994). Trabalho apresentado no XXII Encontro Anual da Anpocs (mimeo).
- NICOLAU, Jairo Marconi (1996). *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas Editora.
- NICOLAU, Jairo Marconi; SCHMITT, Rogério (1995). "Sistema Eleitoral e Sistema Partidário". *Lua Nova*, nº 36, pp. 127-147.
- PEDERSEN, Morgens. (1990). "Electoral Volatility in Western Europe: 1948-1977" in Mair, Peter (org.). *The West European Party System*. Oxford, Oxford University Press.
- PEIXOTO, Pedro Floriano (2010). "Coligações eleitorais nos municípios brasileiros: competição e estratégia". in KRAUSE, Silvana; DANTAS, Humberto; MIGUEL, Luis Felipe (orgs.). *Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências*. Rio de Janeiro, Konrad-Adenauer-Stiftung, São Paulo, Editora da Unesp.
- POWER, Timothy; ZUCCO, Cesar (2009). "Estimating Ideology of Brazilian Legislative Parties, 1990–2005: a research communication". *Latin American Research Review*.
- RENNÓ, Lucio; HOEPERS, Bruno (2010). "Voto estratégico punitivo: transferência de votos nas eleições presidenciais de 2006". *Novos estudos – CEBRAP*. 86: 141-161
- RENNÓ, Lucio; PEREIRA, Carlos (2001). "O que é que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 44(2).
- SAMUELS, David (1997). "Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil". *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 40(3).
- SAMUELS, David (2006). "Sources of mass partisanship in Brazil". *Latin American Politics and Society*. 48: 1-27.

- SANTOS, Wanderley Guilherme dos (2003). *O cálculo do conflito: estabilidade e crise na política brasileira*. Belo Horizonte, Editora UFMG, Rio de Janeiro, IUPERJ.
- SARTORI, Giovanni (1996). *Engenharia constitucional*. Tradução de Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- SARTORI, Giovanni (1982). *Partidos e sistemas partidários*. Tradução de Waltensir Dutra. Brasília, Editora Universidade de Brasília.
- SCHMITT, Rogério (2005). "Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira". in KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). *Partidos e coligações eleitorais no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Konrad Adanauer, São Paulo, Fundação Editora da Unesp.
- SCHMITT, Rogério (1999). *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, Iuperj.
- SHUGART, M., 1995. "The electoral cycle and institutional sources of divided government". *American Political Science Review*, 82: 327–343.
- SMITH, Charles E.; et al. (1999). "Party Balancing and Voting for Congress in the 1996 National Election". *American Journal of Political Science* 43(3): 737-64.
- SOARES, Gláucio Ary (1964). Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n. 17, p. 95-124.
- STOKES, Susan (2005). "Perverse accountability: a formal model of machine politics with evidence from Argentina". *American Political Science Review*, 99, 3: 315-25.
- STRØN, Kaare; et al. (1994). "Constraints on Cabinet Formation in Parliamentary Democracies". *American Journal of Political Science*.38, 2:303-335.
- WATTENBERG, Martin P., et al. (1986). "Schematic Assessments of Presidential Candidates". *The American Political Science Review*, 80: 521-540.

Legislação

- BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado.

Websites

- Tribunal Superior Eleitoral. Brasília. Disponível em <www.tse.jus.br> Acesso em: 2011/2012

APÊNDICE

Apêndice Metodológico

Média do voto dividido

Para uma compreensão adequada dos resultados obtidos pelos partidos e/ou coligações em relação a divisão do voto, faz-se necessário algumas ressalvas de caráter metodológico.

O banco de dados utilizado neste trabalho está disponível no Repositório de Dados Eleitorais do TSE. Tal banco contém as informações dos votos obtidos por cada candidato a prefeito e vereador por seção eleitoral. No Brasil, cada município está distribuído em zonas eleitorais e dentro dessas zonas encontram-se as seções eleitorais - urnas. Assim, cada urna contém cerca de 500 eleitores cadastrados. No caso das eleições municipais o eleitor pode votar uma vez para prefeito e uma para vereador.

O primeiro passo realizado foi o mapeamento dos votos obtidos pelos partidos e/ ou coligações no âmbito das urnas. Deste modo, o trabalho foi realizado de forma individual para todas as urnas de todas as cidades estudadas para os dois anos – 2004 e 2008.

As etapas desenvolvidas dentro de cada urna seguiram os seguintes passos: 1) em um primeiro momento foi feita a soma de todos os votos obtidos pelos candidatos a prefeitos e pelos candidatos a vereador - considerando também os votos de legenda - por partido e/ou coligação; 2) o total de votos obtidos pelo partido e/ou coligação para prefeito foi dividido pelo total de votos obtidos pelos candidatos a vereador deste mesmo partido e/ou coligação; 3) o quociente desta divisão foi compreendido como a média de voto dividido para aquele partido e/ou coligação na urna em análise.

Por exemplo, considerando uma dada urna X, o partido e/ou coligação A para prefeito e os vereadores desse mesmo partido e/ou coligação A obtiveram uma quantidade y de votos. Assim, estes votos foram somados e o total de votos para prefeito do partido e/ou coligação A foi dividido pelo total de votos obtidos pelos vereadores do partido e/ou coligação A, levando a um determinado resultado. Busca-se, porém, saber se os votos contidos ali foram divididos ou não e, em caso positivo em que proporção. Para a obtenção da relação do voto entre a candidatura majoritária e as proporcionais foi feita a seguinte divisão dos votos para prefeito por vereador.

$$\text{Urna X - Partido e/ ou Coligação A} = \frac{\text{Total voto prefeito}}{\text{Total voto vereador}}$$

$$=$$

Quociente do voto dividido para o partido e/ou coligação A na urna X

Esses totais permitiram observar qual a relação de votos entre cada candidato à prefeito e o grupo de vereadores que o apoiaram, dentro de cada uma das urnas. Abaixo o exemplo a partir de uma urna do Recife, alocada, aqui, aleatoriamente. Nesse caso, pode-se observar a distribuição dos votos entre os candidatos.

Tabela I

Eleições Municipais 2008, Recife, Zona Eleitoral 7, Seção 250

Coligação	Candidatos à Prefeitos	Votos Prefeito	Votos Legenda	Votos Vereador	Total Vereador	pref/ver
subdividido	João Costa (PT)	211	24	233	257	0,821
subdividido	Raul Henry (PMDB)	53	3	21	24	2,208
subdividido	Cadoca (PSC)	12	3	45	48	0,250
Não coligado	Mendonça (DEM)	62	6	9	15	4,133
Não coligado	Edilson Silva (PSOL)	7	2	1	3	2,333
Não coligado	Katia telles (PSTU)	2	0	0	0	0
Não coligado	Numeriano (PCB)	0	0	0	0	0
		347			347	

O passo seguinte foi somar o quociente obtido por cada partido e/ou coligação, urna a urna, considerando todas as urnas existentes no município.

Zona 5 Seção 225

Coligação	Candidatos à Prefeitos	Votos Prefeito	Votos Legenda	Votos Vereador	Total Vereador	pref/ver
subdividido	João Costa (PT)	102	9	172	181	0.564
subdividido	Raul Henry (PMDB)	128	7	42	49	2.612
subdividido	Cadoca (PSC)	8	0	59	59	0.136
Não coligado	Mendonça (DEM)	68	16		16	4.250
Não coligado	Edilson Silva (PSOL)	19	11	3	14	1.357
Não coligado	Katia telles (PSTU)	1	0	0	0	0
Não coligado	Numeriano (PCB)	2	1	1	2	1.000
		328			321	

Zona 9 Seção 159

Coligação	Candidatos à Prefeitos	Votos Prefeito	Votos Legenda	Votos Vereador	Total Vereador	pref/ver
subdividido	João Costa (PT)	171	18	186	204	0.838
subdividido	Raul Henry (PMDB)	35	7	20	27	1.296
subdividido	Cadoca (PSC)	7	3	44	47	0.149
Não coligado	Mendonça (DEM)	63	7	13	20	3.150
Não coligado	Edilson Silva (PSOL)	14	2	1	3	4.667
Não coligado	Katia telles (PSTU)	2	0	0	0	0.000
Não coligado	Numeriano (PCB)	2	1	0	1	2.000
		294			302	

+....+ = somatório de todas as urnas por município.

A partir dessa etapa, o quociente indicado pela relação prefeito/vereador foi agregado: todos os resultados por urna foram somados e divididos pela quantidade de urnas em que existiam votos para cada uma das chapas majoritárias. Logo, se construiu uma média, que é ponderada pelo total das candidaturas a prefeito e vereadores de acordo com a quantidade de urnas em que estão presentes. Com isso se obteve o voto dividido médio por candidatura e por município, como pode ser visto na tabela a seguir.

Tabela II
voto dividido médio por município

Coligação	Número Seções com Voto da Coligação/Partido	Soma Quocientes Coligação/Partido	Média
joão da costa	2818	2194,887	0,779
raul henry	2818	5242,300	1,860
cadoca	2815	682,368	0,242
mendoza	2817	10297,129	3,655
edilson silva	2585	8924,722	3,453
katia telles	1030	1699,8	1,650
roberto numeriano	484	694,2	1,434

Esse processo foi repetido para todas urnas, para os anos de 2004 e 2008 em todos os municípios, gerando os resultados da probabilidade de divisão do voto para cada uma dos partidos e/ou coligações.

Uma dos elementos encontrados depois da realização destes cálculos foi a possibilidade de partidos e/ou coligações com quocientes maiores que 1. Esta situação foi passível de acontecimento em todos os casos em que os partidos e/ou coligações o candidato a prefeito obteve maior quantidade de votos do que o candidato a vereador. O trabalho com as médias de divisão do voto desta forma, traria ganho a esta análise no sentido de possibilitar a observação da direção do voto daquele partido e/ou coligação. Dito de outra forma: possibilitaria verificar se a divisão do voto foi maior por conta de um número maior de votos obtidos para prefeito ou para vereador. Entretanto, se a informação fosse trabalhada desta forma dificultaria uma comparação mais geral entre os casos. Assim, quando o quociente da divisão do voto encontrado

resultou em um número maior que 1, foi dado um tratamento diferenciado a este, no sentido de torná-lo comparável.

Ademais, os resultados médios finais obtidos estão apresentados entre “zero e um”, dando melhor sentido à análise. Em que 1 indica não divisão do voto e quanto mais próximo a zero uma maior divisão.

Não obstante, optou-se por não fazer uma discussão sobre a direção do voto, ou seja, se os votos dados a um determinado partido e/ou coligação foram maior para a candidatura majoritária ou proporcional. Isso aparece apenas em algumas tabelas que compõem os anexos. Essas tabelas em geral apresentam colunas com indicativo “Divisão do voto + direção de voto”.

Dito isso, resta ainda afirmar que as demais análises que se utilizaram da média de voto dividido, como a análise por sucesso eleitoral e tamanho dos partidos, tiveram por base a metodologia acima indicada.

Sobre os cálculos realizados neste trabalho

Criou-se uma forma de análise das informações dos votos nas diversas cidades estudadas, comparando os votos dados aos Prefeitos com aqueles para Vereadores em suas respectivas coligações. Optou-se pelo cálculo através da seguinte relação:

$$\text{Voto dividido} = \frac{\text{Nº de votos para Prefeito do partido/coligação}}{\text{Nº de votos dados aos Vereadores do partido/coligação}}$$

A questão, em termos dos resultados deste cálculo é que, enquanto os votos dos Prefeitos for menor que os de Vereadores, este resultado estará entre 0 e 1, ou seja, em decimais, para qualquer diferença de votos. Por exemplo, se o Prefeito da coligação 1 teve 50.000 votos e os Vereadores da coligação 1 tiveram 100.000 votos, resultando em um índice de voto dividido de 0,5. Por esta divisão, desde que o somatório dos votos dos Vereadores sejam superiores aos do Prefeito, o resultado sempre estará entre 0 e 1, o que poderia ser facilmente somado aos resultados dos outros índices para candidaturas e coligações diversas, na mesma cidade, e aí dividir o resultado pelo total de candidaturas, encontrando o índice de voto dividido para cada cidade.

Ocorre que em diversas candidaturas/coligações o total de votos para Prefeito é maior que o total de votos para os Vereadores, resultando em um índice maior que a 1, assim impossibilitando a sua soma com os outros índices que estão entre 0 e 1 e impedindo o cálculo da média, que é o índice de voto dividido para cada cidade.

Matematicamente, então, para possibilitar esta soma, quando o resultado for maior do que um, este valor dividirá o numeral 1, ficando o resultado, necessariamente entre 0 e 1. Este resultado é conhecido como equivalente decimal, o que possibilita sua soma conforme dito anteriormente e o cálculo do voto dividido para cada cidade.

Exemplo utilizando agora mais uma candidatura/coligação:

Se os votos para Prefeito da coligação 2 / Votos para Vereador da coligação 2 forem 100.000 e 50.000, por exemplo, o resultado seria $100.000/50.000 = 2$; para cálculo do índice este valor dividirá o numeral 1, ou seja, $\frac{1}{2} = 0,5$ que é o índice de voto dividido desta coligação.

Comparando com o resultado inicialmente mostrado anteriormente verifica-se que são equivalentes, sendo chamadas de razões recíprocas, pois no primeiro os Vereadores tiveram o dobro dos votos do Prefeito e no segundo, após a transformação decimal, o Prefeito teve o dobro dos votos dos Vereadores.

Calculando o índice de voto dividido para as duas coligações:

No caso de haver o cálculo sem esta transformação a média seria 0,5, índice da coligação 1 ($50.000/100.000$) somado com 2, índice da coligação 2, ($100.000/50.000$) que resultaria em $2,5/2$, logo um índice de 1,25. Este índice mostraria que o total de votos para Prefeito somadas as duas candidaturas seria 25% maior que os votos dos Vereadores destas duas coligações somados. Isto não é a verdade pois somados, sem ponderação, os votos para Prefeito e Vereadores seriam iguais (150.000 e 150.000). De fato o valor correto do cálculo do índice de voto dividido é $(0,5 + 0,5)/2 = 0,5$ mostrando que, mesmo em direções opostas, a diferença entre os votos dados a Prefeitos e Vereadores, para cada um dos exemplos utilizados, foi de 50%.

Resultados das regressões realizadas

$$Y^* (2004) = 0,0211 X^{**} + 0,1386$$

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,370272876
R-Quadrado	0,137102003
R-quadrado ajustado	0,123826649
Erro padrão	0,170231312
Observações	67

ANOVA					
	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	0,299279238	0,299279	10,32756	0,00204101
Resíduo	65	1,883615479	0,028979		
Total	66	2,182894716			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	0,138638416	0,048241146	2,873862	0,005473
Variável X 1	0,021108617	0,00656842	3,213652	0,002041

$$Y^* (2008) = 0,0341 X^{**} + 0,0711$$

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,720261122
R-Quadrado	0,518776084
R-quadrado ajustado	0,511014408
Erro padrão	0,141937973
Observações	64

ANOVA					
	<i>Gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	1,34654736	1,34654	66,8381	1,96417E-11
Resíduo	62	1,24907607	0,02014		
Total	63	2,59562343			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
--	----------------------	--------------------	---------------	----------------

Interseção	0,071090248	0,03430154	2,07250	0,04238
Variável X 1	0,034058147	0,0041659	8,17546	1,96E-11

* Onde Y é percentual de votos obtidos e

** X é total de partidos por coligação que subdividiu.

$$Y^* (2004) = 0,0083 Z^{**} + 0,1078$$

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,0715678
R-Quadrado	0,0051219
R-quadrado ajustado	-0,0280407
Erro padrão	0,1410738
Observações	32

ANOVA

	<i>Gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	0,00307383	0,003074	0,154449	0,697097922
Resíduo	30	0,59705489	0,019902		
Total	31	0,60012872			

	<i>Coefficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	0,1078228	0,06426543	1,677774	0,103781
Variável X 1	0,0082763	0,02105932	0,393001	0,697098

$$Y^* (2008) = 0,0083 Z^{**} + 0,0717$$

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,055806833
R-Quadrado	0,003114403
R-quadrado ajustado	-
Erro padrão	0,020620969
Observações	44

ANOVA

	<i>Gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	0,00227503	0,002275	0,131214	0,718993432
Resíduo	42	0,728211879	0,017338		
Total	43	0,730486909			

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	0,07169697	0,060645179	1,182237	0,243762
Variável X 1	0,00830303	0,022921723	0,362234	0,718993

* Y = percentual de votos obtidos e

** Z = total de partidos na mesma coligação

$$Y (2008 - \text{reeleição}) = 0,025 X + 0,2597$$

<i>Estatística de regressão</i>	
R múltiplo	0,629194
R-Quadrado	0,395885
R-quadrado ajustado	0,360348
Erro padrão	0,13902
Observações	19

ANOVA

	<i>gl</i>	<i>SQ</i>	<i>MQ</i>	<i>F</i>	<i>F de significação</i>
Regressão	1	0,215302923	0,215303	11,14032	0,003899192
Resíduo	17	0,328549709	0,019326		
Total	18	0,543852632			

	<i>Coeficientes</i>	<i>Erro padrão</i>	<i>Stat t</i>	<i>valor-P</i>
Interseção	0,259688	0,086600978	2,998668	0,008078
Variável X 1	0,025029	0,007498878	3,337712	0,003899

Y = Percentual de votos obtidos

X = Total de partidos por coligação, para candidatos que se reelegeram.

A seguir estão apresentados no anexo I os dados referentes para todas as candidaturas majoritárias para os anos de 2004 e 2008. No anexo II estão apresentadas a distribuição das candidaturas por coligações também para os dois anos em questão.

ANEXO II

ANEXO I

TODAS AS CANDIDATURAS 2004

CIDADE	CANDIDATO	COLIGADO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	TOTAL DE VOTOS	MÉDIA VOTO DIVIDIDO + DIREÇÃO	MÉDIA VOTO DIVIDIDO	MÉDIA DA DIVISÃO DE VOTOS DA CIDADE
Aracaju	Susana (PPS)	Sem Coligação	47.166	0,55368214	0,55368214	0,456326183
Aracaju	Jorge Alberto (PMDB)	Coligou	9.488	0,546464189	0,546464189	0,456326183
Aracaju	Marcelo Déda (PT)	Subdividiu	186.507	2,2572007	0,443026621	0,456326183
Aracaju	Adelmo Macdo (PAN)	Sem Coligação	2.906	2,407971359	0,415287331	0,456326183
Aracaju	Renato Sampaio (PRP)	Coligou	9.963	0,303793149	0,303793149	0,456326183
Aracaju	Vera (PSTU)	Sem Coligação	5.242	4,925079974	0,203042388	0,456326183
Belém	Duciomar Costa (PTB)	Subdividiu	356.201	1,098735517	0,910137139	0,85017875
Belém	Ana Júlia (PT)	Subdividiu	238.305	1,177346238	0,849367814	0,85017875
Belém	Helio Gueiros (PMDB)	Sem Coligação	67.270	0,780489717	0,780489717	0,85017875
Belém	Atnágoras (PSTU)	Sem Coligação	2.505	1,283683829	0,779008022	0,85017875
Belém	Abdon (PTC)	Sem Coligação	1.999	1,377766733	0,72581227	0,85017875
Belém	Jordy (PPS)	Sem Coligação	29.055	1,656528727	0,603671994	0,85017875
Belém	Martinho Carmona (PDT)	Subdividiu	32.608	0,577642509	0,577642509	0,85017875
Belo Horizonte	Fernando Pimentel (PT)	Subdividiu	872.601	1,409748518	0,709346374	0,670030528
Belo Horizonte	Roberto Brant (PFL)	Subdividiu	77.487	0,65285911	0,65285911	0,670030528
Belo Horizonte	João Leite (PSB)	Subdividiu	290.194	0,596372538	0,596372538	0,670030528
Belo Horizonte	Vanessa Portugal (PSTU)	Sem Coligação	16.854	2,733738888	0,365799384	0,670030528
Belo Horizonte	Betão (PCO)	Sem Coligação	16.927	3,4773836	0,28757253	0,670030528
Boa Vista	Teresa (PPS)	Subdividiu	63.024	1,103814662	0,905949191	0,74264134
Boa Vista	Neudo Campos (PP)	Subdividiu	24.123	0,796331053	0,796331053	0,74264134
Boa Vista	Junior da Vanda Garimpeiro (PRTB)	Sem Coligação	1.725	1,853001268	0,539665038	0,74264134

Boa Vista	Ariomar Farias (PCO)	Sem Coligação	840	1,963687655	0,509245957	0,74264134
Boa Vista	Otoniel (PSB)	Coligou	5.290	0,367065372	0,367065372	0,74264134
Boa Vista	Julio Martins (PSDB)	Sem Coligação	16.130	5,515817539	0,181296787	0,74264134
Campo Grande	Nelsinho Trad (PMDB)	Subdividiu	213.195	0,975315971	0,975315971	0,86892015
Campo Grande	Vander Loubet (PT)	Sem Coligação	87.981	0,870365959	0,870365959	0,86892015
Campo Grande	Dagoberto (PDT)	Subdividiu	52.929	1,299990966	0,769236115	0,86892015
Campo Grande	Antonio Cruz (PTB)	Sem Coligação	23.952	1,457664629	0,686028857	0,86892015
Campo Grande	Suel do PSTU (PSTU)	Sem Coligação	23.952	3,127340252	0,319760537	0,86892015
Curitiba	Vanhoni (PT)	Subdividiu	292.965	1,091717171	0,915988158	0,759736961
Curitiba	Achiles (PTC)	Sem Coligação	644	1,096803653	0,911740216	0,759736961
Curitiba	Gilberto Felix (PSTU)	Sem Coligação	1.728	1,121459136	0,891695442	0,759736961
Curitiba	Beto Richa (PSDB)	Subdividiu	329.451	1,121794399	0,891428947	0,759736961
Curitiba	Pedro Manuel Neto (PMN)	Sem Coligação	2.431	0,882577944	0,882577944	0,759736961
Curitiba	Danilo D'avila (PTdoB)	Sem Coligação		0,684317289	0,684317289	0,759736961
Curitiba	Bertoldi (PFL)	Sem Coligação	58.514	0,669634087	0,669634087	0,759736961
Curitiba	Jorge Luiz de Paula Martins (PRP)	Sem Coligação	925	0,65184025	0,65184025	0,759736961
Curitiba	Melo Viana (PV)	Sem Coligação	13.185	0,621240625	0,621240625	0,759736961
Curitiba	Vera Helena Teixeira (PRTB)	Sem Coligação	3.726	1,727930535	0,578726968	0,759736961
Curitiba	Mauro Moraes (PL)	Sem Coligação	44.489	0,51589067	0,51589067	0,759736961
Curitiba	Leopoldo Campos (PSDC)	Sem Coligação	3.341	0,42121834	0,42121834	0,759736961
Curitiba	Rubens Bueno (PPS)	Coligou	188.313	2,574914625	0,388362391	0,759736961
Florianópolis	Gilmar Salgado (PSTU)	Sem Coligação	1.184	1,047912123	0,954278491	0,865587421
Florianópolis	Afrânio (PT)	Coligou	34.455	0,947250303	0,947250303	0,865587421
Florianópolis	Sérgio Grando (PPS)	Subdividiu	38.589	0,867216689	0,867216689	0,865587421
Florianópolis	Chico Assis (PP)	Subdividiu	59.670	0,726394454	0,726394454	0,865587421
Florianópolis	Dário Berger (PSDB)	Coligou	78.571	2,012249656	0,496956229	0,865587421
Florianópolis	GERSON BASSO (PV)	Sem Coligação	6.197	3,605712518	0,277337695	0,865587421
Florianópolis	Pedro Eduardo(PTdoB)	Sem Coligação	1.867	0	0	0,865587421
Florianópolis	Osmar Pickler (PTC)	Subdividiu	214	0	0	0,865587421
Fortaleza	Heitor Ferrer (PDT)	Sem Coligação	38.753	0,974632303	0,974632303	0,58742781
Fortaleza	Valdir Pereira (PSTU)	Sem Coligação	2.456	0,95461207	0,95461207	0,58742781
Fortaleza	Nielson (PSC)	Sem Coligação	16.194	0,910763231	0,910763231	0,58742781

Fortaleza	Inácio Arruda (PCdoB)	Subdividiu	214.002	1,121802738	0,891422321	0,58742781
Fortaleza	Cambráia (PSDB)	Subdividiu	200.407	0,839535788	0,839535788	0,58742781
Fortaleza	Vidal (PCO)	Sem Coligação	1.840	0,59240892	0,59240892	0,58742781
Fortaleza	Luizianne (PT)	Subdividiu	248.215	2,141785144	0,466900241	0,58742781
Fortaleza	Aloísio Carvalho (PMDB)	Subdividiu	78.619	0,418940869	0,418940869	0,58742781
Fortaleza	Moroni (PFL)	Subdividiu	296.063	3,377878999	0,29604376	0,58742781
Fortaleza	Marcelo Silva (PV)	Sem Coligação	5.798	0,166218106	0,166218106	0,58742781
Fortaleza	Caminha (PHS)	Coligou	10.781	0,136745926	0,136745926	0,58742781
Goiania	Pedro Wilson (PT)	Subdividiu	145.503	0,930547065	0,930547065	0,4599822
Goiania	Isaura Lemos (PDT)	Sem Coligação	10.977	0,798576347	0,798576347	0,4599822
Goiania	Rachel Azeredo (PFL)	Sem Coligação	22.341	1,787380558	0,559477944	0,4599822
Goiania	Rubes Donizzeti (PSTU)	Sem Coligação	2.293	1,842752765	0,542666395	0,4599822
Goiania	Darci (PL)	Sem Coligação	28.514	1,845631553	0,541819952	0,4599822
Goiania	Sandes Junior (PP)	Subdividiu	118.334	0,41970899	0,41970899	0,4599822
Goiania	Iris Rezende (PMDB)	Subdividiu	299.912	4,463832508	0,224022742	0,4599822
Goiania	Rannieri Lopes (PTC)	Coligou	3.915	0,102757599	0,102757599	0,4599822
João Pessoa	Antonio Radical (PSTU)	Coligou	1.635	1,994761905	0,501312963	0,356272726
João Pessoa	Ruy Carneiro (PSDB)	Subdividiu	103.108	0,461074947	0,461074947	0,356272726
João Pessoa	Avenozar Arruda (PT)	Subdividiu	11.003	0,338688386	0,338688386	0,356272726
João Pessoa	Ricardo Coutinho (PSB)	Subdividiu	215.649	3,259169171	0,306826663	0,356272726
João Pessoa	Lourdes Sarmiento (PCO)	Coligou	3.199	3,356405433	0,297937785	0,356272726
João Pessoa	Fernando Vieira (PSC)	Coligou	0	0,295739819	0,295739819	0,356272726
Macapá	João Henrique (PT)	Subdividiu	65.425	1,483669386	0,674004606	0,53441083
Macapá	Janete Capibaribe (PSB)	Coligou	45.732	2,122550442	0,471131324	0,53441083
Macapá	Bala (PDT)	Subdividiu	39.886	0,438405751	0,438405751	0,53441083
Macapá	Frota (PSTU)	Sem Coligação	6.615	5,878107897	0,17012277	0,53441083
Maceió	José Djalma (PRP)	Sem Coligação	831	1,118500999	0,894053739	0,680561016
Maceió	Wanderley (PMDB)	Subdividiu	67.543	0,874045779	0,874045779	0,680561016
Maceió	Cícero Almeida (PDT)	Subdividiu	143.874	1,366062049	0,73203117	0,680561016
Maceió	Sexta Feira (PSB)	Subdividiu	90.123	0,685892994	0,685892994	0,680561016
Maceió	Ricardo Barbosa (PSTU)	Sem Coligação	3.893	3,355862978	0,297985945	0,680561016
Maceió	Ildo Rafael (PMN)	Coligou	0	5,832288044	0,171459296	0,680561016
Maceió	Régis (PPS)	Sem Coligação	31.874	15,54934027	0,06431141	0,680561016

Manaus	Artur Bisneto (PSDB)	Sem Coligação	25.001	1,130374501	0,88466256	0,53441084
Manaus	Vanessa (PCdoB)	Subdividiu	103.333	0,714945376	0,714945376	0,53441084
Manaus	Amazonino (PFL)	Subdividiu	326.709	0,666042313	0,666042313	0,53441084
Manaus	Herbert Amazonas (PSTU)	Sem Coligação	3.062	1,957070707	0,510967742	0,53441084
Manaus	Plínio Valério (PV)	Sem Coligação	76.896	3,062676245	0,326511822	0,53441084
Manaus	Serafim (PSB)	Coligou	216.103	3,510761602	0,28483848	0,53441084
Natal	Dário (PSTU)	Sem Coligação	2.702	1,237512922	0,80807237	0,416167524
Natal	Fatima Bezerra (PT)	Coligou	27.331	0,807552363	0,807552363	0,416167524
Natal	Leandro (PHS)	Sem Coligação	760	0,648855548	0,648855548	0,416167524
Natal	Carlos Eduardo (PSB)	Subdividiu	137.664	0,560448314	0,560448314	0,416167524
Natal	Ney Lopes (PFL)	Subdividiu	21.115	0,512944761	0,512944761	0,416167524
Natal	Luiz Almir(PSDB)	Coligou	112.403	3,106608629	0,321894426	0,416167524
Natal	Sargento Miguel Mossoro (PTC)	Sem Coligação	67.065	14,36566431	0,069610425	0,416167524
Palmas	Tenente Célio (PSB)	Coligou	2.148	0,753911527	0,753911527	0,59254333
Palmas	Getulio Vargas (PTdoB)	Coligou	396	1,336923077	0,747986191	0,59254333
Palmas	Raul Filho (PT)	Subdividiu	57.244	1,667407608	0,59973338	0,59254333
Palmas	Nilmar (PL)	Subdividiu	29.015	0,564290313	0,564290313	0,59254333
Porto Alegre	Beto Albuquerque (PSB)	Coligou	24.588	0,997910387	0,997910387	0,707253284
Porto Alegre	Onyx Lorenzoni (PFL)	Coligou	80.633	0,944696481	0,944696481	0,707253284
Porto Alegre	Vera Guasso (PSTU)	Coligou	6.603	1,070313918	0,934305331	0,707253284
Porto Alegre	Raul Pont (PT)	Coligou	304.135	1,265624184	0,790123966	0,707253284
Porto Alegre	Guilherme Giordano (PCO)	Sem Coligação	1.309	1,2875278	0,776682259	0,707253284
Porto Alegre	Vieira da Cunha (PDT)	Coligou	78.919	0,694765936	0,694765936	0,707253284
Porto Alegre	Jair Soares (PP)	Subdividiu	35.501	0,55991218	0,55991218	0,707253284
Porto Alegre	Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	Coligou	47.621	0,541086961	0,541086961	0,707253284
Porto Alegre	Fogaça (PPS)	Coligou	229.113	1,861439757	0,537218568	0,707253284
Porto Velho	Dr. Mauro Nazif (PSB)	Subdividiu	54.611	1,158149017	0,863446746	0,53555054
Porto Velho	Everton Leoni (PSDB)	Subdividiu	27.821	0,578278847	0,578278847	0,53555054
Porto Velho	Oscar Andrade (PL)	Subdividiu	21.707	0,489541073	0,489541073	0,53555054
Porto Velho	Roberto Sobrinho (PT)	Coligou	56.716	3,121543448	0,320354343	0,53555054
Porto Velho	Dr.Ribamar Araujo (PRONA)	Sem Coligação	15.295	5,465056531	0,182980724	0,53555054
Porto Velho	Antonio Morimoto (PMN)	Sem Coligação	932	0	0	0,53555054

Recife	Conde (PHS)	Sem Coligação	0	0,802524677	0,802524677	0,63798036
Recife	Cadoca (PMDB)	Subdividiu	225.847	0,779341768	0,779341768	0,63798036
Recife	Katia Telles (PSTU)	Sem Coligação	2.666	1,287071784	0,776957441	0,63798036
Recife	João Paulo (PT)	Subdividiu	458.846	1,674913516	0,597045752	0,63798036
Recife	Joaquim Francisco (PTB)	Subdividiu	76.587	0,584327139	0,584327139	0,63798036
Recife	Irmão Araujo (PSC)	Sem Coligação	14.206	1,746674185	0,57251662	0,63798036
Recife	Raul Jungmann (PPS)	Sem Coligação	29.722	1,986411857	0,503420273	0,63798036
Recife	Silvio Costa (PMN)	Sem Coligação	9.870	0,184548764	0,184548764	0,63798036
Rio Branco	Márcio Bittar (PPS)	Subdividiu	58.789	1,037374603	0,963971932	0,89359033
Rio Branco	Angelim (PT)	Subdividiu	69.732	0,882480526	0,882480526	0,89359033
Rio Branco	Bestene (PP)	Coligou	12.356	1,60922142	0,621418524	0,89359033
Rio de Janeiro	Thelma Maria (PCO)	Sem Coligação	2.767	1,16814755	0,856056241	0,619731734
Rio de Janeiro	César Maia (PFL)	Subdividiu	1.728.853	1,238423937	0,807477932	0,619731734
Rio de Janeiro	Dr. Lenine Madeira (PRONA)	Sem Coligação	41.397	0,687983914	0,687983914	0,619731734
Rio de Janeiro	Octacilio Ramalho (PSTU)	Sem Coligação	7.968	0,686045966	0,686045966	0,619731734
Rio de Janeiro	Conde (PMDB)	Subdividiu	385.848	0,583606412	0,583606412	0,619731734
Rio de Janeiro	Bittar (PT)	Subdividiu	217.753	0,558507255	0,558507255	0,619731734
Rio de Janeiro	Jandira Feghali (PCdoB)	Coligou	238.098	2,764676858	0,361705925	0,619731734
Rio de Janeiro	Marcelo Crivella (PL)	Subdividiu	753.189	2,999457942	0,333393573	0,619731734
Rio de Janeiro	Nilo Batista (PDT)	Sem Coligação	47.747	0,297051323	0,297051323	0,619731734
Rio de Janeiro	André Corrêa (PPS)	Coligou	26.567	0,287988849	0,287988849	0,619731734
Salvador	Da Luz (PSDC)	Sem Coligação	9.450	1,047131501	0,954989893	0,649447219
Salvador	França (PSTU)	Sem Coligação	2.150	1,078853565	0,926909854	0,649447219
Salvador	Lídice (PSB)	Subdividiu	124.856	1,247815743	0,801400371	0,649447219
Salvador	Nelson Pellegrino (PT)	Coligou	261.198	1,274075728	0,784882702	0,649447219
Salvador	Cesar Borges (PFL)	Subdividiu	264.355	0,699951495	0,699951495	0,649447219
Salvador	João Henrique (PDT)	Subdividiu	526.890	1,887956144	0,529673321	0,649447219
Salvador	Ângela Maini de Faria (PRTB)	Sem Coligação	5.155	0,183080774	0,183080774	0,649447219
Salvador	Benito Gama (PTB)	Sem Coligação	6.354	0,174388189	0,174388189	0,649447219
Salvador	Rivanilton Veloso (PTC)	Sem Coligação	4.322	0,132218616	0,132218616	0,649447219
Salvador	Antônio Eduardo (PCO)	Sem Coligação	642	0	0	0,649447219
São Luis	Tadeu Palacio (PDT)	Subdividiu	221.854	0,922058638	0,922058638	0,66679448
São Luis	Helena (PT)	Sem Coligação	16.112	1,123730588	0,889893014	0,66679448

São Luis	Edivaldo Holanda (PTC)	Sem Coligação	13.396	0,676230554	0,676230554	0,66679448
São Luis	Noletto (PSTU)	Sem Coligação	8.031	2,739985782	0,364965397	0,66679448
São Luis	João Castelo (PSDB)	Coligou	148.450	2,844829872	0,351514869	0,66679448
São Luis	Ricardo (PSB)	Subdividiu	34.027	0,33984499	0,33984499	0,66679448
São Paulo	Anaí Caproni (PCO)	Sem Coligação	1.479	0,9546132	0,9546132	0,698017959
São Paulo	Marta Suplicy (PT)	Subdividiu	2.209.264	0,889601396	0,889601396	0,698017959
São Paulo	Professor Walter Canoas (PCB)	Sem Coligação	3.138	0,887595129	0,887595129	0,698017959
São Paulo	Diceru Travesso (PSTU)	Sem Coligação	8.394	0,807973937	0,807973937	0,698017959
São Paulo	Osmar Lins (PAN)	Sem Coligação	16.339	1,388274622	0,720318577	0,698017959
São Paulo	Franciso Rossi (PHS)	Sem Coligação	77.957	1,521475981	0,657256514	0,698017959
São Paulo	Dra. Havanir (PRONA)	Sem Coligação	47.579	0,648563339	0,648563339	0,698017959
São Paulo	João Manuel (PSDC)	Sem Coligação	1.627	0,643516069	0,643516069	0,698017959
São Paulo	José Serra (PSDB)	Subdividiu	2.686.396	1,585956822	0,63053419	0,698017959
São Paulo	Luiza Erundina (PSB)	Subdividiu	244.090	0,582992083	0,582992083	0,698017959
São Paulo	Paulinho (PDT)	Sem Coligação	86.549	0,476496825	0,476496825	0,698017959
São Paulo	Paulo Maluf (PP)	Sem Coligação	734.580	2,128018287	0,469920774	0,698017959
São Paulo	Ciro (PTC)	Subdividiu	6.111	0,443884524	0,443884524	0,698017959
São Paulo	Penna (PV)	Sem Coligação	43.868	0,190701735	0,190701735	0,698017959
Teresina	Silvio Mendes (PSDB)	Subdividiu	177.687	1,157173158	0,864174901	0,685042543
Teresina	Pastor José Roberto (PSC)	Coligou	4.457	0,766619689	0,766619689	0,685042543
Teresina	Flora Izabel (PT)	Subdividiu	27.457	0,674974132	0,674974132	0,685042543
Teresina	Geraldo Carvalho (PSTU)	Sem Coligação	1.497	1,531291771	0,65304341	0,685042543
Teresina	Adalgisa (PMDB)	Coligou	93.425	1,632392808	0,612597651	0,685042543
Teresina	Robert Rios (PCdoB)	Subdividiu	16.066	0,466917352	0,466917352	0,685042543
Teresina	Lourival Nery (PFL)	Sem Coligação	7.942	0,36002583	0,36002583	0,685042543
Teresina	Luiz Augusto Brado (PDT)	Coligou	4.394	0,199684333	0,199684333	0,685042543
Teresina	Francisco Oliveira (Quem Quem) - (PRONA)	Sem Coligação	30.535	7,566494145	0,132161604	0,685042543
Vitória	João Coser (PT)	Subdividiu	68.151	1,036428689	0,964851717	0,88718137
Vitória	Dr Nilton Oliveira (PP)	Subdividiu	44.488	1,117343415	0,894979991	0,88718137
Vitória	Cesar Colnago (PSDB)	Subdividiu	64.054	1,139258711	0,877763751	0,88718137
Vitória	Bernardo Teteco (PTN)	Sem Coligação	6.274	7,03353537	0,142176011	0,88718137
Vitória	Sonia Santos (PCO)	Sem Coligação	409	0	0	0,88718137

TODAS AS CANDIDATURAS 2008

CIDADE	CANDIDATO	COLIGADO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	MÉDIA DO SPLIT + DIREÇÃO	TOTAL DE VOTOS	PERCENTUA L DE VOTOS	MÉDIA VOTO DIVIDIDO + DIREÇÃO	MÉDIA VOTO DIVIDIDO	MÉDIA DA DIVISÃO DE VOTOS DA CIDADE
Aracaju	Anderson Góis (PCB)	Não Coligado	7,32007494	14.886	5%	7,32007494	0,136610623	0,695918
Aracaju	Edvaldo Nogueira (PCdoB)	Subdividido	0,780726069	140.962	51%	0,780726069	0,780726069	0,695918
Aracaju	José Almeida (PMDB)	Subdividido	0,87106537	48.319	17%	0,87106537	0,87106537	0,695918
Aracaju	Mendonça Prado (DEM)	Coligado	1,788202652	59.217	21%	1,788202652	0,559220734	0,695918
Aracaju	Vera Lúcia (PSTU)	Coligado	3,864620134	9.143	3%	3,864620134	0,258757644	0,695918
Belém	Arnaldo Jordy (PPS)	Não Coligado	2,484817275	83.520	11%	2,484817275	0,402444079	0,828359
Belém	Delegado João Moraes (PSL)	Não Coligado	1,69127026	6.218	0,8%	1,69127026	0,591271557	0,828359
Belém	Duciomar Costa (PTB)	Subdividido	1,049591767	255.525	35%	1,049591767	0,952751376	0,828359
Belém	Marinor Brito (PSOL)	Coligado	1,188773828	14.750	2%	1,188773828	0,841202907	0,828359
Belém	Mário Cardoso (PT)	Subdividido	0,872951472	131.670	18%	0,872951472	0,872951472	0,828359
Belém	Priante (PMDB)	Subdividido	0,842548836	138.379	19%	0,842548836	0,842548836	0,828359
Belém	Valéria Franco (DEM)	Coligado	1,250218295	96.954	13%	1,250218295	0,799860316	0,828359
Belo Horizonte	André Alves (PTdoB)	Não Coligado	0,133115429	4.428	0,3%	0,133115429	0,133115429	0,57434
Belo Horizonte	Gustavo Valadares (DEM)	Não Coligado	0,745083325	18.974	1%	0,745083325	0,745083325	0,57434
Belo Horizonte	Jô Moraes (PCdoB)	Coligado	2,22000866	111.060	8%	2,22000866	0,450448693	0,57434

Horizonte								
Belo Horizonte	Jorge Periquito (PRTB)	Coligado	0,760692972	4.769	0,3%	0,760692972	0,760692972	0,57434
Belo Horizonte	Leonardo Quintão (PMDB)	Subdividido	3,339799569	519.787	41%	3,339799569	0,299419166	0,57434
Belo Horizonte	Marcio Lacerda (PSB)	Subdividido	0,829802913	549.131	43%	0,829802913	0,829802913	0,57434
Belo Horizonte	Pepê (PCO)	Não Coligado	1,22195122	1.593	0,1%	1,22195122	0,818363273	0,57434
Belo Horizonte	Sergio Miranda (PDT)	Subdividido	1,16574005	42.812	3%	1,16574005	0,857824178	0,57434
Belo Horizonte	Vanessa Portugal (PSTU)	Coligado	1,234795361	7.123	0,5%	1,234795361	0,809850791	0,57434
Boa Vista	Ariomar Farias (PCO)	Não Coligado	4,549019608	1.921	1%	4,549019608	0,219827586	0,59861
Boa Vista	Iradilson Sampaio (PSB)	Subdividido	1,623794701	66.998	54%	1,623794701	0,615841399	0,59861
Boa Vista	Luciano Castro (PR)	Subdividido	0,608944767	51.329	41%	0,608944767	0,608944767	0,59861
Boa Vista	Luis Oca (PSOL)	Não Coligado	3,539194169	3.029	2%	3,539194169	0,282550194	0,59861
Campo Grande	Henrique Martini (PSOL)	Não Coligado	1,70790138	3.122	0,7%	1,70790138	0,585513901	0,750416
Campo Grande	Iara Costa (PMN)	Não Coligado	1,84565006	15.528	3%	1,84565006	0,541814519	0,750416
Campo Grande	Nelsinho Trad (PMDB)	Subdividido	0,851537124	288.821	71%	0,851537124	0,851537124	0,750416
Campo Grande	Pedro Teruel (PT)	Coligado	2,040732693	93.948	23	2,040732693	0,490020081	0,750416
Campo Grande	Suéli do PSTU (PSTU)	Não Coligado	2,35031211	3.041	0,7%	2,35031211	0,425475406	0,750416
Cuiabá	Mauro Mendes (PR)	Subdividido	1,176386013	78.415	26%	1,176386013	0,85006111	0,870609
Cuiabá	Procurador Mauro (PSOL)	Não Coligado	6,187661258	10.833	3%	6,187661258	0,16161195	0,870609

Cuiabá	Valtenir (PSB)	Não Coligado	1,693260234	14.386	4%	1,693260234	0,590576676	0,870609
Cuiabá	Walter Rabello (PP)	Subdividido	0,840995861	49.954	16%	0,840995861	0,840995861	0,870609
Cuiabá	Wilson Santos (PSDB)	Subdividido	0,975328875	141.327	47%	0,975328875	0,975328875	0,870609
Curitiba	Beto Richa (PSDB)	Subdividido	1,256773027	778.514	77%	1,256773027	0,795688624	0,776823
Curitiba	Bruno Meirinho (PSOL)	Coligado	1,266334229	4.464	0,4%	1,266334229	0,789680936	0,776823
Curitiba	Fabio Camargo (PTB)	Coligado	0,425159028	5.366	0,5%	0,425159028	0,425159028	0,776823
Curitiba	Gleisi (PT)	Subdividido	1,268520709	183.207	18%	1,268520709	0,788319806	0,776823
Curitiba	Lauro Rodrigues (PTdoB)	Não Coligado	0,689744799	888	0,08%	0,689744799	0,689744799	0,776823
Curitiba	Mauricio Furtado (PV)	Não Coligado	0,136368359	8.906	0,8%	0,136368359	0,136368359	0,776823
Curitiba	Reitor Moreira (PMDB)	Não Coligado	0,363540249	19.157	1%	0,363540249	0,363540249	0,776823
Curitiba	Ricardo Domyde (PCdoB)	Não Coligado	0,601019419	7.187	0,7%	0,601019419	0,601019419	0,776823
Florianópolis	Afrânio Boppré (PSOL)	Não Coligado	1,113162387	4.772	2%	1,113162387	0,898341528	0,742712
Florianópolis	Ângela Albino (PCdoB)	Coligado	1,872143453	29.537	12%	1,872143453	0,534147102	0,742712
Florianópolis	Cesar Souza Junior (DEM)	Subdividido	0,566404408	30.834	13%	0,566404408	0,566404408	0,742712
Florianópolis	Dário Berger (PMDB)	Subdividido	1,076616994	94.077	39%	1,076616994	0,928835422	0,742712
Florianópolis	Esperidião Amin (PP)	Coligado	1,704008278	59.858	25%	1,704008278	0,586851609	0,742712
Florianópolis	Joaninha (PSTU)	Não Coligado	1,142613279	1.100	0,4%	1,142613279	0,875186748	0,742712
Florianópolis	Nildão (PT)	Coligado	0,899019917	16.172	6%	0,899019917	0,899019917	0,742712

Fortaleza	Adahil Barreto (PR)	Não Coligado	0,360532331	4.828	0,4%	0,360532331	0,360532331	0,591348
Fortaleza	Aguiar Jr (PTC)	Não Coligado	0,148083489	8.232	0,6%	0,148083489	0,148083489	0,591348
Fortaleza	Carlinhos (PCB)	Não Coligado	0,727398216	1.636	0,1%	0,727398216	0,727398216	0,591348
Fortaleza	Luizianne Lins (PT)	Subdividido	0,811412249	593.778	50%	0,811412249	0,811412249	0,591348
Fortaleza	Moroni (DEM)	Coligado	4,406307642	295.921	25%	4,406307642	0,226947386	0,591348
Fortaleza	Pastor Neto (PSC)	Não Coligado	4,751726946	22.874	1%	4,751726946	0,210449803	0,591348
Fortaleza	Patrícia Saboya Gomes (PDT)	Subdividido	1,606963342	183.136	15%	1,606963342	0,622291731	0,591348
Fortaleza	Renato Roseno (PSOL)	Coligado	2,579147968	67.080	5%	2,579147968	0,387724943	0,591348
Fortaleza	Sergio Braga (PPS)	Não Coligado	0,336251062	6.235	0,5%	0,336251062	0,336251062	0,591348
Goiânia	Gilvane Felipe (PPS)	Subdividido	2,631432377	33.129	5%	2,631432377	0,380021166	0,90755
Goiânia	Iris Rezende (PMDB)	Subdividido	0,988044263	472.319	74%	0,988044263	0,988044263	0,90755
Goiânia	Martiniano Cavalcanti (PSOL)	Coligado	2,029190577	31.066	4%	2,029190577	0,492807335	0,90755
Goiânia	Sandes Júnior (PP)	Subdividido	0,831224528	100.335	15%	0,831224528	0,831224528	0,90755
João Pessoa	Francisco Barreto (PTN)	Coligado	0,455125128	6.273	1%	0,455125128	0,455125128	0,887267
João Pessoa	João Gonçalves (PSDB)	Subdividido	0,900285497	81.707	23%	0,900285497	0,900285497	0,887267
João Pessoa	Lourdes Sarmiento (PCO)	Não Coligado	2,175542005	1.804	0,5%	2,175542005	0,45965557	0,887267
João Pessoa	Marcos Dias (PSOL)	Coligado	0,903641795	2.185	0,6%	0,903641795	0,903641795	0,887267
João Pessoa	Professor José Rodrigues (PHS)	Não Coligado	0,78623186	812	0,2%	0,78623186	0,78623186	0,887267
João Pessoa	Ricardo Coutinho (PSB)	Subdividido	1,115233637	262.041	73%	1,115233637	0,896673097	0,887267

Macapá	Camilo Capibaribe (PSB)	Coligado	2,397813578	59.864	33%	2,397813578	0,4170466	0,478287
Macapá	Fátima Pelaes (PMDB)	Coligado	0,421004898	8.429	4%	0,421004898	0,421004898	0,478287
Macapá	Frota (PSTU)	Não Coligado	2,377594628	1.388	0,7%	2,377594628	0,420593144	0,478287
Macapá	Lucas (PTB)	Não Coligado	6,529067105	45.595	25%	6,529067105	0,153161238	0,478287
Macapá	Moises Souza (PSC)	Coligado	0,438361795	8.492	4%	0,438361795	0,438361795	0,478287
Macapá	Professora Dalva (PT)	Coligado	0,345401911	9.237	5%	0,345401911	0,345401911	0,478287
Macapá	Roberto Góes (PDT)	Subdividido	0,907684134	48.020	26%	0,907684134	0,907684134	0,478287
Maceió	Cícero Almeida (PP)	Subdividido	1,120543116	319.831	81%	1,120543116	0,892424384	0,853858
Maceió	Judson Cabral (PT)	Coligado	1,23983425	41.948	10%	1,23983425	0,806559425	0,853858
Maceió	Manoel de Assis (PSTU)	Coligado	1,323429952	997	0,2%	1,323429952	0,755612338	0,853858
Maceió	Mário Agra (PSOL)	Não Coligado	0,237430278	5.906	1%	0,237430278	0,237430278	0,853858
Maceió	Solange Jurema (PSDB)	Coligado	0,576199455	23.813	6%	0,576199455	0,576199455	0,853858
Manaus	Amazonino Mendes (PTB)	Subdividido	1,141753615	402.717	46%	1,141753615	0,875845705	0,758166
Manaus	Bessa (PSOL)	Coligado	0,893501295	1.730	0,1%	0,893501295	0,893501295	0,758166
Manaus	Luis Navarro (PCB)	Não Coligado	1,496309963	2.051	0,2%	1,496309963	0,668310727	0,758166
Manaus	Omar Aziz (PMN)	Subdividido	0,679382261	153.071	17%	0,679382261	0,679382261	0,758166
Manaus	Praciano (PT)	Subdividido	1,499220333	111.536	12%	1,499220333	0,667013366	0,758166
Manaus	Serafim Corrêa (PSB)	Subdividido	1,580584924	200.423	23%	1,580584924	0,632677172	0,758166
Natal	Dário Barbosa (PSTU)	Não Coligado	1,077461382	1.692	0,4%	1,077461382	0,92810751	0,638471
Natal	Fátima Bezerra (PT)	Subdividido	0,645739269	139.946	36%	0,645739269	0,645739269	0,638471

Natal	Joanilson Rego (PSDC)	Coligado	1,24401759	9.813	2%	1,24401759	0,803847154	0,638471
Natal	Micarla de Sousa (PV)	Subdividido	1,640162103	193.195	50%	1,640162103	0,609695833	0,638471
Natal	Miguel Mossoró (PTC)	Não Coligado	2,959913963	7.599	2%	2,959913963	0,337847658	0,638471
Natal	Pedro Quithé (PSL)	Não Coligado	0,839978983	539	0,1%	0,839978983	0,839978983	0,638471
Natal	Sandro Pimentel (PSOL)	Não Coligado	1,669329058	3.005	0,7%	1,669329058	0,599043068	0,638471
Natal	Vober Júnior (PPS)	Coligado	1,199988787	24.239	6%	1,199988787	0,833341121	0,638471
Palmas	Getulio Vargas (PTdoB)	Não Coligado	1,127659574	189	0,1%	1,127659574	0,886792453	0,674785
Palmas	Marcelo Lelis (PV)	Subdividido	1,630861952	33.466	33%	1,630861952	0,613172684	0,674785
Palmas	Nilmar Ruiz (DEM)	Subdividido	0,496223215	21.512	21%	0,496223215	0,496223215	0,674785
Palmas	Raul Filho (PT)	Subdividido	1,240001154	44.832	44%	1,240001154	0,806450862	0,674785
Palmas	Tasso Passos (PMN)	Não Coligado	1,619851008	693	0,6%	1,619851008	0,617340728	0,674785
Porto Alegre	Carlos Gomes (PHS)	Não Coligado	0,809458182	2.548	0,3%	0,809458182	0,809458182	0,80185
Porto Alegre	José Fogaça (PMDB)	Subdividido	1,082113783	346.427	43%	1,082113783	0,924117238	0,80185
Porto Alegre	Luciana Genro (PSOL)	Subdividido	1,473390094	72.863	9%	1,473390094	0,678706884	0,80185
Porto Alegre	Manuela (PCdoB)	Subdividido	1,479981124	121.232	15%	1,479981124	0,675684293	0,80185
Porto Alegre	Maria do Rosário (PT)	Coligado	1,260805505	179.587	22%	1,260805505	0,793143745	0,80185
Porto Alegre	Nelson Marchezan Junior (PSDB)	Não Coligado	0,588611639	22.365	2%	0,588611639	0,588611639	0,80185
Porto Alegre	Onyx (DEM)	Subdividido	0,481121105	38.803	4%	0,481121105	0,481121105	0,80185
Porto Alegre	Vera Guasso (PSTU/PCB)	Coligado	1,096293531	6.174	0,7%	1,096293531	0,912164463	0,80185

Porto Velho	Adilson Siqueira (PSOL)	Não Coligado	1,059707128	1.872	0,9%	1,059707128	0,943656954	0,452756
Porto Velho	David Chiquilito Erse (PCdoB)	Coligado	0,975772318	17.106	8%	0,975772318	0,975772318	0,45276
Porto Velho	Doutor Alexandre (PTC)	Coligado	0,470158127	4.690	2%	0,470158127	0,470158127	0,45276
Porto Velho	Doutor Mauro Nazif (PSB)	Não Coligado	1,694076784	16.993	8%	1,694076784	0,590292016	0,452756
Porto Velho	Garçon (PV)	Subdividido	0,555415724	37.224	18%	0,555415724	0,555415724	0,452756
Porto Velho	Hamilton Casara (PSDB)	Não Coligado	0,319128034	3.705	1%	0,319128034	0,319128034	0,452756
Porto Velho	Roberto Sobrinho (PT)	Subdividido	2,310493598	119.896	59%	2,310493598	0,432807951	0,452756
Recife	cadoca (PSC)	Subdividido	0,24240409	30.929	3%	0,24240409	0,24240409	0,579161
Recife	edilson silva (PSOL)	Não Coligado	3,452503712	25.568	3%	3,452503712	0,289644873	0,579161
Recife	joão da costa (PT)	Subdividido	0,778880978	432.707	51%	0,778880978	0,778880978	0,579161
Recife	katia telles (PSTU)	Não Coligado	1,650291262	3.890	0,4%	1,650291262	0,605953642	0,579161
Recife	mendoza (DEM)	Não Coligado	3,655352907	206.827	24%	3,655352907	0,273571397	0,579161
Recife	raul henry(PMDB)	Subdividido	1,860290855	137.728	16%	1,860290855	0,53755035	0,579161
Recife	roberto numeriano (PCB)	Não Coligado	1,434297521	1.938	0,2%	1,434297521	0,697205416	0,579161
Rio Branco	Angelim (PT)	Subdividido	0,691628516	80.022	50%	0,691628516	0,691628516	0,621631
Rio Branco	Antonio Rocha (PSOL)	Não Coligado	1,811396009	1.946	1%	1,811396009	0,552060397	0,621631
Rio Branco	Petecão (PMN)	Coligado	1,458073087	40.304	25%	1,458073087	0,685836676	0,621631
Rio Branco	Tião Bocalom (PSDB)	Coligado	2,54659619	35.177	22%	2,54659619	0,392681024	0,621631
Rio de Janeiro	Antonio Carlos PCO (PCO)	Não Coligado	0,959470848	961	0,02%	0,959470848	0,959470848	0,584085

Rio de Janeiro	Chico Alencar (PSOL)	Coligado	1,143943218	59.362	1%	1,143943218	0,874169263	0,584085
Rio de Janeiro	Eduardo Paes (PMDB)	Subdividido	2,0286263	1.049.019	31%	2,0286263	0,492944413	0,584085
Rio de Janeiro	Eduardo Serra (PCB)	Não Coligado	0,936311026	2.663	0,08%	0,936311026	0,936311026	0,584085
Rio de Janeiro	Filipe Pereira (PSC)	Coligado	0,19687729	17.577	0,5%	0,19687729	0,19687729	0,584085
Rio de Janeiro	Gabeira (PV)	Subdividido	1,649646071	839.944	25%	1,649646071	0,606190636	0,584085
Rio de Janeiro	Jandira Feghali (PCdoB)	Subdividido	1,305021427	321.012	9%	1,305021427	0,766270944	0,584085
Rio de Janeiro	Marcelo Crivella (PRB)	Subdividido	1,679644196	625.237	19%	1,679644196	0,595364186	0,584085
Rio de Janeiro	Molon (PT)	Não Coligado	0,953310335	162.926	4%	0,953310335	0,953310335	0,584085
Rio de Janeiro	Paulo Ramos (PDT)	Não Coligado	0,415100448	59.147	1%	0,415100448	0,415100448	0,584085
Rio de Janeiro	Solange (DEM)	Subdividido	0,232546878	128.596	3%	0,232546878	0,232546878	0,584085
Rio de Janeiro	Vinicius Cordeiro (PTdoB)	Não Coligado	0,197357324	13.353	0,4%	0,197357324	0,197357324	0,584085
Salvador	ACM Neto (DEM)	Subdividido	0,95926404	346.881	26%	0,95926404	0,95926404	0,818429
Salvador	Antonio Imbassahy (PSDB)	Subdividido	1,298841247	108.660	8%	1,298841247	0,769917033	0,818429
Salvador	Hilton Coelho (PSOL)	Coligado	2,649706272	51.196	3%	2,649706272	0,377400322	0,818429
Salvador	João Carneiro (PMDB)	Subdividido	0,844810929	402.684	30%	0,844810929	0,844810929	0,818429
Salvador	Walter Pinheiro (PT)	Subdividido	1,355876908	390.933	30%	1,355876908	0,737530077	0,818429
São Luis	Cleber Verde (PRB)	Não Coligado	1,112527639	19.013	3%	1,112527639	0,898854074	0,34508

São Luis	Clodomir Paz (PDT)	Subdividido	0,202547922	46.199	9%	0,202547922	0,202547922	0,34508
São Luis	Flávio Dino (PCdoB)	Coligado	4,358164389	167.436	34%	4,358164389	0,229454401	0,34508
São Luis	Gastão Vieira (PMDB)	Coligado	0,440129652	9.508	1%	0,440129652	0,440129652	0,34508
São Luis	João Castelo (PSDB)	Subdividido	2,588444032	210.629	43%	2,588444032	0,386332479	0,34508
São Luis	Paulo Rios (PSOL)	Não Coligado	1,298179193	1.825	0,3%	1,298179193	0,770309681	0,34508
São Luis	Pedro Fernandes (PTB)	Não Coligado	0,952060196	4.020	0,8%	0,952060196	0,952060196	0,34508
São Luis	Raimundo Cutrim (DEM)	Subdividido	0,476177767	22.054	4%	0,476177767	0,476177767	0,34508
São Luis	Waldir Maranhão (PP)	Coligado	0,141745046	2.644	0,5%	0,141745046	0,141745046	0,34508
São Luis	Welbson Madeira (PSTU)	Não Coligado	2,535396248	5.135	1%	2,535396248	0,394415666	0,34508
São Paulo	Anai Caproni (PCO)	Não Coligado	1,032983071	1.656	0,02%	1,032983071	0,968070076	0,858069
São Paulo	Ciro (PTC)	Não Coligado	0,822387098	3.825	0,06%	0,822387098	0,822387098	0,858069
São Paulo	Edmilson Costa (PCB)	Não Coligado	1,031677019	4.300	0,06%	1,031677019	0,969295605	0,858069
São Paulo	Geraldo Alckmin (PSDB)	Subdividido	0,90403228	1.431.670	22%	0,90403228	0,90403228	0,858069
São Paulo	Gilberto Kassab (DEM)	Subdividido	1,152478668	2.140.423	33%	1,152478668	0,867695019	0,858069
São Paulo	Ivan Valente (PSOL)	Coligado	0,879206019	42.616	0,6%	0,879206019	0,879206019	0,858069
São Paulo	Levy Felix (PRTB)	Não Coligado	0,933841004	5.518	0,08%	0,933841004	0,933841004	0,858069
São Paulo	Marta Suplicy (PT)	Subdividido	1,125968058	2.088.329	32%	1,125968058	0,888124661	0,858069
São Paulo	Paulo Maluf (PP)	Não Coligado	1,685318858	376.734	5%	1,685318858	0,593359527	0,858069
São Paulo	Renato Reichmann (PMN)	Não Coligado	0,663429074	7.234	0,1%	0,663429074	0,663429074	0,858069
São Paulo	Soninha (PPS)	Não Coligado	1,489769364	266.978	4%	1,489769364	0,671244841	0,858069

Teresina	Alexis Leite (PSOL)	Coligado	1,128082695	2.075	0,5%	1,128082695	0,886459835	0,824522
Teresina	Avelar (PSL)	Coligado	0,485938156	1.658	0,4%	0,485938156	0,485938156	0,824522
Teresina	Lourdes de Melho (PCO)	Não Coligado	0	996	0,2%	0	0	0,824522
Teresina	Nazareno (PT)	Subdividido	0,715571532	100.546	25%	0,715571532	0,715571532	0,824522
Teresina	Professor Ismar Tavares (PCB)	Não Coligado	7,190609952	9.777	2%	7,190609952	0,139070261	0,824522
Teresina	Silvio Mendes (PSDB)	Subdividido	1,122628131	273.065	70%	1,122628131	0,890766918	0,824522
Vitória	Avelar (PCO)	Não Coligado	1,28358209	280	0,1%	1,28358209	0,779069767	0,574035
Vitória	Bernado Teteco (PRTB)	Não Coligado	0	3.595	1,9%	0	0	0,574035
Vitória	Carlão (PSOL)	Não Coligado	1,385719288	2.021	1%	1,385719288	0,72164688	0,574035
Vitória	João Coser (PT)	Coligado	2,363119526	119.623	65%	2,363119526	0,423169454	0,574035
Vitória	Luciano Rezende (PPS)	Subdividido	1,140597174	58.445	31%	1,140597174	0,876733717	0,574035

ANEXO II

Anexo II

DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS POR COLIGAÇÕES 2004

REGIÃO CENTRO OESTE

Campo Grande

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Dagoberto (PDT)	Subdividido - 2	Coligação PDT/PL/PSB (PDT/PL/PSB) Coligação PSDC/PRONA/PRP/PHS/PSL/PTN (PSDC/PRONA/PRP/PHS/PSL/PTN)
Nelsinho Trad (PMDB)	Subdividido - 4	Campo Grande no rumo certo I (PMDB/PTC) Campo Grande no rumo certo II (PPS/PFL/PV) Campo grande no rumo certo III (PSC/PRTB/PTdoB) PSDB
Vander Loubet (PT)	Subdividido - 2	PT União progressista pela mobilização social (PP/PMN/PCdoB)
Antonio Cruz (PTB)	Não Coligado	-
Suel do PSTU (PSTU)	Não Coligado	-

Cuiabá

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Alexandre Cesar (PT)	Mesma Coligação	Amo Cuiabá (PT/PL/PCdoB)
Totó Parente (PMDB)	Mesma Coligação	Aliança com o Povo (PTC/PMDB)
Sergio Ricardo (PPS)	Subdividido - 5	PPS PFL Trabalho e progresso (PP/PTB) Frente liberal da mobilização cristã (PSL/PSC/PSDC/PMN) APA - Aliança progressista ambiental (PRP/PV/PRTB/PAN)
Wilson Santos (PSDB)	Subdividido - 3	PSDB PSB Trabalhismo e Sociedade (PHS/PDT)
Carlão (PSTU)	Não Coligado	-
Edesio do Carmo (PTN)	Não Coligado	-
Josue Neves (PRONA)	Não Coligado	-
Manoel Olegário (PTdoB)	Não Coligado	-

Goiânia

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
-----------	--	-----------------------------------

Iris Rezende (PMDB)	Subdividido - 2	Coligação Goiânia: ação e participação 2 (PMDB/PSC) PRONA
Sandes Junior (PP)	Subdividido - 6	Coligação Goiânia do futuro (PP/PPS/PSDB) Coligação Aliança da esperança (PHS/PAN) Coligação renova Goiânia (PRTB/PSDC) PSB Coligação Goiânia para todos (PSL/PRP) PTN
Pedro Wilson (PT)	Subdividido - 3	Coligação trabalho e confiança (PT/PCdoB) Coligação do PTdoB-PCB (PTdoB/PCB) Coligação PTB/PMN (PTB/PMN)
Rannieri Lopes (PTC)	Mesma Coligação	Coligação trabalho e natureza (PTC/PV)
Darci (PL)	Não Coligado	-
Isaura Lemos (PDT)	Não Coligado	-
Rachel Azeredo (PFL)	Não Coligado	-
Rubes Donizzeti (PSTU)	Não Coligado	-

REGIÃO NORDESTE

Aracaju

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Jorge Alberto (PMDB)	Mesma Coligação	Coligação aracaju melhor (PMDB/PSL/PSDC/PHS)
Renato Sampaio (PRP)	Mesma Coligação	Coligação aracaju uma nova esperança (PDT/PRP/PRONA)
Marcelo Déda (PT)	Subdividido - 2	Coligação aracaju orgulho de todos nós (PT/PCB/PCdoB) Coligação Aracaju do Povo (PSB/PMN)
Susana (PPS)	Subdividido - 3	Coligação renova aracaju (PP/PFL/PTC) Coligação muda aracaju (PSC/PPS/PV) Coligação união e trabalho (PRTB/PTdoB)
Adelmo Macdo (PAN)	Não Coligado	-
Vera (PSTU)	Não Coligado	-

Fortaleza

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Aloísio Carvalho (PMDB)	Subdividido - 2	PMDB Coligação PTN/PRB (PTN/PRB)
Cambraia (PSDB)	Subdividido - 5	PRP PSDB PP Por amor a Fortaleza (PSL/PSDC) PTB
Caminha (PHS)	Mesma Coligação	Semanado Fortaleza (PHS/PTdoB)
Inácio Arruda (PCdoB)	Subdividido - 3	Fortaleza de todos nós (PcdoB/PPS/PCB/PRONA) PL PMN
Luizianne (PT)	Subdividido - 2	PT PSB

Moroni (PFL)	Subdividido - 2	Por amor a Fortaleza (PSL/PSDC) Coligação PAN/PTC (PAN/PTC)
Vidal (PCO)	Não Coligado	-
Heitor Ferrer (PDT)	Não Coligado	-
Nielson (PSC)	Não Coligado	-
Marcelo Silva (PV)	Não Coligado	-
Valdir Pereira (PSTU)	Não Coligado	-

João Pessoa

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Fernando Vieira (PSC)	Mesma Coligação	Coligação da mobilização social cristã (PSC/PMN)
Avenozar Arruda (PT)	Subdividido - 2	O melhor da cidade (PT/PAN) PSDC
Ricardo Coutinho (PSB)	Subdividido - 3	PMDB Coligação é decisão popular (PSB/PCdoB) Coligação compromisso com João Pessoa (PCB/PPS)
Ruy Carneiro (PSDB)	Subdividido - 5	Coligação democrática trabalhista (PDT/PV) Coligação PTB-PSL-PTN (PTB/PSL/PTN) Coligação PSDB-PFL-PL (PSDB/PFL/PL) Coligação aliança progressista (PP/PRTB/PRONA/PTdoB) Coligação aliança cristã progressista (PTC/PRP)
Antonio Radical (PSTU)	Não Coligado	-
Lourdes Sarmento (PCO)	Não Coligado	-

Maceió

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Sexta Feira (PSB)	Subdividido - 7	PT PSB Unidos por maceió (PV/PSDC/PTdoB) Pcdob e PTN (PCdoB/PTN) Humanismo com dignidade (PHS/PSC) PTC PCB
Ildo Rafael (PMN)	Mesma Coligação	Maceió em boas mãos (PMN/PRTB)
Cícero Almeida (PDT)	Subdividido - 3	União pelas mudanças (PDT/PFL) PTB-PP (PTB/PP) PSL
Wanderley (PMBD)	Subdividido - 3	PSDB-PAN (PSDB/PAN) PRONA PMDB
José Djalma (PRP)	Não Coligado	-
Régis (PPS)	Não Coligado	-
Ricardo Barbosa (PSTU)	Não Coligado	-

Natal

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Carlos Eduardo (PSB)	Subdividido - 5	Desperta Natal (PTN/PRP) Mobilização Liberal (PL/PMN) Avança Natal (PTB/PPS/PSDC/PSB/PCdoB) Natal da Gente (PP/PDT/PSC) PV
Luiz Almir(PSDB)	Mesma Coligação	Unidade Popular (PSDB/PMDB)
Fatima Bezerra (PT)	Mesma Coligação	Frente Popular de Natal (PT/PCB/PTdoB)
Ney Lopes (PFL)	Subdividido - 2	PFL PAN
Dário (PSTU)	Não Coligado	-
Leandro (PHS)	Não Coligado	-
Sargento Miguel Mossoro (PTC)	Não Coligado	-

Recife

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
João Paulo (PT)	Subdividido - 3	Aliança de esquerda para vereadores (PT/PSL/PCB/PTC/PSB) Aliança de esquerda municipal (PRP/PCdoB) PAN/PTdoB (PAN/PTdoB)
Cadoca (PMDB)	Subdividido - 4	União pelo progresso (PP/PTN) União parlamentar pela mudança (PMDB/PFL/PSDB) União Democrática pelas mudanças (PRTB/PRONA) PV PSDC
Joaquim Francisco (PTB)	Subdividido - 3	PTB PDT PL
Conde (PHS)	Não Coligado	-
Irmão Araujo (PSC)	Não Coligado	-
Katia Telles (PSTU)	Não Coligado	-
Raul Jungmann (PPS)	Não Coligado	-
Silvio Costa (PMN)	Não Coligado	-

Salvador

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Cesar Borges (PFL)	Subdividido - 3	Coligação PFL, PP e PL (PFL/PP/PL) Coligação Unidos pela vitória (PTN/PAN/PHS) Coligação luta e vitória (PRP/PTdoB)
João Henrique (PDT)	Subdividido - 3	Coligação PSDB/PSC (PSDB/PSC) Coligação PDT/PSL (PDT/PSL) Coligação PMN/PRONA (PMN/PRONA)
Lídice (PSB)	Subdividido - 2	Coligação PSB/PMDB (PSB/PMDB) Coligação PPS/PCB (PPS/PCB)
Nelson Pellegrino (PT)	Mesma Coligação	Coligação Salvador para toda gente (PT/PV/PCdoB)
Ângela Maini de Faria (PRTB)	Não Coligado	-
Antônio Eduardo (PCO)	Não Coligado	-
Benito Gama (PTB)	Não Coligado	-
França (PSTU)	Não Coligado	-
Rivanilton Veloso (PTC)	Não Coligado	-
Da Luz (PSDC)	Não Coligado	-

São Luis

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Tadeu Palacio (PDT)	Subdividido - 6	Frente social progressista (PPS/PP) Unida por São Luís (PRP/PTdoB) São Luís no mesmo rumo (PTN/PMN) São Luís trabalhando pelo social (PSL/PAN) PDT Unidade democratica (PCdoB/PCB/PRTB/PHS)
João Castelo (PSDB)	Mesma Coligação	São Luís para todos (PL/PV/PSDB)
Ricardo (PSB)	Subdividido - 2	União Por São Luís (PTB/PMDB/PFL/PSDC/PSB) São Luís Feliz (PSC/PRONA)
Edivaldo Holanda (PTC)	Não Coligado	-
Helena (PT)	Não Coligado	-
Noletto (PSTU)	Não Coligado	-

Teresina

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Adalgisa (PMDB)	Mesma Coligação	Teresina com mais amor (PP/PMDB/PSDC)
Flora Izabel (PT)	Subdividido - 2	Teresina é de todos nós (PT/PCB/PTdoB) Coligação PSL-PMN-PAN (PSL/PMN/PAN)
Pastor José Roberto (PSC)	Mesma Coligação	Por uma Teresina diferente (PTN/PSC/PHS)
Luiz Augusto Brado (PDT)	Mesma Coligação	Mudança pra valer (PDT/PPS)
Robert Rios (PCdoB)	Subdividido - 2	Coligação PSB/PRTB PCdoB
Silvio Mendes (PSDB)	Subdividido - 4	PSDB PV PL O Caminho é o trabalho PTB/PTC
Francisco Oliveira (Quem Quem) - (PRONA)	Não Coligado	-
Lourival Nery (PFL)	Não Coligado	-
Geraldo Carvalho (PSTU)	Não Coligado	-

REGIÃO NORTE

Belém

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Ana Júlia (PT)	Subdividido - 3	Coligação PT/PCdoB (PT/PCdoB) PL PSB
Duciomar Costa (PTB)	Subdividido - 6	Coligação avança belém (PTB/PRP) Coligação tudo por Belém (PSC/PFL/PRTB/PTdoB) PSDB PV PP PRONA
Martinho Carmona (PDT)	Subdividido - 2	Coligação PTN/PAN/PMN (PTN/PAN/PMN) Coligação PDT/PSDC/PSL (PDT/PSDC/PSL)
Jordy (PPS)	Não Coligado	-
Atnágoras (PSTU)	Não Coligado	-
Abdon (PTC)	Não Coligado	-
Helio Gueiros (PMDB)	Não Coligado	-

Boa Vista

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Teresa (PPS)	Subdividido - 4	PPS/PCdoB/Vereador (PPS/PCdoB) Ajudando a construir boa vista (PT/PV) PMDB/PTB (PMDB/PTB) Unidos por Boa Vista (PMN/PTC)
Otoniel (PSB)	Mesma Coligação	Compromisso com Boa Vista (PL/PSB)
Neudo Campos (PP)	Subdividido - 3	Boa Vista Frente ao trabalho (PP/PTN/PSDC) Cidadania e esperança (PSL/PHS/PRP/PRONA/PTdoB) Boa Vista rumo ao trabalho (PFL/PAN)
Ariomar Farias (PCO)	Não Coligado	-
Junior da Vanda Garimpeiro (PRTB)	Não Coligado	-
Julio Martins (PSDB)	Não Coligado	-

Manaus

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Amazonino (PFL)	Subdividido - 10	PP Frente trabalhista de Manaus (PTB/PPS) PMBD PSL Avança Social (PSC/PHS) PTN PFL Unidos venceremos (PAN/PRONA) PSDC Renovação para valer (PMN/PTC/PRP)
Serafim (PSB)	Mesma Coligação	Agora é a vez (PDT/PSB)
Vanessa (PCdoB)	Subdividido - 3	Manaus Melhor 2 (PT/PCdoB) Manaus Melhor 1 (PL/PRTB) Manaus Melhor 3 (PCB/PTdoB)
Artur Bisneto (PSDB)	Não Coligado	-
Plínio Valério (PV)	Não Coligado	-
Herbert Amazonas (PSTU)	Não Coligado	-

Macapá

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Janete Capibaribe (PSB)	Mesma Coligação	Macapá Melhor (PTB/PSB)
João Henrique (PT)	Subdividido - 3	Macapá popular (PT/PCdoB) Fé e ação (PSC/PCB/PV) Aliança renovadora de Macapá (PTN/PAN/PSDC/PRTB/PHS/PMN/PTC/PRONA)
Bala (PDT)	Subdividido - 3	Macapá pra valer (PP/PDT/PMDB/PTdoB) Aliança popular liberal (PL/PSL/PFL) A favor de Macapá (PSL/PRP/PSDB)
Frota (PSTU)	Não Coligado	-

Palmas

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Tenente Célio (PSB)	Mesma Coligação	Oportunidade para todos (PSB/PHS)
Getulio Vargas (PTdoB)	Mesma Coligação	Frente alternativa popular independente (PTN/PAN/PSDC/PRP/PRONA/PTdoB)
Nilmar (PL)	Subdividido - 4	União trabalhista cristão (PP/PTB/PSC) PL/PSL (PL/PSL) PFL/PV/PRTB (PSL/PV/PRTB) PSDB/PMN (PSDB/PMN)
Raul Filho (PT)	Subdividido - 2	PT/PPS/PCdoB (PT/PPS/PCdoB) PMDB/PTB (PMDB/PTB)

Porto Velho

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Everton Leoni (PSDB)	Subdividido - 4	Força e união (PMDB/PHS) União e trabalho (PSC/PSDB) Unidos por porto velho (PSDC/PV) PTC
Dr. Mauro Nazif (PSB)	Subdividido - 2	Coligação PSB-PRTB (PSB/PRTB) Coligação PDT-PP-PTdoB (PDT/PP/PTdoB)
Oscar Andrade (PL)	Subdividido - 3	Coligação PL-PTN (PL/PTN) Porto Velho para frente (PSL/PFL) Coligação PTB/PAN (PTB/PAN)
Roberto Sobrinho (PT)	Mesma Coligação	Porto Velho melhor para todos (PCB/PT/PCdoB)

Antonio Morimoto (PMN)	Não Coligado	-
Dr.Ribamar Araujo (PRONA)	Não Coligado	-

Rio Branco

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Bestene (PP)	Mesma Coligação	Frente alternativa (PP/PTB/PSL)
Márcio Bittar (PPS)	Subdividido - 3	Mudar Rio Branco (PPS/PMDB) Movimento Social Liberal (PSC/PL) Avança Rio Branco (PSDB/PFL/PDT/PTN)
Angelim (PT)	Subdividido - 3	Frente Popular Rio Branco (PT/PMN/PCdoB) Frente Social Trabalhista (PSB/PTdoB/PRTB) Frente Social Verde (PSDC/PV)

REGIÃO SUDESTE

Belo Horizonte

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Fernando Pimentel (PT)	Subdividido – 7	Coligação PT/PCB (PT/PCB) PTB PCdoB Coligação BH levada a serio (PSL/PL) PMN PTN Coligação (PPS/PRP)
João Leite (PSB)	Subdividido - 6	Coligação Novos tempos (PP/PMDB) PSC Coligação novos horizontes para BH (PSB/PSDB) PTdoB Coligação PTC/PSDC Coligação Belos Horizontes (PRTB/PV) PHS
Roberto Brant (PFL)	Subdividido - 3	PDT PFL Coligação PAN/PRONA
Betão (PCO)	Não Coligado	-
Vanessa Portugal (PSTU)	Não Coligado	-

Rio de Janeiro

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
André Corrêa (PPS)	Subdividido – 7	Coligação PT/PCB (PT/PCB) PTB PCdoB Coligação BH levada a serio (PSL/PL) PMN PTN Coligação (PPS/PRP)
César Maia (PFL)	Subdividido - 6	Coligação Novos tempos (PP/PMDB) PSC Coligação novos horizontes para BH (PSB/PSDB) PTdoB Coligação PTC/PSDC Coligação Belos Horizontes (PRTB/PV) PHS
Roberto Brant	Subdividido - 3	PDT PFL Coligação PAN/PRONA

(PFL)		
Betão (PCO)	Não Coligado	-
Vanessa Portugal (PSTU)	Não Coligado	-

São Paulo

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Ciro (PTC)	Mesma Coligação	Bandeira Paulista (PTC/PSC/PTdoB/PRP)
José Serra (PSDB)	Subdividido - 3	PSDB PFL PPS
Luiza Erundina (PSB)	Subdividido - 2	Coligação PSB/PMDB (PSB/PMDB) PMN
Marta Suplicy (PT)	Subdividido - 5	Coligação PT/PTB (PT/PTB) Liberal Trabalhista (PL/PTN) PRTB PCdoB PSL
Anaí Caproni (PCO)	Não Coligado	-
Diceru Traverso (PSTU)	Não Coligado	-
Franciso Rossi (PHS)	Não Coligado	-
Dra. Havanir (PRONA)	Não Coligado	-
João Manuel (PSDC)	Não Coligado	-
Penna (PV)	Não Coligado	-
Professor Walter Canoas (PCB)	Não Coligado	-
Osmar Lins (PAN)	Não Coligado	-
Paulo Maluf (PP)	Não Coligado	-
Paulinho (PDT)	Não Coligado	-

Vitória

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Cesar Colnago (PSDB)	Subdividido - 2	Unidade da vitória (PTB/PFL/PSDB) Mais Vitória (PMDB/PPS)
João Coser (PT)	Subdividido - 3	Frente vitória popular (PDT/PSB) Vitória da democracia (PT/PCdoB) Amo vitória demais (PAN/PHS/PV)
Dr Nilton Oliveira (PP)	Subdividido - 4	Vitória da paz (PP/PMN) Vitória da mudança (PRTB/PTdoB) PRONA Vitória da gente (PSL/PSC/PL/PTC)
Bernardo Teteco (PTN)	Não Coligado	-
Sonia Santos (PCO)	Não Coligado	-

REGIÃO SUL

Curitiba

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Vanhoni (PT)	Subdividido - 2	coligação aliança tá na hora de curitiba (PT/PTB/PMDB/PCB/PCdoB) PSC
Beto Richa (PSDB)	Subdividido - 5	PSDB Coligação PDT/PAN/PRONA (PDT/PAN/PRONA) Coligação socialismo com liberdade (PSB/PTN) PSL PP
Rubens Bueno (PPS)	Mesma Coligação	Coligação voto limpo (PPS/PHS)
Achiles (PTC)	Não Coligado	-
Melo Viana (PV)	Não Coligado	-
Danilo D'avila (PTdoB)	Não Coligado	-
Gilberto Felix (PSTU)	Não Coligado	-
Jorge Luiz de Paula Martins (PRP)	Não Coligado	-
Leopoldo Campos (PSDC)	Não Coligado	-
Mauro Moraes (PL)	Não Coligado	-
Bertoldi (PFL)	Não Coligado	-
Pedro Manuel Neto (PMN)	Não Coligado	-
Vera Helena Teixeira (PRTB)	Não Coligado	-

Florianópolis

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Afrânio (PT)	Mesma Coligação	Florianópolis como você quer (PT/PL/PCdoB)
Dário Berger (PSDB)	Mesma Coligação	Avança florianópolis (PMN/PSDB)
Chico Assis (PP)	Subdividido - 2	Sempre Florianópolis (PP/PSC/PRTB) Capital no rumo certo (PFL/PSL/PAN)
Osmar Pickler (PTC)	Subdividido - 2	PTN PTC
Sérgio Grando (PPS)	Subdividido - 2	Florianópolis de Todos (PDT/PPS/PSB) Florianópolis para todos (PMDB/PTB)
GERSON BASSO (PV)	Não Coligado	-
Gilmar Salgado (PSTU)	Não Coligado	-
Pedro Eduardo(PTdoB)	Não Coligado	-

Porto Alegre

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Vieira da Cunha (PDT)	Mesma Coligação	Porto mais alegre (PDT/PAN)
Jair Soares (PP)	Subdividido - 2	PP PV
Mendes Ribeiro Filho (PMDB)	Mesma Coligação	Mudar de verdade (PMDB/PSDC/PHS/PRONA)
Fogaça (PPS)	Mesma Coligação	Coligação PPS-PTB (PPS/PTB)
Beto Albuquerque (PSB)	Mesma Coligação	Porto Alegre de cara nova (PSC/PSB)
Onyx Lorenzoni (PFL)	Mesma Coligação	Coligação PFL/PSDB (PFL/PSDB)
Raul Pont (PT)	Mesma Coligação	Frente Popular (PT/PSL/PTN/PCB/PL/PMN/PCdoB)
Guilherme Giordano (PCO)	Não Coligado	-
Vera Guasso (PSTU)	Não Coligado	-

DISTRIBUIÇÃO DAS CANDIDATURAS POR COLIGAÇÕES 2008

REGIÃO CENTRO OESTE

Campo Grande

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Pedro Teruel (PT)	Mesma Coligação	Com Lula e a Força do Povo (PT/PCdoB/PSL)
Nelsinho Trad (PMDB)	Subdividido - 4	Campo Grande Cada Vez Melhor I (PMDB/PRB/PR/PDT) Campo Grande Cada Vez Melhor II (PP/PPS/PSDB/DEM) Campo Grande Cada Vez Melhor III (PV/PTN/PRP/PTC/PSC) Campo Grande Cada Vez Melhor IV (PTdoB/PRTB/PTB/PHS/PSDC/PSB)
Henrique Martini (PSOL)	Não Coligado	-
Suél do PSTU (PSTU)	Não Coligado	-
Iara Costa (PMN)	Não Coligado	-

Cuiabá

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Mauro Mendes (PR)	Subdividido - 3	Por Amor a Cuiabá (PR/PSC/PTC) PMDB PT
Wilson Santos (PSDB)	Subdividido - 5	As Mudanças Continuam (PCdoB/PSDB) PDT Fé e Esperança Social (PSL/PRP/PV/PRB/PMN) Renova Cuiabá (PRTB/PSDC) Unidade Ética por Cuiabá (PTB/PPS)
Walter Rabello (PP)	Subdividido - 3	Solidariedade e Trabalho (PTN/PHS/PTdoB) PP DEM
Valtenir (PSB)	Não Coligado	-
Procurador Mauro (PSOL)	Não Coligado	-

Goiânia

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Iris Rezende (PMDB)	Subdividido - 9	Goiânia em Ação (PMDB/PCdoB/PSDC) PT PR PRTB PTC PDT Unidos por Goiânia (PSL/PMN) Trabalho Renovado (PRP/PSC) Goiânia Humanista e Solidária (PRB/PHS)
Sandes Junior (PP)	Subdividido - 3	PTB Coligação PP/PSDB União, Trabalho e Democracia (DEM/PSB/PTN/PTdoB)
Gilvane Felipe (PPS)	Subdividido - 2	PPS/PV
Martiniano Cavalcanti (PSOL)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda – O Poder em Suas Mãos (PCB/PSOL)

REGIÃO NORDESTE

Aracaju

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Edvaldo Nogueira (PCdoB)	Subdividido - 4	Trabalhando por Aracaju (PSDB/PRP/PDT) Aracaju Com Qualidade de Vida (PT/PPS/PCdoB) Pra Frente Aracaju (PR/PTN/PSDC/PMN/PRB/PSC) Aracaju do Futuro (PSB/PSL)
José Almeida (PMDB)	Subdividido - 2	Aracaju Pode (PMDB/PTB) O Povo Pode (PTC/PHS/PRTB/PTdoB/PV)
Mendonça Prado (DEM)	Mesma Coligação	Renovação com Coerência (PP/DEM)
Vera Lúcia (PSTU)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda de Aracaju (PSTU/PSOL)
Anderson Góis (PCB)	Não Coligado	-

Fortaleza

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Luizianne Lins (PT)	Subdividido - 7	Fortaleza Cada Vez Mais Forte (PMDB/PT) Todos Por Fortaleza (PRB/PHS/PMN/PSL) PSB PV PTN PCdoB PSDC

Patrícia Saboya Gomes (PDT)	Subdividido - 2	PTB Coligação Proporcional (PDT/PSDB)
Moroni (DEM)	Mesma Coligação	Nós Vamos Fazer (DEM/PP)
Renato Roseno (PSOL)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda Socialista (PSOL/PSTU)
Adahil Barreto (PR)	Não Coligado	-
Pastor Neto (PSC)	Não Coligado	-
Carlinhos (PCB)	Não Coligado	-
Aguiar Jr (PTC)	Não Coligado	-
Sergio Braga (PPS)	Não Coligado	-

João Pessoa

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Ricardo Coutinho (PSB)	Subdividido - 5	Trabalho Pela Cidade (PTB/PCdoB/PT) Compromisso com João Pessoa (PPS/PSC/PCB) Unidos por João Pessoa (PSL/PMDB) A Força do Trabalho IV (PTC/PRP/PV/PTdoB) A Força do Trabalho I (PP/PRTB/PRB/PSB)
João Gonçalves (PSDB)	Subdividido - 2	Por Toda João Pessoa (PSDB/PDT) Coligação Democratas Cristão (DEM/PSDC)
Francisco Barreto (PTN)	Mesma Coligação	João Pessoa em Mãos Limpas (PTN/PMN/PR)
Marcos Dias (PSOL)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda (PSOL/PSTU)
Professor José Rodrigues (PHS)	Não Coligado	-
Lourdes Sarmiento (PCO)	Não Coligado	-

Maceió

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Judson Cabral (PT)	Mesma Coligação	Maceió Mais Humana (PDT/PT)
Solange Jurema (PSDB)	Mesma Coligação	Gente em Primeiro Lugar (PSDB/PMDB/PPS/PSC/PSB)
Cícero Almeida (PP)	Subdividido - 4	Por Amor a Maceió e ao Brasil (PCdoB/PHS/PRTB) Coligação PTdoB/PTC/PSL Amor por Maceió (PR/PMN) Coligação PSDC/PRP/PV Por Amor a Maceió (DEM/PP/PTN) Maceió Trabalhando Pelo Social (PRB/PTB)

Manoel de Assis (PSTU)	Mesma Coligação	Alternativa Socialista (PCB/PSTU)
Mário Agra (PSOL)	Não Coligado	-

Natal

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Fátima Bezerra (PT)	Subdividido	União por Natal I (PMDB/PT/PSB) Natal Não Pode Parar (PCB/PHS/PDT) Natal Mais Humana (PCdoB/PTN/PRB)
Vober Júnior (PPS)	Mesma Coligação	É Melhor para Natal (PSDB/PRTB/PTdoB/PSC/PPS)
Micarla de Sousa (PV)	Subdividido - 2	Natal Melhor II (PR/PV/DEM) Natal Melhor III (PTB/PP/PMN)
Joanilson Rego (PSDC)	Mesma Coligação	Liberta Natal I (PSDC/PRP)
Dário Barbosa (PSTU)	Não Coligado	-
Miguel Mossoró (PTC)	Não Coligado	-
Pedro Quithé (PSL)	Não Coligado	-
Sandro Pimentel (PSOL)	Não Coligado	-

Recife

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
João da Costa (PT)	Subdividido - 8	Frente do Recife para Vereadores (PSL/PTB/PT/PSB) PCdoB PTdoB PSDC PHS Frente Trabalhista Republicana do Recife (PDT/PRP) Avança Recife (PMN/PRB) Frente Trabalhista do Recife (PTN/PR/PRTB)
Raul Henry (PMDB)	Subdividido - 2	PMDB PSDB
Cadoca (PSC)	Subdividido - 2	Recife no Coração (PP/PSC/PTC) Recife verde (PPS/PV)
Mendoça (DEM)	Não Coligado	-
Edilson Silva (PSOL)	Não Coligado	-
Roberto Numeriano (PCB)	Não Coligado	-
Kátia Telles (PSTU)	Não Coligado	-

Salvador

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Walter Pinheiro (PT)	Subdividido - 3	Salvador de Todos Nós (PCdoB/PT) Coligação PV-PSB
Antonio Imbassahy (PSDB)	Subdividido - 2	PSDB PPS
ACM Neto (DEM)	Subdividido - 4	A Força do Povo (DEM/PR) A Voz da Cidade (PRB/PTN) PTC Luta e Vitória (PSDC/PRP/PTdoB)
João Carneiro (PMDB)	Subdividido - 6	Salvador Mais Forte (PMDB/PRTB) PTB PDT PMN Coligação PHS-PSL Um Lugar Melhor (PSC/PP)
Hilton Coelho (PSOL)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda Socialista (PCB/PSOL/PSTU)

São Luis

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Flávio Dino (PCdoB)	Mesma Coligação	Unidade Popular (PCdoB/PT)
João Castelo (PSDB)	Subdividido - 2	PSDB São Luís Quer Mais (PTC/PSB)
Raimundo Cutrim (DEM)	Subdividido - 2	DEM União Popular Independente (PRTB/PTdoB)
Gastão Vieira (PMDB)	Mesma Coligação	Diga Sim para São Luís (PMDB/PSC)
Clodomir Paz (PDT)	Subdividido - 6	PDT São Luís Tem Futuro (PMN/PRP) São Luís mais Forte (PCB/PHS) Unidos Pela Paz (PSL/PTN) São Luís é do Povo (PSDC/PPS) PR
Waldir Maranhão (PP)	Mesma Coligação	São Luís: Progresso Sustentável (PP/PV)
Pedro Fernandes (PTB)	Não Coligado	-
Paulo Rios (PSOL)	Não Coligado	-
Cleber Verde (PRB)	Não Coligado	-
Welbson Madeira (PSTU)	Não Coligado	-

Teresina

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Nazareno (PT)	Subdividido - 2	Bloco de Esquerda: Reforma Urbana Cidade + Humana (PCdoB/PDT/PSB) Teresina que Muito Mais (PMDB/PMN/PRB/PT)
Silvio Mendes (PSDB)	Subdividido - 5	Frente Democrática Trabalhista (PTC/PSDC/PRP/PTN) O Caminho é o Trabalho (PPS/PRTB/PTB) Coligação DEM/PP Frente Verde Humanista (PV/PHS) O Caminho é o Trabalho (PPS/PRTB/PTB)
Avelar (PSL)	Mesma Coligação	Força Popular de Teresina – A Verdadeira Mudança (PSL/PSC/PTdoB)
Alexis Leite (PSOL)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda Socialista (PSOL/PSTU)
Professor Ismar Tavares (PCB)	Não Coligado	-
Lourdes Melo (PCO)	Não Coligado	-

REGIÃO NORTE

Belém

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Mário Cardoso (PT)	Subdividido - 3	Frente Popular (PT/PSB) PTN Força do Povo (PCdoB/PHS/PMN)
Valéria Franco (DEM)	Mesma Coligação	Pra Belém Fica Pai D'égua (PSDB/DEM)
Priante (PMDB)	Subdividido - 3	PMDB PRB PP
Duciomar Costa (PTB)	Subdividido - 4	Coligação Democrática por Belém (PSDC/PTC/PRP/PTdoB) PDT PV PTB Unidos Por Belém (PR/PRTB/PSC)
Marinor Brito (PSOL)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda (PSOL/PSTU/PCB)
Arnaldo Jordy (PPS)	Não Coligado	-
Delegado João Moraes (PSL)	Não Coligado	-

Boa vista

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Iradilson Sampaio (PSB)	Subdividido - 4	Coligação PTD/PP Coligação PV/PTC/PT Boa Vista é Nossa (PMDB/PHS) PSB
Luciano Castro (PR)	Subdividido - 7	União Faz a Diferença (PSL/PTN/PCdoB/PMN/PSC) PTB PTdoB União pela Vitória (PSDC/PRP) Boa Vista Dos Sonhos (PR/DEM) Humanização (PSDB/PPS) Boa Vista Melhor (PRB/PRTB)
Luis Oca (PSOL)	Não Coligado	-
Ariomar Farias (PCO)	Não Coligado	-

Macapá

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Professora Dalva (PT)	Mesma Coligação	Juntos por Macapá (PR/PT)
Roberto Góes (PDT)	Subdividido - 2	União Pelo Povo (PLS/PDT) Aliança Democrática (PSDB/PTdoB/DEM)
Fátima Pelaes (PMDB)	Mesma Coligação	Coragem para Mudar (PTN/PCdoB/PMDB)
Camilo Capibaribe (PSB)	Mesma Coligação	Frente pela Mudança (PSB/PSOL/PMN)
Moises Souza (PSC)	Mesma Coligação	Macapá Merece Respeito (PSC/PHS/PSDC/PTC/PP)
Lucas (PTB)	Não Coligado	-
Frota (PSTU)	Não Coligado	-

Manaus

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Praciano (PT)	Subdividido - 2	PT PPS
Serafim Corrêa (PSB)	Subdividido - 2	Manaus para Todos 1 (PSDB/DEM) Manaus para Todos 2 (PSDC/PDT)

Amazonino Mendes (PTB)	Subdividido - 5	PTB PP PHS PRTB Juntos por Manaus (PTN/PTC)
Omar Aziz (PMN)	Subdividido - 3	União por Manaus 3 (PSL/PR/PTdoB) União por Manaus 2 (PRB/PRP) União por Manaus 1 (PMDB/PMN/PSC)
Bessa (PSOL)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda Socialista (PSOL/PSTU)
Luis Navarro (PCB)	Não Coligado	-

Palmas

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Raul Filho (PT)	Subdividido - 2	Força do Povo 1 (PT/PCdoB/PHS) Força do Povo 2 (PTC/PDT/PRB/PPS/PSB)
Marcelo Lelis (PV)	Subdividido - 2	Renovação (PV/PP/PTB) União para a Mudança (PSDB/PSC/PR/PRTB)
Nilmar Ruiz (DEM)	Subdividido - 3	Aliança do Povo (PSL/PTN/PRP) PSDC Aliança da Vitória (DEM/PMDB)
Getulio Vargas (PTdoB)	Não Coligado	-
Tasso Passos (PMN)	Não Coligado	-

Porto Velho

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Roberto Sobrinho (PT)	Subdividido - 2	Com a Força do Povo (PT/PP/PRTB) A Força do Povo (PMDB/PSC)
Hamilton Casara (PSDB)	Não Coligado	-
Garçon (PV)	Subdividido - 4	Coligação PSTU/PTdoB Coligação PRP/PTB Coligação PV – DEM Porto Velho Terra da Gente 1 (PSDC/PTN) Coligação PHS/PPS
David Chiquilito Erse (PCdoB)	Mesma Coligação	O Futuro é Agora (PCdoB/PR)
Doutor Alexandre (PTC)	Mesma Coligação	Acredite, é Agora! (PTC/PSL)
Adilson Siqueira (PSOL)	Não Coligado	-
Doutor Mauro Nazif (PSB)	Não Coligado	-

Rio Branco

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Angelim (PT)	Subdividido - 5	Frente Popular das Comunidades II (PT/PCdoB/PDT) Frente Trabalhista Progressista (PP/PTN) Frente Republicana Trabalhista (PR/PRP/PTdoB/PRB) Frente Trabalhista Cristã (PSDC/PTC/PTB/PSL/PRTB) Frente Socialista Verde (PSB/PV)
Tião Bocalom (PSDB)	Mesma Coligação	Produzir para Empregar (PSDB/DEM/PSC)
Petecão (PMN)	Mesma Coligação	100% Popular (PHS/PMDB/PMN/PPS)
Antonio Rocha (PSOL)	Não Coligado	-

REGIÃO SUDESTE

Belo Horizonte

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Marcio Lacerda (PSB)	Subdividido – 10	Juntos por BH (PSB/PMN/PP) PT PTN PSC PV PRP PSL PR PTB PTC
Leonardo Quintão (PMDB)	Subdividido - 2	PMDB PHS
Jô Moraes (PCdoB)	Mesma Coligação	BH é Você (PCdoB/PRB)
Sergio Miranda (PDT)	Subdividido - 2	PCB PDT
Jorge Periquito (PRTB)	Mesma Coligação	Certeza de um Futuro Melhor (PSDC/PRTB)
Vanessa Portugal (PSTU)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda Socialista (PSOL/PSTU)
André Alves (PTdoB)	Não Coligado	-
Gustavo Valadares (DEM)	Não Coligado	-
Pepê (PCO)	Não Coligado	-

Rio de Janeiro

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Molon (PT)	Não Coligado	-
Gabeira (PV)	Subdividido - 3	PV PSDB PPS
Eduardo Paes (PMDB)	Subdividido - 3	PMDB Aliança Progressista (PP/PSL) PTB
Solange (DEM)	Subdividido - 2	DEM Justiça Social (PTC/PMN)
Marcelo Crivella (PRB)	Subdividido - 3	PR PSDC Por um Rio Melhor (PRTB/PRB)
Jandira Feghali (PCdoB)	Subdividido - 2	Solidariedade Trabalhista (PTN/PHS) Força para Mudar (PCdoB/PSB)
Chico Alencar (PSOL)	Mesma Coligação	Frente Rio Socialista (PSOL/PSTU)
Filipe Pereira (PSC)	Mesma Coligação	Rio Esperança (PRP/PSC)
Antonio Carlos PCO (PCO)	Não Coligado	-
Eduardo Serra (PCB)	Não Coligado	-
Paulo Ramos (PDT)	Não Coligado	-
Vinicius Cordeiro (PTdoB)	Não Coligado	-

São Paulo

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Marta Suplicy (PT)	Subdividido - 3	Nova Atitude – (PCdoB/PRB/PT/PSB) PDT PTN
Geraldo Alckmin (PSDB)	Subdividido - 4	Coligação PSDB/PHS PTB PSL PSDC
Gilberto Kassab (DEM)	Subdividido - 3	Coligação DEM/PMDB e PR PV Coligação PRP e PSC
Ivan Valente (PSOL)	Mesma Coligação	Alternativa de Esquerda para São Paulo (PSOL/PSTU)
Paulo Maluf (PP)	Não Coligado	-
Renato Reichmann (PMN)	Não Coligado	-
Soninha (PPS)	Não Coligado	-
Anai Caproni (PCO)	Não Coligado	-

Ciro (PTC)	Não Coligado	-
Edmilson Costa (PCB)	Não Coligado	-
Levy Felix (PRTB)	Não Coligado	-

Vitória

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
João Coser (PT)	Mesma Coligação	Todos por Vitória (PMDB/PT)
Luciano Rezende (PPS)	Subdividido - 3	Frente para Vitória (PTC/PSDB/PSC) PR Frente Democrata Popular (PPS/DEM)
Carlão (PSOL)	Não Coligado	-
Bernado Teteco (PRTB)	Não Coligado	-
Avelar (PCO)	Não Coligado	-

REGIÃO SUL

Curitiba

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Gleisi (PT)	Subdividido - 4	Cidade para Todos (PHS/PT) Curitiba mais Justa para Todos (PRB/PTC) PSC PMN
Beto Richa (PSDB)	Subdividido - 6	Coligação PSDB – PR PP PSB DEM PSL PSDC
Fabio Camargo (PTB)	Mesma Coligação	Uma só Curitiba (PTB/PRTB)
Bruno Meirinho (PSOL)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda de Curitiba (PSOL/PCB/PSTU)
Reitor Moreira (PMDB)	Não Coligado	-
Lauro Rodrigues (PTdoB)	Não Coligado	-
Mauricio Furtado (PV)	Não Coligado	-
Ricardo Domyde (PCdoB)	Não Coligado	-

Florianópolis

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Nildão (PT)	Mesma Coligação	Compromisso com Florianópolis (PT/PV)
Cesar Souza Junior (DEM)	Subdividido - 2	Mudar para Melhor (DEM/PSDB) PPS
Dário Berger (PMDB)	Subdividido - 3	Unidos para o Trabalho (PMDB/PRTB) Unidos o Trabalho Continua (PSB/PRP/PHS) Unidos por Florianópolis (PR/PRB/PSC)
Ângela Albino (PCdoB)	Mesma Coligação	Inovar Florianópolis! (PCdoB/PDT)
Esperidião Amin (PP)	Mesma Coligação	Amo Florianópolis (PP/PTB)
Afrânio Boppré (PSOL)	Não Coligado	-
Joaninha (PSTU)	Não Coligado	-

Porto Alegre

CANDIDATO	MESMA COLIGAÇÃO, SUBDIVIDIDO, NÃO COLIGADO	COLIGAÇÃO ELEIÇÃO PROPORCIONAL
Maria do Rosário (PT)	Mesma Coligação	Frente Popular (PSL/PTC/PRB/PT)
Nelson Marchezan Junior (PSDB)	Não Coligado	-
José Fogaça (PMDB)	Subdividido - 4	PTB PSDC PDT PMDB
Manuela (PCdoB)	Subdividido - 2	Coligação PCdoB/PPS/PR/PMN/PTdoB Coligação PSB/PTN
Luciana Genro (PSOL)	Subdividido - 2	PSOL PV
Onyx (DEM)	Subdividido - 2	A Força das Novas Idéias (DEM/PP) PSC
Vera Guasso (PSTU/PCB)	Mesma Coligação	Frente de Esquerda (PSTU/PCB)
Carlos Gomes (PHS)	Não Coligado	-